

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

FERNANDA SOARES REZENDE

**MÉDICOS ESTRANGEIROS EM GOIÁS NO SÉCULO XIX:  
JOHANN EMMANUEL POHL, GEORGE GARDNER E HUGH ALGERNON  
WEDDELL**

GOIÂNIA

2017

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Fernanda Soares Rezende

Título do trabalho: Médicos Estrangeiros em Goiás no Século XIX: Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do (a) autor (a) <sup>2</sup>

Data: 27/04/2017

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

FERNANDA SOARES REZENDE

**MÉDICOS ESTRANGEIROS EM GOIÁS NO SÉCULO XIX:  
JOHANN EMMANUEL POHL, GEORGE GARDNER E HUGH ALGERNON  
WEDDELL**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em História, nível de Mestrado, da Universidade Federal de Goiás (UFG), para submissão ao Exame de Defesa, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, na linha de concentração “Culturas, Fronteiras e Identidades”.

**Linha de Pesquisa:** Fronteiras, interculturalidades e ensino de história.

**Orientadora:** Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães

GOIÂNIA

2017

---

---

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Soares Rezende, Fernanda

Médicos estrangeiros em Goiás no século XIX: Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell [manuscrito] / Fernanda Soares Rezende. - 2017.

142 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui mapas, fotografias, lista de figuras.

1. Goiás. 2. Moléstias. 3. Viajantes Estrangeiros. 4. Sertão.. I. Maria de Magalhães, Sônia , orient. II. Título.

CDU 94(81)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Fernanda Soares Rezende**. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de dois mil e dezessete (2017), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Fernanda Soares Rezende**, cujo título foi “**Médicos estrangeiros em Goiás no século XIX: Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº023/17-PPGH, de 24 de abril de 2017, pelos seguintes Professores Doutores: **Sônia Maria de Magalhães (Presidente)**, **Robson Mendonça Pereira (UEG)**, **Rildo Bento de Souza (UFG/FCS)** e, como Suplentes, **Leicy Francisca da Silva (UEG)** e **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 16:20 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato Aprovado

Prof. Dr. **Robson Mendonça Pereira (UEG)** Ass.: Robson M. P.

Decisão (aprovado)

Prof. Dr. **Rildo Bento de Souza (UFG/FCS)** Ass.: Rildo Bento de Souza

Decisão (aprovada)

Presidente da Banca Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Sônia Maria de Magalhães (UFG)**, Ass.: Sônia

Decisão (Aprovada)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: M. J. S.

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretário: M. A. F. N.

Marco Aurélio Fernandes Neves

[...] é uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo.

Michel Foucault

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela força que segurou em minhas mãos durante toda esta caminhada.

Agradeço aos meus pais Adair Soares e Nadir Ferreira, que ergueram os alicerces sobre os quais a minha formação pessoal e acadêmica hoje está assentada. Muito obrigada por todos os ensinamentos e pelo apoio incondicional. Ao meu irmão Marcos Paulo, pelo carinho e atenção.

Ao Henrique Martins, meu historiador e companheiro no exato sentido do termo, pelo apoio incondicional, incentivo constante e amor sincero. Sou imensamente grata pelas incontáveis vezes em que me ajudou a levantar, principalmente quando a queda era inevitável. Por olharmos juntos no mesmo caminho, obrigada!

Aos professores agradeço primeiramente a minha orientadora, Prof. Dra. Sônia Maria de Magalhães (UFG), que graças ao acolhimento, confiança e incentivo construídos no decurso de seis anos de trabalho, pude enfrentar os desafios do ofício do historiador: errar, refazer e acertar. Espero que este último passo em maior quantidade do que os demais. Agradeço também, os professores Dr. Robson Mendonça Pereira (UEG) e Dr. Rildo Bento de Souza (UFG), pela leitura atenta e as valiosas sugestões quando do Exame de Qualificação e Defesa.

Aos professores da Faculdade de História (FH) e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro concedido, que tornou viável o desenvolvimento desta pesquisa.

E aqueles que não foram mencionados, mas que me acompanharam nesta jornada acadêmica e se sentem parte deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar as condições de existência dos goianos no século XIX, atentando, sobretudo, para a construção regional de Goiás pela perspectiva de seu cenário nosológico, utilizando como referência a visão de três viajantes estrangeiros com formação médica. A saber: George Gardner, Johann Emmanuel Pohl e Hugh Algernon Weddell, e na comparação destas visões exteriores com o olhar regional referenciado pelos Relatórios de Presidentes de Província (1835-1853). O objetivo principal consiste em realizar um mapeamento sobre as doenças incidentes na região por intermédio dos relatos de viagem, escritos com o intuito de estabelecer registros sobre as regiões conhecidas. Além disso, perceber os respectivos diários e os Relatórios de Presidentes de Província, enquanto mananciais de informações, que conferem elementos fundamentais para a construção da identidade regional com o intuito de vislumbrar como a sociedade da época lidava com a sua gente doente. Para tanto, esta dissertação se situa na intersecção entre os estudos de História da Ciência e da Medicina e os estudos de História Regional.

### PALAVARAS- CHAVES:

Goiás; Moléstias; Viajantes Estrangeiros; Sertão.

## **ABSTRACT**

The present work proposes to analyze the conditions of existence of the Goians in century XIX, focusing mainly on the regional construction of Goiás from the perspective of its nosological scenario, from the view of three foreign travelers with medical training. These are: George Gardner, Johann Emmanuel Pohl and Hugh Algernon Weddell, and in comparing these external visions with the regional gaze referenced by the Reports of Presidents of Province (1835-1853). The main objective is to map the diseases occurring in the region through travel reports, written in order to establish records about known regions. In addition, to perceive the respective diaries and the Reports of Presidents of Province, as sources of information, that confers fundamental elements for the construction of the regional identity with the intention of glimpsing how the society of the time dealt with its sick people. Therefore, this dissertation is located at the intersection between the studies of History of Science and Medicine and the studies of Regional History.

### **KEY-WORDS:**

Goiás; Diseases; Foreign Travelers; Wilderness.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras</b> .....	11
<b>Lista de Quadros</b> .....	11
<b>Lista de Mapas</b> .....	11
<b>Resumo</b> .....	08
<b>Introdução</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – VIAJANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL</b> .....	28
1.1. Contexto Histórico: os Viajantes e Suas Narrativas.....	28
1.2. A Literatura de Viagem e o Brasil dos Viajantes.....	39
1.3. A Medicina e Práticas Médicas no Brasil Oitocentista.....	51
<b>CAPÍTULO II – VIAJANTES MÉDICOS EM GOIÁS</b> .....	61
2.1. Breve Incursão a Vida e Obra dos Médicos Estrangeiros.....	61
2.2. Viajantes Médicos e Suas Impressões Sobre o Sertão Goiano.....	67
2.2.1. Johann Baptist Emanuel Pohl.....	68
2.2.2. George Gardner.....	77
2.2.3. Hugh Algernon Weddell.....	82
<b>CAPÍTULO III – IMPRESSÕES MÉDICAS: O ESTRANGEIRO E O LOCAL</b> .....	90
3.1. Medicina e Práticas Médicas em Goiás no Século XIX.....	90
3.2. Os Relatórios dos Presidentes de Província e a Questão Sanitária em Goiás.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	123
<b>ANEXO I - Glossário das Doenças Encontradas por George Gardner, Johann Emanuel Pohl e Hugh Algernon Weddell</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	127

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Johann Emanuel Pohl.....	61
<b>Figura 2</b> - George Gardner.....	64
<b>Figura 3</b> - Hugh Algernon Weddell.....	66
<b>Figura 4</b> - Vista de Vila Boa de Goiás no século XIX.....	72
<b>Figura 5</b> - Praça do Palácio em Goiás (Brasil).....	85
<b>Figura 6</b> - Portadores de bócio em Amaro Leite (GO).....	94
<b>Figura 7</b> - Portador da Doença de Chagas (Bócio).....	95
<b>Figura 8</b> - Planta do Cemitério Público de Goiás (1859).....	107

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Mapeamento das principais doenças encontradas em Goiás por Pohl, Gardner e Weddell.....	92
<b>Quadro 2</b> – Glossário das doenças encontradas por George Gardner, Johann Emanuel Pohl e Hugh Weddell.....	125

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1.</b> Viagem de Johann Baptist Emanuel Pohl pela Província de Goiás.....	69
<b>Mapa 2.</b> Percurso de George Gardner em Goiás, 1839-1840.....	78
<b>Mapa 3.</b> Percurso de Hugh Algernon Weddell e Francis Castelnau em Goiás, 1844....	83

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado faz parte do campo de investigação da História Cultural<sup>1</sup>, sobretudo no âmbito da História da Saúde e da Doença. A saber, foi motivada pelos anseios da minha trajetória acadêmica, marcada pelo contato com a temática desde a primeira experiência com projetos de pesquisa, realizados ainda durante a graduação. Momento em que tive a oportunidade de ter contato com uma bibliografia especializada sobre as condições de existência dos goianos no século XIX. E que, certamente, foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Nesta dissertação, procuramos analisar as práticas médicas goianas tomando por base a literatura produzida por três viajantes médicos, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell. O recorte temporal compreende a primeira metade do século XIX, momento de confecção dos relatórios. A seleção das fontes foi motivada pela carência de estudos que trabalhem o cenário nosológico goiano por meio da análise dos três diários em conjunto, assim buscamos priorizar a voz dos testemunhos *in loco* advindos de outra perspectiva: a estrangeira.

A partir disso, pautado no princípio crítico às fontes e pensando metodologicamente, utilizamos o recurso da análise do discurso<sup>2</sup> para interpretar os testemunhos de Pohl, Gardner e Weddell sobre o cenário nosológico goiano. Considerando que os discursos, de acordo com Foucault são “(...) feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas, compete ao analista designar esse “mais”.” (FOUCAULT, 1985, p. 65). Para tanto, procuramos comparar as narrativas dos viajantes estrangeiros com o discurso presente nos relatórios dos presidentes de província, que se configuram como leitura obrigatória, na medida em que elucidam sobre os aspectos estruturais da província, em suas distintas particularidades. Além disso, possibilitam analisar a questão sanitária goiana através da multiplicidade de olhares sobre a mesma região.

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil / Difel, 1990; DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986, p. 242-275.

<sup>2</sup> A análise do discurso compreende uma teoria que tem como objeto de estudo o próprio discurso. E sua produção acontece na história, por meio da linguagem, uma das instâncias por onde a ideologia se materializa (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

A escolha de Goiás como *locus* privilegiado por este trabalho implica considerar que a produção historiográfica no âmbito das ciências e da saúde ainda é acanhada na região e chama a atenção para a importância de refletir sobre o território a partir do enfoque que ressalta a importância de sua história, elemento primordial para a construção da história regional de Goiás.

Nesse sentido, Júlio Schweickardt considera que, “A história da ciência não pode estar dissociada da história da região” (SCHWEICKARDT, 2011, p. 25), pois é necessário abordar os sentidos da história regional e suas potencialidades, sem romper a influência das particularidades locais sobre as práticas científicas, ou vice-versa. Portanto, é nesse contexto, que buscamos trabalhar a história regional em conjunto com a história da ciência e da saúde, de forma a dialogar com os trabalhos que procuram perceber a influência de características específicas de uma região sobre a atividade científica nela praticada.

Ademais, cabe ressaltar que, a história da saúde e das doenças é um objeto de estudo recente por parte dos historiadores<sup>3</sup>, sendo que os intelectuais representantes dos *Annales* foram os pioneiros em apresentar diversos estudos que abordavam a medicina e a doença. Além disso, foram percussores também ao valorizar os aspectos comuns da vida material, contribuindo para uma leitura mais geral da história econômica e social. Para tanto, os estudos de Emanuel Le Roy Ladurie (1996)<sup>4</sup> e Fernand Braudel (1996)<sup>5</sup> sobre a medicina e as doenças merecem destaque, pois foi através destes que a doença angariou o seu lugar na História por meio da Cultura Material<sup>6</sup>.

Em face disso, Braudel principiou uma série de pesquisas sobre a história do clima, da saúde e das doenças e Ladurie promoveu pesquisas interdisciplinares,

---

<sup>3</sup> Uma notável contribuição para a área encontra-se em NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

<sup>4</sup> LADURIE, E. *Histoire du climat depuis de An Mil*. Paris: Flammarion, 1967; Em Montaillou, Ladurie demonstra que os códigos alimentares e o vestuário parecem ser predeterminações mais efetivas na vida dos grupos sociais do que as instituições políticas e as regras jurídicas e administrativas. LADURIE, E. *Montaillou*. Cátaros e católicos numa aldeia francesa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>5</sup> BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>6</sup> “Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação”. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, Brasil, n. 115, p. 112, dec. 1983. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>>. Acesso em: 29 aug. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i115p103-117>.

instigando indivíduos de distintas especialidades a discutir questões sobre a história social da medicina e da doença propostas na revista *Annales*. Logo, novos objetos e vertentes historiográficas foram introduzidos à História, dentre os quais a História da saúde e das doenças. A partir disso e por meio da respectiva atenção que vem sendo atribuída à temática, percebemos as transformações da historiografia e a ampliação do campo do historiador por meio da incorporação de novos objetos e abordagens que proporcionam a evidência do homem doente e sua história. Nas palavras de Le Goff: “A doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma idéia, um certo abstracto numa complexa realidade empírica, e porque as doenças são mortais” (LE GOFF, 1985, p.7).

Desse modo, a História da Medicina é compreendida como a história do esforço do indivíduo para debelar a doença e conservar ou recuperar a saúde física e mental dos indivíduos e das populações. “Cada Sociedade reconhece doenças específicas. Além disso, a doença constitui sempre um estado com muitas implicações sociais: Estar doente ou em boa condição física são coisas muito diferentes socialmente” (ADAM; HERZLICH, 2001, p. 11). Entretanto, a saúde não é atribuída como uma categoria absoluta, já que possui o valor que lhe é conferida pela cultura de uma determinada sociedade.

Com efeito, apreender a história da saúde e das doenças sobre a perspectiva cultural compreende inúmeros espaços para investigação, pois, em todos os caminhos de análise é necessário evidenciar que o entendimento da ciência ocorre pela construção, uma vez que, deve ser analisada e compreendida dentro das especificidades de cada período histórico. Isso significa que, as práticas populares e cotidianas se traduzem por um modo peculiar de interpretação da saúde<sup>7</sup>, da doença<sup>8</sup> e do corpo<sup>9</sup>. Portanto, é por meio da perspectiva cultural que o conjunto de variáveis sobre a história da ciência da saúde deve operar, tal fato configura um aspecto característico para a

---

<sup>7</sup> Para melhor entendimento do conceito de saúde, Goldim considera que “(...) a saúde era entendida como ausência de doença, tendo o médico, como agente. O centro das atenções era a patologia em si, o controle da sua evolução e o retorno ao estado de não doença eram os objectivos de todas as atividades” (GOLDIM, 2002, p.1); Briz salienta que a “Saúde não é só ausência de doença, mas o completo bem-estar” (BRIZ, 2012, p. 166).

<sup>8</sup> De acordo com Canguilhem, “A doença não é apenas o desaparecimento de uma ordem fisiológica, mas o aparecimento de uma nova ordem vital (...). O patológico implica pathos, um sentimento direto e concreto de sofrimento e de impotência, sentimento de vida contrariada. (CANGUILHEM, 2006, p. 145).

<sup>9</sup> Refiro-me ao corpo na perspectiva de Roy Porter que em seu texto intitulado *História do Corpo*, presente na coletânea *A Escrita da História Novas Perspectivas*, considera o corpo como um eixo na relação com o mundo e que deixou de ser visto apenas a partir de uma perspectiva biológica, mas como “uma construção simbólica”.

história da medicina goiana e compõe apenas uma das particularidades que fazem com que este trabalho esteja no ponto de intersecção entre os estudos da história da ciência e da medicina e os estudos da história regional.

Destarte, o Brasil, desde os primeiros anos de colonização portuguesa, teve seu território percorrido por inúmeras expedições e missões científicas com os mais distintos objetivos. Além disso, vários fatores incitaram a curiosidade dos estrangeiros sobre as terras do além-mar, como por exemplo, a proibição de entrada estabelecida pela Corte portuguesa, tanto de viajantes como de ordens religiosas<sup>10</sup> - os rumores sobre as grandiosas riquezas minerais e naturais que as terras brasileiras escondiam, sem mencionar a abundância das florestas tropicais repleta de plantas, animais exóticos e indivíduos que viviam uma vida rudimentar - faziam do Brasil um território permeado de mistérios aos olhos dos viajantes. Sendo que, o desejo de conhecer um país considerado “exótico” permeava os seus mais distintos interesses de escrita.

Ademais, entre os séculos XVIII e XIX, houve uma rápida mudança da política metropolitana através da criação da Academia de Ciências de Lisboa<sup>11</sup>, que passou a patrocinar e incentivar os estudos sobre a natureza e o levantamento das condições econômicas do Reino e de suas colônias. (NOVAIS, 2001). Como é o caso da *Viagem Philosophica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>12</sup>, iniciada em 1783 e perdurou até 1793, a qual “(...) podemos falar de uma primeira missão científica, devidamente organizada por Portugal para o conhecimento exaustivo das riquezas da nação brasileira” (BELLUZZO, 1994, p. 49).

Entretanto, ainda que as primeiras expedições, empreendidas nos anos iniciais da ocupação portuguesa até as vésperas do século XIX, tenham alcançado êxito no que se refere ao reconhecimento do território e a recolha de espécimes, houve uma tímida divulgação de seus resultados em decorrência das disputas territoriais entre os reinos ibéricos e outras potências européias, ocasionando que o resultado dessas incursões

---

<sup>10</sup> De acordo com Sabeh: “Até 1580, a companhia de Jesus tinha exclusividade na atividade evangelizadora”, (SABEH, 2009, p. 02), dado que era a instituição religiosa oficial do estado português e a responsável pela cristianização de todas as terras conquistadas pela Coroa.

<sup>11</sup> Criada em Portugal, em 1779, seu objetivo era incentivar a investigação e divulgar a aplicação de novos conhecimentos técnicos e científicos. (ALMEIDA, 2016, p. 23).

<sup>12</sup> “O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira formou-se bacharel pela Universidade de Coimbra, em 1778, recebendo meses depois o título de doutor. Sendo assistente e discípulo talentoso de Vandelli, seria ele escolhido para comandar uma viagem filosófica pela América do Sul” (RAMINELLI, 1998, p. 3). Sobre Alexandre Rodrigues Ferreira ver o estudo de William Joel Simon, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983; Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do Século XVIII: política, ciência e aventura*, cap. II, Lisboa, Analecta Transmarina, 1991, p. 58-71.

ficasse restrito ao sigilo português. Nesse sentido, para Belluzzo (1994, p. 92), “(...) mesmo que algumas expedições fossem anteriores ao desembarque de D. João VI - como as de Thomas Lindley, em 1802; Waterton, em 1804; John Mave, em 1807; Luccock, em 1808, e Henry Foster, em 1809”, foi por intermédio da vinda da Família Real para o Brasil que as expedições científicas se tornaram expressivas.

Percebemos, assim, que o século XIX modificou o interesse de Portugal sobre a colônia, uma vez que a chegada da Corte no Brasil possibilitou uma abertura favorável para que inúmeros estrangeiros adentrassem no território:

Chegara a hora de abrir o território para os viajantes franceses e anglo-saxões, a quem foi entregue a tarefa de “descobrir” o território (...) tinha início a construção do persistente mito historiográfico dos viajantes estrangeiros que “inventaram” o Brasil. (CRUZ; PEREIRA, 2012, p. 130).

Em face disso, as expedições inauguraram um novo estilo de viagem, iniciadas no século XVIII e findadas no século XIX, difundidas por academias, universidades, sociedades científicas, muitas delas organizadas pelo Estado e, não obstante, motivadas por interesses econômicos e expansionistas. Conforme assinala Sérgio Buarque de Holanda<sup>13</sup>, os estrangeiros são artífices de um “novo descobrimento”, pois ao mesmo tempo em que se aventuraram pelos territórios, deixaram importantes documentos e registros para a historiografia e ampliaram o *corpus* do gênero *Literatura de Viagem*, que para Mindlin (1991) compreende:

(...) todos os relatos que deram à Europa uma visão do ‘Novo Mundo’ através de uma experiência própria, informações estas proporcionadas por um deslocamento físico e por um tempo determinado, ou seja, pela viagem. (MINDLIN, 1991, p. 35).

A literatura de viagem integra a *Literatura de testemunhos*, cuja definição abrange: “(...) o relato, o depoimento, o documento, o registro (escrito, oral, etc.)” (SALGUEIRO, 2012, p. 1-2). De maneira que, os seus registros possibilitam o entendimento da realidade histórica local, haja vista que não se restringem apenas ao relato daquele que viu com os seus próprios olhos, pois sob a perspectiva de Gagnebin:

Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN. 2006, p. 57).

---

<sup>13</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.), História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico – O processo de Civilização. São Paulo: Difel, 1976, Tomo II, vol. I.

Não obstante, a expedição dos naturalistas bávaros Johan Baptist von Spix e Karl Friedrich Philip von Martius<sup>14</sup> se insere no presente cenário. Tal como outros naturalistas que no mesmo período também estiveram no Brasil, como, Lagsdorff, Wied Neuwied, E. Pohl, St. Hilaire, Eschwege, entre outros. Spix e Martius, entre os anos de 1817 a 1820 percorreram o país, visitando os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Piauí, Amazonas e chegaram até os limites de Goiás. Deixaram através das suas narrativas uma vasta documentação para a historiografia, pois consideravam imprescindível coletar os “documentos” para a *posteriori* contribuir para a escrita da história, de modo que, a natureza do “Novo Mundo” foi nomeada e catalogada através de seus escritos. Assim, suas narrativas foram construídas por intermédio do deslocamento geográfico e seus olhares foram direcionados para a realidade dos cantos mais reclusos do país.

A natureza se revelou como um dos principais focos de suas observações, cujas reflexões e percepções do mundo natural eram mediadas por suas formações culturais e estudos acadêmicos. Defendiam que a natureza dos trópicos necessitava ser objeto de pesquisa científica, pois carecia de análise sistemática por parte da História Natural<sup>15</sup>. Nesse sentido, para Foucault (1985), o naturalista deveria possuir “(...) um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fieis” (FOUCAULT, 1985, p. 145).

Ademais, Spix e Martius, através do olhar armado da História Natural buscaram pesquisar o país, classificar e nomear a natureza, em seus relatos, cujos fenômenos foram explicados pela luz da ciência, de modo a partilhar uma característica basilar da Literatura de Viagem desse período. Entretanto, é necessário ponderar que o ideal da Ilustração que orientava os objetivos da expedição científica dos naturalistas, foi impregnado por uma visão de mundo carregada de ideias românticas.

---

<sup>14</sup> O zoólogo Johan Baptist von Spix e o botânico Carl Fredrich von Martius, membros da Real Academia de Ciência de Munique, vieram para o Brasil com a comitiva real da arquiduquesa Leopoldina, que veio se casar com o príncipe herdeiro D. Pedro I. Aproveitando a oportunidade, e graças às suas ligações familiares com a corte imperial da Áustria, o rei da Baviera Maximiliano José I, conseguiu enviar seus súditos, colocando em prática um antigo projeto: realizar uma viagem de estudos no interior da América Latina. Ver Karen M. LISBOA, A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1987.

<sup>15</sup> Para Michel Foucault, a História Natural somente pode ser compreendida no período anterior à repartição do saber, que se iniciou há cerca de 150 anos. (FOUCAULT, As palavras e as coisas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1985, p. 141.

Nesse contexto, Karen Lisboa (2009)<sup>16</sup> elaborou um registro das influências intelectuais dos naturalistas, evidenciando Goethe, Humboldt<sup>17</sup>, Schelling e Hegel, com o objetivo de demonstrar que Spix e Martius estavam influenciados pelo romantismo alemão, que proclamava uma nova forma de vislumbrar e pronunciar a natureza, oposta as interpretações mecanicistas e fixistas do mundo natural, que propunha uma concepção holística, por meio da qual entre todos os fenômenos existia uma relação mediada por uma força vital básica. Assim, a natureza passa a ser compreendida como um todo orgânico e uma totalidade harmônica, sujeita à evolução histórica.

Além disso, Spix e Martius buscaram conferir à sua narrativa um caráter de veracidade e prazer da paisagem, procedendo deste esforço a preocupação com os apontamentos diários do que era capturado pelo olhar armado pela ciência e pela sensibilidade romântica. (SOARES, 2001). Em 1820, retornaram à Europa com amplo material coletado, Martius produziu uma obra completa sobre a flora brasileira, que recebeu o nome de *Flora brasiliensis*, Spix, por sua vez, foi encarregado de elaborar o inventário sobre a fauna brasileira. Certamente, tanto as narrativas de viagem quanto às imagens reproduzidas nos atlas elaborado na expedição, são referências indispensáveis para o conhecimento do Brasil dos séculos XVIII e início do XIX<sup>18</sup>, visto que relatam sobre a vida social e os costumes da Colônia, bem como de suas atividades culturais e econômicas.

Desse modo, o Brasil durante o século XIX, é evidenciado como um período composto por visitas de personalidades e estudiosos, como por exemplo, médicos, mineralogistas, zoólogos, geólogos, geógrafos e inúmeros naturalistas. Almeida (2016, p. 29) considera que as viagens se tornaram um modismo no Brasil oitocentista. Entretanto, nem todos os viajantes vieram para o Brasil como o mesmo propósito, visto que a grande pluralidade de viajantes (diplomatas, mercenários, imigrantes, naturalistas, aventureiros e comerciantes) possibilita elencar dois objetivos de viagens, que correspondem às esferas particular e pública. Boaventura considera que:

---

<sup>16</sup> LISBOA, K. M.. *O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento*. Acervo (Rio de Janeiro), v. 22, p. 179-196, 2009.

<sup>17</sup> Alexander Von Humboldt (1769-1859) foi um geógrafo, naturalista e explorador alemão. Não estava de acordo com a divisão instituída no cenário natural por intermédio do pensamento e olhar do observador externo. “Seu método de pesquisa, objetivos científicos e estilos de narrativa influenciaram sobremaneira os naturalistas que visitaram os trópicos” (LISBOA, 1997, p. 43).

<sup>18</sup> CRISTOVÃO, Fernando. Para uma teoria da Literatura de Viagem. In: *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

A aventura, a pesquisa, o lazer e o trabalho circunscrevem-se na esfera particular em virtude dos resultados, como enriquecimento, projeção social, *status* ou deleite serem usufruídos na esfera individual. Com os objetivos particulares (comerciais, científicos, literários, exploratórios de recursos naturais) integram os objetivos da esfera pública. (BOAVENTURA LEITE, 1986, apud LISBOA, 1997, p.32).

Além disso, os naturalistas que embarcaram rumo ao Brasil haviam tomado a difícil decisão de viajar, difícil não apenas pelos riscos físicos que envolviam suas aventuras, mas também pelo fato da comunidade científica não ser unânime quanto à valorização do trabalho do viajante. Ao contrário, grandes nomes da ciência natural como Georges Cuvier e Buffon, defendiam o trabalho científico realizado na calmaria do seu escritório, com propósitos tão bem definidos que nenhuma alteração que desviasse do caminho metodológico era admitida. Assim, inúmeros dos mais ilustres naturalistas europeus nunca viajaram.

Sob a perspectiva de Aguiar:

Ao defender seu ponto de vista, os homens de ciência que se apegavam a um trabalho (...) bibliográfico, lançavam mão da justificativa de que o acesso às grandes obras dos cientistas anteriores era fator *sine qua non* para a elaboração de uma obra que merecesse a chancela de “ciência da natureza”. (AGUIAR, 2013, p. 5).

Todavia, foi na transição do século XVIII para o XIX, que as críticas à postura científica dita de “gabinete” se tornaram acentuadas, e tais cientistas passaram a partir de então, a ter que justificar a relevância igualmente expressiva do trabalho de reflexão sobre dados coletados por outrem. Nas palavras de Humboldt:

Se ele não vê a natureza em ação, ele pode fazer desfilar em frente de si todos os produtos; ele leva o tempo que quiser para examiná-los; ele pode acrescentar ao estudo fatos correlatos de diversas procedências. O viajante percorre apenas um caminho estreito. É unicamente no gabinete que se pode percorrer o universo em todos os sentidos; mas é necessário, para tanto, um outro tipo de coragem: aquela que provém de uma devoção sem limites pela verdade que só permite o abandono de tema quando, por meio da reflexão, da observação e da erudição, ele foi iluminado por todos os raios que o estado momentâneo de nossos conhecimentos pode oferecer. (OUTRAM 1984, p. 62).

Com efeito, Alexander Von Humboldt, Von Martius e Auguste de Saint-Hilaire, por sua vez, eram defensores de uma ciência natural cujo conhecimento dos espaços e das espécies era dado *in loco*, pois desconfiavam das obras empoeiradas de outros cientistas no perfil tradicional do viajante de gabinete. “Assim, o cientista que se fez viajante escolheu não apenas ver com os próprios olhos, mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem” (KURY, 2001, p. 879).

Nesse sentido, Humboldt é o exemplo de viajante para quem a experiência da viagem é insubstituível, uma vez que defende que as impressões estéticas sentidas em cada região percorrida integra a própria atividade científica, de modo que não pode ser substituída por amostras ou descrições dos lugares onde foram coletados. Para tanto, transformou os seus diários de viagem em um conjunto de exemplificações, descrições e imagens, que alertaram que o contato com a natureza do Novo Mundo proporciona ao cientista o impacto do “diferente”, daquilo que rompe a linha natural que o liga à paisagem e aos seres da Europa.

Desse modo, durante as expedições científicas, os estrangeiros almejavam dar conta das impressões sobre o Brasil, por intermédio da pintura, do desenho e das ricas descrições textuais, uma vez que para grande parte dos naturalistas Oitocentistas, a pluralidade de sensações ocasionadas pela viagem poderia e deveria ser retratada pela ciência. Portanto, as percepções sobre a maneira de fazer ciência que privilegia o trabalho de campo ou o de gabinete coexistem no decurso do século XIX, tendo em vista que:

(...) aquela composta por viajantes naturalistas seria para os tradicionais um mero suporte para as inúmeras revisões bibliográficas necessárias ao seu ofício de cientistas de gabinete, ou mesmo, um “trabalhador braçal” da coleta de dados. (AGUIAR, 2013, p. 5).

Apesar disso, entretanto, é necessário ponderar que os viajantes e cientistas oitocentistas representavam os “olhos do império” sobre a grande territorialidade que almejavam dominar. Assim, não devemos considerá-los apenas como “curiosos” da natureza, haja vista que suas produções são fruto de um período em que as novas estruturas do conhecimento e da exploração continental beneficiavam a emergência da história natural<sup>19</sup>, que por sua vez, impulsionou as viagens de caráter investigativo. Desta forma, o viajante ao falar do local visitado também fala do seu próprio lugar, uma vez que narrar o “outro” também é narrar sobre “si mesmo”.

Contudo, o principal interesse das incursões empreendidas ao Brasil durante o século XIX, recaía sobre a Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal e a Província de Minas Gerais. Sendo as demais regiões relegadas a segundo plano, como é o caso de Goiás. Nas palavras de Almeida:

Poucos foram os que se aventuraram por estas terras. Entre os motivos (...) podemos enumerar: as distancias; as péssimas estradas; condições climáticas

---

<sup>19</sup> PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999. p. 23-38.

pouco favoráveis; pouco conhecimento da região até mesmo por seus habitantes; elevado número de povos indígenas; desconhecimento do potencial da fauna, flora e hídrico do Cerrado. (ALMEIDA, 2016, p. 31).

Dentre os vários viajantes que percorreram o Brasil, apenas oito chegaram até Goiás, sendo eles: os franceses Auguste de Saint-Hilaire e Francis de Laporte Castelnau; os ingleses George Gardner, William John Burchell e Hugh Algernon Weddell; o austríaco Johann Emmanuel Pohl e os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius. (CORRÊA, 1997). Destarte, dentre os que se aventuraram pelo território goiano durante o século XIX, três viajantes foram privilegiados neste trabalho: Pohl, Gardner e Weddell. Essa escolha foi feita como forma de visualizar e lançar um olhar especializado para a sociedade goiana Oitocentista no que tange aspectos fundamentais para a compreensão dessa mesma sociedade, entre eles, o panorama das doenças que a acometiam.

Dessa forma, os diários de viagens por eles produzidos se traduzem enquanto mananciais de informações, pois procuram descrever e compreender o ambiente físico, como era a fauna e a flora, a geografia brasileira, quais eram os tipos de doenças mais frequentes, os hábitos da população brasileira, quais as influências que o clima<sup>20</sup> proporcionava na expectativa de vida da população, visto que em um período cujos pressupostos da bacteriologia já eram acionados pelos médicos e higienistas, ainda era possível encontrar explicações de ordem climática para o surgimento de determinadas doenças. (LIMA & HOCHMAN, 2004).

A partir disso, tendo em vista que, a discussão sobre a interferência do clima e da natureza, tanto na vida como no desenvolvimento das pessoas foi intensificada durante o século XVIII, principalmente no que se refere à América. A exemplo de Antonello Gerbi que em sua obra *O Novo Mundo: História de uma Polêmica 1750-1900* buscou traçar um panorama da controvérsia iniciada em meados do século XVIII, momento em que a filosofia das Luzes inverte a visão paradisíaca da América atribuindo ao continente o estado de inferioridade e imaturidade no que concerne à Europa.

Autores como Conde de Buffon<sup>21</sup>, Abade Raynal, Thomas Buckle e Hegel representaram um grupo de pensadores cujos ideais defendiam a debilidade da natureza

---

<sup>20</sup> Ver: PEIXOTO, A. *Clima e saúde*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>21</sup> A imagem que Buffon produz da América é evidenciada pela noção de que existe um condicionamento geográfico e climático que limita a sua plena evolução. Assim considera que: “O selvagem é débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pelos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora

americana, por intermédio dos pequenos animais, principalmente os mamíferos, da umidade, a ampla quantidade de insetos, anfíbios, répteis, etc. Contudo, tais caracteres não estariam restritos à natureza, uma vez que definiriam também os habitantes daquelas terras, notados como débeis, impúberes, preguiçosos, em síntese, degenerados. (OLIVEIRA, 2011, p. 2)

Ademais, o uso da literatura de viagem como fonte histórica se efetiva na medida em que possibilita analisar aspectos como a ampla diversidade social e cultural dos estrangeiros, que carregavam consigo seus próprios referenciais culturais, dados pelos avanços científicos e atitudes “civilizadas” destes, em contraposição, com um novo mundo cujos habitantes, de acordo com as suas perspectivas, eram repletos de atributos negativos como a indolência, preguiça, ociosidade, crueldade e luxúria, muito distantes dos padrões de civilidade tidos como ideais pelos visitantes europeus.<sup>22</sup>

O compartilhamento do dia a dia das viagens e suas impressões nos permitem estudar e compreender aspectos ainda obscuros de nossa história, por inúmeras abordagens possíveis, de acordo com o interesse e a percepção de cada pesquisador; a leitura e análise desses textos se dá também pelas entrelinhas, pelo o que está dito, e o não dito, o evidente e o latente. (ALMEIDA, 2016, p. 32).

Nesse contexto, até a segunda metade do século XIX prevalecia no Brasil, sobretudo em Goiás, uma cultura médica rudimentar, Pohl (1951, p. 298) considera que em relação à assistência médica, os habitantes eram dignos de lástima e viviam quase inteiramente sem medicamentos, sendo os doentes abandonados ao seu próprio destino. Ribeiro elenca que:

Por toda a Colônia eram raros os legítimos profissionais da medicina, isto é, médicos e cirurgiões com formação universitária. Tal fato, por sua vez, deixou amplo espaço para a atuação de homens e mulheres que detinham os segredos das curas. (RIBEIRO, 1997, p. 16)

A precariedade de assistência médica no Brasil acabou por autorizar indivíduos de reduzida bagagem teórica a curar moléstias, prática que competia aos médicos cumprir. Portanto, para tratar os problemas de saúde, a população goiana dispunha de

---

mais ligeiro que o europeu (...) é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d'alma (...) Prive-o da fome e da sede e terá destruído simultaneamente o princípio ativo de todos os seus movimentos; ele permanecerá num estúpido repouso sobre suas pernas ou deitado durante dias inteiros” (GERBI, 1996, p. 21)

<sup>22</sup> BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

poucos cirurgiões<sup>23</sup>, curandeiros<sup>24</sup>, barbeiros<sup>25</sup>, boticários<sup>26</sup>, parteiras, benzedores, entre outros. Sendo que, a prática preventiva da medicina também era de uso recorrente entre a população, haja vista que utilizam amuletos tanto para resguardar-se de seus inimigos como para se livrar das doenças e da morte. Acreditavam no mau-olhado, tinham fé nas causas sobrenaturais, bem como em bruxas e feitiçarias, para manipulação do espírito e também do inimigo.

Com efeito, os rituais religiosos ganharam destaque nesse período e a cura era constatada pela alimentação, pelo uso das ervas medicinais, vacinação e também pelos banhos termais de Caldas Novas<sup>27</sup> e estava relacionada mais com as crenças religiosas do que com a própria medicina científica. A escassez de médicos é um elemento importante a ser considerado, uma vez que os manuais de medicina popular, escritos desde o século XVIII pretendiam exatamente dar conta de tal carência nas áreas rurais e de forma paradoxal combater os charlatanismos, já que a difusão da medicina considerada tradicional se dava pelo incentivo à auto-instrução.<sup>28</sup>

Assim, a dependência dos indivíduos aos fenômenos da natureza e do sobrenatural na procura de soluções para os problemas cotidianos, representa um fator de aproximação entre a medicina erudita e o saber popular. Haja vista que no início do século XIX, a medicina ainda não tinha sido desvinculada completamente dos elementos mágicos e religiosos do século anterior, entretanto, estava em vias de mudanças. Deste modo, Márcia Ribeiro (1997) elenca que a arte médica colonial, era

---

<sup>23</sup> Para Márcia Ribeiro “o cirurgião encarregava-se de funções mais elementares, como sangrias, escarificações, extração de balas, aplicação de ventosas e sanguessugas, curas de ferimentos externos e outras atividades dependentes da habilidade manual” (RIBEIRO, 1997, p. 34)

<sup>24</sup> “Apesar de não fazer uma classificação específica para o “curandeiro”, e se preocupar em descrever os usos dos agentes terapêuticos pela população em geral, o mesmo pode ser definido como aquele que cura com vegetais, com substâncias animais, mas principalmente associando esses elementos com magia”. (ALMEIDA, 2010, p. 34)

<sup>25</sup> Os dicionários que circulavam no século XIX atribuíam o termo “barbedeiro” ao “Homem que faz as barbas e as raspa, corta, ou apara. Há barbeiros de lanceta, ou sangradores. Outros dantes consertavam as espadas, limpando-as, aliás alfagemes” (MORAES SILVA, 1922).

<sup>26</sup> De acordo com Bluteau, boticário é aquele “que tem botica, vende drogas medicinais, e faz mezinhas. Os boticários são cozinheiros dos médicos; cozem e temperam quando nas receitas lhe ordenam. (BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712 – 1728. 8 v., p.169).

<sup>27</sup> As fontes termais de Caldas Novas eram associadas ao seu valor medicinal e, especialmente, na cura e tratamento de doenças da pele, sobretudo, da lepra. A cidade era frequentada por banhistas, em sua maioria, pobres, que buscavam alívio para suas enfermidades, na esperança de serem curadas por suas águas “milagrosas”.

<sup>28</sup> É importante evidenciar que existem poucos estudos sobre os manuais de medicina popular que circulavam no tempo do Império, como por exemplo, GUIMARAES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império*. Dissertação de Mestrado. FIOCRUZ, 2003.

amiúde confundida com a feitiçaria e as práticas mágicas exercidas cotidianamente: “(...) pois tanto para o saber tradicional transportado ao Novo Mundo como para as culturas indígenas e africanas, não havia distinção no emprego de substâncias naturais e simbólicas”. (RIBEIRO, 1997, p. 84).

Com efeito, até o ano de 1825 com a fundação do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara<sup>29</sup>, não havia na cidade de Goiás nenhum médico formado e tampouco um hospital civil<sup>30</sup>. Sônia de Magalhães (2004) salienta que, o Hospital nasceu por intermédio de um grupo local influente sensibilizado com a ausência de assistência aos destituídos e enfermos, e prestava amparo material e espiritual á comunidade, tanto na vida como na morte. Tendo em vista que a saúde era vislumbrada enquanto caridade, “As pessoas, especialmente os pobres, tinham de se enrijecer para enfrentar a doença, a dor, a incapacidade e o envelhecimento prematuro (...) E vez por outra, os que podiam dar-se a esse luxo recorriam a profissionais de cura.” (PORTER, 2004, p. 36).

Dessa forma, por intermédio da Lei de 1º de outubro de 1828, verificou-se um aumento das preocupações com os odores sociais e urbanos, e no respectivo ano, ficou regulamentado que os problemas sanitários seriam de responsabilidade das câmaras municipais, entretanto, os serviços hospitalares se manifestaram incapazes de exercer tal função. Por conseguinte “A localização interiorana, os poucos recursos financeiros e a distância em relação á Corte concorreram para que a província de Goiás ficasse desamparada de assistência médica ao longo do século XIX”. (MAGALHÃES. 2014, p.170).

Além disso, no decurso do século XIX, a Província Goiana gozava de uma questão sanitária ambígua, haja vista que a sua divisão entre a Comarca do Norte e a do

---

<sup>29</sup> O Hospital São Pedro de Alcântara de Goiás foi fundado (...), sob a proteção de d. Pedro I, pela Carta Imperial de 25 de janeiro, (...) Vinculava-se às preocupações da Câmara de Vereadores e do governo da província em torno da função de curar por caridade os enfermos pobres. (...). Funcionava com um regulamento que, ao longo dos anos, passou por mudanças em decorrência das suas necessidades e das peculiaridades locais, como aquelas de caráter sanitário e higiênico presentes no novo estatuto de 1835. (...) Os raros estudos que tratam do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara mostram-no como espaço privilegiado para o desenvolvimento das estratégias sanitárias e como estas interferiram em todo o espaço urbano da cidade de Goiás no século XIX (...) Em uma cidade em que as condições sanitárias eram deficientes e as doenças eram comuns, somente essa instituição oferecia à população alguma forma de assistência. Porém, por sua condição financeira instável, estava desprovido de condições para ampliar seu atendimento. (MAGALHÃES, 2004, p. 662, 679)

<sup>30</sup> Em 1872 foi fundado em Luziânia o Hospital de Caridade São Sebastião, sob a direção e fiscalização de uma junta de caridade (SALLES, 1999: 107). Depois deste, só se tem notícia de um hospital direcionado ao atendimento da população civil em 1925, quando o Hospital Evangélico de Anápolis foi criado – um século depois do Hospital de Caridade da cidade de Goiás (SILVA, 2003, p. 105).

Sul, contribuiu para diversas visões sobre a mesma região. A Comarca do Norte que “(...) integrava os julgados de Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), Conceição, Natividade, Porto Imperial, São Félix, de Cavalcante e de Traíras” (LEITÃO, 2012, p. 80). Era caracterizada como a pior região, por haver uma maior incidência de febres letais, da qual muitas pessoas morriam. Já a Comarca do Sul, “(...) compreendia os julgados de Vila Boa (cabeça ou sede), Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar, Crixás e Desemboque”. (LEITÃO, 2012, p. 80), e devido a constante povoação às margens dos rios, estes também eram infectados com característica de peste, tais como o Araguaia e o Paranaíba.

Inúmeros viajantes caracterizaram o território goiano como insalubre, em virtude da sua localização, onde a água era pouco salubre, o calor sufocante durante a seca<sup>31</sup> e a umidade considerável na estação das chuvas. Visões que corroboraram para que as narrativas de viagem propagassem as mazelas das populações interioranas. Tendo em vista que, a ênfase atribuída às imagens negativas influenciou tanto a maneira com que os goianos olhavam para si próprios e percebiam sua região quanto os olhares exteriores que foram lançados.

A constituição de imagens negativas sobre o território goiano e sua população está permeada por olhares etnocêntricos advindos dos viajantes estrangeiros. Esses olhares representam, entre outras coisas, relações de poder, que inserem o lugar e o outro como inferiores a sua cultura, impondo visões depreciativas. A nosso ver, neste trabalho, há diversos interesses, intenções e perversões contidas, implicitamente e explicitamente, nos discursos dos viajantes estrangeiros. E a devida análise crítica desses discursos é fundamental para a construção desta dissertação, evitando assim juízos de valores e constituindo uma consciência crítica sobre o tema pesquisado. Dessa forma, procuramos reconhecer nosso território com suas formações rochosas, vales, rios e fronteiras.

Contudo, ainda que a literatura de viagem seja capaz de apresentar visões distorcidas sobre o Brasil e seus habitantes, se faz necessário compreender que tais registros se configuram como uma realidade observada pelo olhar exterior do indivíduo que veio e narrou a sua maneira e nos cabe promover a leitura nas entrelinhas. Portanto, os relatos de viagem requerem cuidados para sua leitura e interpretação, por estarem

---

<sup>31</sup> O clima de Goiás, ressaltado unicamente pelo seu aspecto negativo, no decurso do Oitocentos, foi propagado pelos viajantes e autoridades do período como justificativa política para não agir.

repletos de “juízos de valor negativos ou positivos” (BERTRAN, 2000, p. 202), por carecer a esses viajantes condições históricas para compreender o significado da diversidade cultural.

A partir destes eventos e instituições, buscamos mapear o cenário nosológico goiano por meio dos relatórios de Pohl, Gardner e Weddell. Ainda que, as fontes documentais utilizadas, em grande parte, já tenham sido pesquisadas por outros estudiosos da área, não apresentam o enfoque desejado nesta dissertação. Assim, há carência de estudos que tenham examinado a condição de existência dos goianos, a saúde e as doenças por intermédio da análise conjunta dos três diários. Com o intuito de dar conta desse estudo, dividimos a dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo analisa as narrativas de viagem no Brasil, ao passo que, a primeira parte está reservada ao contexto histórico que cerceia os viajantes e o seus relatos, cujo intuito é evidenciar a conjuntura que possibilitou que os estrangeiros adentrassem no território brasileiro a fim de promover pesquisas de caráter científico. O segundo tópico, busca trabalhar a literatura de viagem e a presença dos estrangeiros no Brasil, com a finalidade de evidenciar a maneira pela qual o Brasil foi vislumbrado e retratado por intermédio da literatura produzida, e como, os respectivos relatos se traduzem enquanto fontes documentais que possibilitam apreender as especificidades do território brasileiro por intermédio de uma visão exterior. A terceira e última parte deste capítulo, abarca uma breve análise sobre a medicina oitocentista, cujo objetivo é elucidar a maneira pela qual as práticas médicas foram exercidas na primeira metade do Oitocentos, onde me detenho ao debate historiográfico sobre o tema, avaliando suas potencialidades para a análise do caso goiano.

O segundo capítulo, por conseguinte, apresenta uma reflexão sobre os viajantes médicos e as práticas de cura em Goiás. Para tanto, comporta uma breve incursão a vida e obra dos médicos analisados, bem como, um levantamento detalhado sobre as impressões, individuais e a *posteriori* em conjunto, que foram lançadas sobre o sertão goiano. Conceito este abordado por meio de um debate efêmero com o intuito de elucidar o imaginário social perante a caracterização pejorativa de Goiás enquanto sertão.

O terceiro e último capítulo versa, fundamentalmente, sobre a análise entre o olhar estrangeiro e o olhar local. O primeiro tópico está reservado para a interpretação dos olhares de Pohl, Gardner e Weddell sobre a medicina, as práticas médicas e o

cenário nosológico goiano durante o período em questão. De tal modo que, comporta um painel e um glossário das patologias reinantes em Goiás, produzidos por intermédio dos diários de viagem analisados, com a finalidade de estabelecer um aprofundamento teórico sobre as moléstias incidentes em cada região do território goiano no decurso da primeira metade do Oitocentos.

Para além dos respectivos assuntos abordados, o segundo tópico retoma a questão sanitária goiana através da análise dos Relatórios de Presidentes da Província de Goiás publicados entre os anos de 1835 a 1853 - que correspondem ao terceiro, quarto e quinto volume da Coleção *Memórias Goianas* - com o propósito de estabelecer a comparação entre as discursividades estrangeiras e regionais, que ocasionaram na produção de determinados imaginários sobre o território goiano e sua população.

Assim, nas próximas páginas se notará o movimento de ideias e atores, que no decorrer do século XIX movimentaram e fomentaram a composição e identificação do cenário nosológico brasileiro, em específico o goiano. Deste modo, Pohl, Gardner e Weddell, bem como os presidentes de província, por meio de seus relatos, contribuíram tanto para a construção da história regional, quanto para a história das ciências e da saúde. Como veremos a seguir, porém com uma boa dose de criticidade sobre as fontes analisadas, levando em consideração o contexto histórico, bem como o tempo que estão inseridas, entre outras especificidades.

# CAPÍTULO I

## VIAJANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL

Apresentaremos neste capítulo a importância dos viajantes estrangeiros no Brasil e como as suas narrativas se solidificaram como manancial de informações documentais capaz de permitir, após realizadas as devidas críticas, a construção da visão sobre o território brasileiro. A ideia norteadora é analisar de forma crítica o modo pelo qual os estrangeiros vislumbraram, retrataram e influenciaram o Brasil durante o século XIX, bem como promover um debate sobre os conceitos de doença e medicina, visto que são indispensáveis para a análise e compreensão do presente estudo.

### 1.1. CONTEXTO HISTÓRICO: OS VIAJANTES E SUAS NARRATIVAS

Procuramos analisar a forma de representação das narrativas estrangeiras enquanto *literatura de viagem*, por meio de uma multiplicidade de visões imaginadas, narradas e a maneira pela qual o viajante escreve o que vislumbra. Assim, a investigação busca estabelecer o contexto histórico que cerceia o advento e o modo de produção da literatura de viagem. Haja vista que é constituída por um *corpus* textual muito heterogêneo, de acordo com os objetivos do produto literário e a sua recepção, o que implica a íntima conexão entre o tecido histórico-social e a matéria objeto de narração. (SIMÕES, 1985).

No decurso do século XV, o advento das grandes navegações proporcionou inúmeras transformações no mundo por meio da descoberta de novos territórios, momento sobre o qual o instinto aventureiro de inúmeros homens se viu impulsionado:

Movidos pela curiosidade de querer descobrir novas terras, desbravar novos horizontes e de, conseqüentemente, dominar estas novas terras, entre os séculos XV e XVI os europeus empreenderam grandes jornadas em busca das terras do mundo ainda desconhecidas; estas grandes jornadas são conhecidas como “As grandes navegações”. (SILVA. 2009, p. 3).

Assim, sob o olhar europeu, o grande contingente de terras “destituídas” de donos, necessitavam ser dominadas a fim de garantir a Europa o aumento de suas riquezas e poderio por meio da exploração e dominação de novos territórios. Dessa forma, os séculos XV e XVI se consolidam em campo fértil para os viajantes

estrangeiros que estavam dispostos a empreender inúmeras expedições continentais e, como resultado de suas viagens científicas, diversas narrativas foram publicadas dando origem à *literatura de viagem*. Tendo como principais características, a presença de listas e descrições detalhadas sobre os elementos da fauna, flora, hidrografia, agricultura, solo e recursos minerais das regiões visitadas (PRATT, 1999).

Além disso, o Brasil, desde o seu descobrimento, exerceu amplo fascínio sobre o olhar dos estrangeiros. Entretanto, devido à política isolacionista portuguesa, que impedia a entrada de estrangeiros no Brasil, o período que compreende o século XVI ao século XIII se caracterizou pela carência de estudos sobre o país, impossibilitando as trocas de conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento científico. Haja vista que as barreiras impostas pela administração lusitana ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil, faziam parte do firme propósito de garantir a estabilidade do seu domínio. Nas palavras de Corrêa:

Da legendária “carta de achamento”, escrita em 01 de maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel (só divulgada em 1817) descrevendo os “bons ares” e a “graciosidade” da terra onde “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, até a primeira década do século XIX, os portugueses, sempre relutantes em admitir estudos sobre seus domínios, conseguiram manter sua inflexível política de portas fechadas aos estrangeiros e, por extensão, às expedições de caráter científico. (FAORO, 1991, p. 100)

Ademais, dentre os estudos que foram assolados pelo Governo português, se destaca a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* de autoria de André João Antonil (1835), que certamente teria contribuído para divulgar as riquezas do Brasil, uma vez que comporta um tratado sobre a cultura e a produção de cana de açúcar, a lavoura de tabaco, a mineração, a criação de gado e o aproveitamento do couro. Antonil nos presentearia na conclusão com a síntese de todos os itens, e seus respectivos valores, enviados do Brasil para Portugal.

Contudo, por uma excepcionalidade, a obra foi submetida à censura do Conselho Ultramarino, e em 1711 os membros do Conselho alertaram o rei para o perigo que havia em sua divulgação, pois consideravam que a obra continha todos os caminhos que levavam as minas de ouro recém-descobertas e, portanto, não deveria chegar ao alcance das outras nações, em virtude do grave prejuízo que tal ato poderia resultar a Portugal. Assim, Taunay salientou que:

(...) mal saíra, ou talvez nem saíra o livro da casa do impressor, quando sobre a edição, se abateram inexoráveis o veto e o sequestro régio. Foi confiscada e com tal severidade destruída, que dela apenas escaparam três ou quatro

volumes, como demonstração do inflexível princípio grandioso de que ninguém mata as ideias. (TAUNAY, 1982, s.p.).

A partir disso, portanto, para além do sigilo que Portugal exigia sobre sua colônia, sobressaia ainda, no Governo português, a carência de um ambiente cultural apto a garantir a formação regular de naturalistas, visto que a concepção da natureza enquanto valor prático e utilitário direcionou os portugueses para a história natural exercida na Idade Média<sup>32</sup>. Assim, desde o “descobrimento do Brasil” até a abertura dos portos em 1808, a Coroa portuguesa restringiu, ou ao menos tentou restringir, a presença de estrangeiros no Brasil. Episódio que apresentou maior ênfase após o ano de 1590, quando se passou a vigorar a *Carta de Lei de 1605*:<sup>33</sup>

Catorze anos mais tarde, o governo metropolitano impediu definitivamente a presença estrangeira no Brasil, estipulando o prazo de 12 meses para que saíssem os que aqui estavam. Mesmo que tal determinação não tenha sido rigorosamente cumprida, por cumplicidade ou por iniciativa dos funcionários que deveriam aplicá-la, a circulação de estrangeiros e a aproximação de embarcações em portos brasileiros, a partir de então, tornou-se restrita. (LIMA, 2011, p. 2-3)

A exploração dos recursos naturais brasileiros foi marcada pelos interesses comerciais, pela política de expansão e pelo lucro. Haja vista que, tal legislação acarretou em um determinado isolamento das terras brasileiras, instituindo que o Brasil recebesse raros visitantes, e, por conseguinte, até o século XIX houve um número reduzido de relatos de viagem sobre o país. Contudo, os portugueses poderiam ter favorecido o desenvolvimento da história natural, já que pouco se sabia sobre a colônia na Europa:

Consequentemente, o que se sabe deste vasto período colonial, excetuando-se as crônicas de alguns aventureiros como Hans Staden e missionários como André Thevet e Jean de Léry, dos relatórios de navegantes de passagem além dos resultados científicos e artísticos das expedições realizadas pelos integrantes da missão holandesa organizada por Nassau, resume-se aos primeiros relatos de portugueses motivados pela empresa colonizadora, aos relatórios das expedições geográficas de reconhecimento do território e,

---

<sup>32</sup> De acordo com Leite (1995) o verbete sobre história natural na *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné*, de Diderot e D'Alembert (vol. 17, pp. 565-73), oferece uma definição contemporânea que possibilita a compreensão do trabalho científico dos naturalistas viajantes, na medida em que, “A história natural abrange todo o universo, sendo o seu objeto tão extenso quanto a natureza – os astros, o ar, animais, vegetais e minerais do globo terrestre, em sua superfície e profundidade. Essas partes são objeto de muitas ciências que derivam da história tronco”. (LEITE, 1995, p. 7). A saber, a concepção de história natural na Idade Média, estava ligada a algumas palavras chave que nos possibilita compreendê-la no contexto do século XVIII, sendo elas: princípio, finalidade, Deus e razão. Entretanto, isso não significa que o respectivo século construiu uma definição concreta e acabada do termo. Ao contrário, as origens dessa ideia sobre a natureza, na Idade Média, nos provam que o século XVIII, longe de “inventar” a natureza, fez apenas explorar, com intensidade e riqueza nunca vistas, o conjunto de suas competências.

<sup>33</sup> Carta de Lei de 18 de março de 1605: sobre a navegação dos estrangeiros para as Conquistas.

posteriormente, àqueles referentes às missões demarcadoras de fronteiras. (CORREA, 1997, p. 118).

Contudo, os estudos de caráter científicos mais expressivos sobre o Brasil datam do século XVIII<sup>34</sup>, momento sobre o qual foi criada a Academia de Ciências de Lisboa<sup>35</sup>, que promoveu uma rápida transformação na política metropolitana, de modo a patrocinar, incentivar e supervisionar estudos sobre a natureza. A *Viagem Philosophica* empreendida, entre os anos de 1783 a 1792, por Alexandre Rodrigues Ferreira, “(...) cujos objetivos científicos se mesclavam outros, visivelmente geopolíticos.” (CORREA, 1997, p. 119), é um exemplo de viagem patrocinada pela Academia de Ciências de Lisboa, Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos.

A expedição foi planejada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli e percorreu as capitanias do Rio Negro, Grão-Pará, Cuiabá e Mato Grosso. O grupo foi constituído por um jardineiro botânico, um naturalista, dois desenhistas, José Joaquim Freire, Agostinho do Cabo e José Codina. Entretanto, os dois últimos não suportaram as adversidades da viagem e retornaram a Lisboa somente o naturalista e um riscador.

Ao passo que, coube a Alexandre Ferreira e ao seu reduzido número de auxiliares, exercer as tarefas de coleta de espécimes, classificação e preparação do embarque para Lisboa, sem mencionar os estudos sobre a agricultura, confecção de mapas de produção agrícola e populacional. Tal sobrecarga de funções era motivo de queixas constantes do naturalista<sup>36</sup>, sem mencionar as doenças e febres que provocaram a morte de Agostinho Joaquim do Cabo, e enfraqueceram diversos integrantes da expedição, incluso o próprio Ferreira. Também havia problemas ocasionados pela ampla quantidade de insetos e a transposição das difíceis cachoeiras dos rios amazônicos<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> Ver artigo de Ângela Domingues, “*Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos*”, In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

<sup>35</sup> “A Academia das Ciências de Lisboa foi fundada a 24 de dezembro de 1779, com beneplácito da rainha D. Maria I. Os grandes responsáveis e mentores pela concretização deste projeto foram, sobretudo, o 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, primeiro Presidente, e o abade José Corrêa da Serra, primeiro Secretário-geral, que, conhecedores das sociedades congêneres europeias conceberam para Portugal uma instituição semelhante”. Referências: <http://www.acad-ciencias.pt/academia/historia-da-academia-das-ciencias-de-lisboa>

<sup>36</sup> “(...) juntos com elles vão os papeis que V. Ex.º avaliará como for servido, íembrando-se de quão extensa foi a comissão que confiou a hum só homem, muito novo ainda nos caminhos da sabedoria util, e que não só trata de averiguar inscripções, costumes, literaturas, comércio, agriculturas, alem do peso enorme das produções dos e Reinos, mas que hade fazer copiar de tudo copias para irem, e para ficarem”. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos, op. cit., p.98.

<sup>37</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. R.MGB. 48: 1-234, 1885.p. 100, 191, 198 e 222.

De acordo com Lopes (1998), as viagens exploratórias portuguesas tinham dois eixos principais, que não eram excludentes e no caso de Ferreira, complementares, pois aos objetivos científicos somavam-se os de ordem social e econômica. Assim, a concepção utilitária da ciência presente em Portugal é a chave para compreendermos a viagem filosófica de Ferreira, fruto das reformas pombalinas<sup>38</sup> em Coimbra, e se insere num programa que, inventariando e descrevendo os recursos naturais da colônia e do reino, apresentava como estratégia para o desenvolvimento econômico de Portugal a ênfase na agricultura. (ALMAÇA, 1992, p. 21).

Todavia, em virtude dos trabalhos administrativos exercidos por Ferreira, a sua dedicação à ciência foi inviabilizada, frustrando em alguns aspectos o caráter científico da viagem. Uma vez que passou a assumir a postura de inspetor colonial, tarefa que lhe consumiu boa parte dos seus esforços, em prejuízo do apaixonado naturalista. Fatos que o relevaram como um fiel súdito do colonialismo português. (TEIXEIRA, 1992). Assim, por intermédio da própria formação intelectual que Ferreira recebeu em Coimbra, é possível vislumbrar que a ciência já se colocava a disposição do Estado para sanar as dificuldades econômicas. Sob essa perspectiva, Raminelli pondera que Ferreira desobedeceu às instruções de uma viagem filosófica, ao passo que:

O sentido da viagem exploratória para o naturalista luso-brasileiro ainda submetia-se aos interesses metropolitanos, se confundia com a razão de Estado. Em Portugal, a ciência não se autonomizou, continuava subjulgada aos desígnios e à lógica administrativa. Esse é o pressuposto fundamental para entender a Viagem Filosófica e a inserção de Alexandre Rodrigues Ferreira no século das luzes. (RAMINELLI, 1992, p. 21).

Destarte, a expedição apresentou resultados efêmeros no campo prático, uma vez que as memórias, relatos e desenhos desenvolvidos pelo naturalista e desenhistas conservaram-se em manuscritos por quase um século. A saber, o trabalho de coleta realizado, permaneceu inédito até o momento de sua publicação, que somente ocorreu no século XIX. Portanto, os escritos de Ferreira compõem um terreno fértil para uma

---

<sup>38</sup> “Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. A idéia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas. (...) Em relação à colônia, Pombal procurou organizar melhor a exploração das riquezas do Brasil, pois, dessa forma, aumentariam os ganhos de Portugal, tão necessários para alcançar os objetivos pombalinos referentes à economia portuguesa. Criou duas companhias de comércio, a do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba, para financiarem a produção de açúcar, café e algodão e depois comercializarem os produtos. O algodão era exportado para a Inglaterra e para as indústrias por ele criadas em Portugal. Incentivou a indústria de construção naval, com a criação de estaleiros, a de laticínios, de anil e de cochonilha”. (MENARDI; AMARAL, 2006, p. 3)

reflexão, de caráter preliminar, sobre o relacionamento entre as reformas coloniais portuguesas e os avanços da ciência no século XVIII. (RAMINELLI, 1992).

Particularmente, o século XIX transpõe definitivamente o interesse de Portugal sobre a colônia, pois o bojo das transformações promovidas pela transferência da Corte portuguesa e todo o seu aparato administrativo para o território brasileiro, possibilitou que o Brasil recebesse as primeiras expedições científicas de viajantes que buscavam se aventurar nas terras do além-mar. Todavia, tais visitas somente foram possíveis, por intermédio da abertura dos portos brasileiros as nações amigas no ano de 1808, momento em que a Coroa Portuguesa incentivou a entrada de viajantes estrangeiros em terras brasileiras:

(...) a mudança da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e a abertura dos portos brasileiros alteraram sensivelmente a receptividade oficial a naturalistas estrangeiros, (...) A partir da segunda metade do século XVIII, a História Natural fora incluída nos programas de viagens, científicas ou não, e uma epidemia de colecionismo alastrou-se pelas populações europeias americanas. A observação e a catalogação, reduzindo a distância entre as coisas e a linguagem, (...) se constituíram em tarefas incorporadas antes pela nobreza, mas aos poucos pelas demais camadas sociais. (MOREIRA LEITE, 1996, p. 34).

Assim, o governo português colocou de forma estratégica, a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas e de seus territórios coloniais e, portanto, buscou patrocinar uma série de expedições de caráter exploratório pelos quatro cantos do Império. Tendo como principais características o estilo enciclopedista de produzir um conhecimento extensivo e detalhado sobre o território visitado, pois almejavam revelar o território brasileiro sob a ótica da cientificidade.

Entretanto, se faz necessário acrescentar que a chegada dos viajantes não esteve de todo limitada ao espírito da ciência, uma vez que o Brasil, na condição de sede da monarquia portuguesa, angariou um novo prestígio e despertou inúmeros interesses que suscitaram na chegada de estrangeiros movidos pelos mais distintos atrativos. E, perante a necessidade de implantar uma nova função histórica para o Brasil, era primordial empreender estudos organizados sobre os recursos naturais. Contudo, o país não possuía uma estrutura educacional que possibilitasse a formação de profissionais para esse fim, fato que induziu à administração portuguesa a incentivar a vinda de cientistas estrangeiros que fossem capazes de contribuir para o conhecimento do Brasil:

Tais medidas foram efetivamente tomadas e consubstanciadas tanto através da contratação oficial de cientistas especializados em diferentes áreas do saber, como da permissão e mesmo do estímulo à vinda de eminentes naturalistas que demonstrassem empenho em realizar viagens pelo interior do

Brasil, estudando-o e realizando levantamentos dos recursos disponíveis de acordo com os padrões das exigências científicas da época. (CORREA, 1997, p. 121-122).

Para tanto, no decurso do século XIX as atividades de exploração e descrição foram de capital importância para o processo expansionista, tanto instrumental (contatos iniciais, confecção de mapas e documentação) quanto ideológico. Deste modo, o fator que impulsionou os interesses de escrita dos viajantes pelo Brasil, foram os mais distintos possíveis, variavam de demandas pessoais a institucionais.

No plano pessoal destacamos, entre outros, os estudos para formação acadêmica, o turismo, e questões profissionais e econômicas. No plano institucional destacamos que o vínculo entre “as viagens e os órgãos públicos dos países envolvidos foi, antes de tudo, uma contingência inevitável”, haja vista a diplomacia que envolvia as viagens. (LEITE, 1996, p. 61).

Deste modo, por intermédio das agitações ocorridas no continente europeu durante o século XVIII, momento sobre o qual ocorreu a iminência das Luzes, houve a incidência de uma peculiar curiosidade pelo exótico, pelos elementos da natureza e pelo “outro”. Além disso, associado aos interesses das nações europeias pelos territórios do além-mar, houve a consolidação do movimento que deu origem as circunavegações, cujos objetivos eram “desbravar” novas terras e buscar novas oportunidades de negócios para além do mundo europeu. (BICALHO, 2003, p. 106).

Diante do presente cenário, a ciência vive o seu período de fascínio pela natureza e uma das figuras que merecem destaque nesse período é Alexander Humboldt, pois é considerado o primeiro cientista estrangeiro a anunciar e estimular pesquisas a respeito do continente sul-americano. Sendo que, seus objetivos científicos, método de pesquisa e estilo da narrativa inspiraram em demasia os naturalistas que visitaram os trópicos. E como resultado de sua viagem empreendida a América entre os anos de 1799 e 1804, foi publicada a obra *Princeps*, sobre a qual Belluzzo (1994) se diz impressionada pela extensão da coleta e dos domínios pesquisados, de modo a revelar a grande dimensão da abundante natureza dos trópicos.

O naturalista inaugurou um novo modo de fazer ciência por intermédio das viagens, uma vez que: “(...) não aceita o recorte estabelecido no cenário natural, visto e pensado por um observador situado externamente a ele” (BELLUZZO, 1994, p. 21). Humboldt estimulou um grande número de viajantes-cientistas, que influenciados por suas obras desembarcaram no Brasil na primeira metade do século XIX, contribuindo de forma decisiva para o progresso das ciências naturais nos Oitocentos. Doravante, suas

obras se constituem tanto como um legado à posteridade da organização e composição do pensamento científico moderno que se estruturava durante o século XIX, bem como assinalam o desfecho do período dos grandes homens detentores de conhecimentos vastos, abrangendo distintos ramos do saber (PICCOLI NETO; ALVES, 2010).

Deste modo, a partir da segunda metade do século XVIII, por intermédio do progresso das ciências naturais foram lançadas as bases para o aprofundamento das pesquisas de caráter científico. Sendo que, uma geração de viajantes estrangeiros passou a impulsionar as expedições de “descobrimento”, fato que comprova o impulso oferecido à literatura de viagem, que angariou imensurável repercussão no meio ilustrado europeu. Para tanto, Bole salienta que:

A época representada é, por excelência, uma época de viagens: a descoberta do Mundo Novo, juntamente com um desenvolvimento extraordinário da cartografia e uma inquietude radical de situar-se em relação à terra, ao mar e ao céu. Nasce uma nova consciência da humanidade. Sem as garantias de um mundo regido e protegido por Deus, o homem, mais exposto e mais vulnerável, mas também mais ousado e aventureiro, parte para inauditas viagens de descobrimentos (BOLLE, 2000, p. 360).

O interesse europeu sobre o Novo Mundo impulsionou a produção da literatura de viagem, em especial as produzidas por meio das expedições de caráter científico, cujas narrativas se constituem de forma crucial para o presente estudo, pois ainda que narradas sobre o olhar europeu, se traduzem em fontes documentais de fundamental importância para recuperar a história brasileira. Almeida (2016) assegura que, a neutralidade e objetividade eram atributos necessários aos relatos científicos do período. Categorias almejadas, mas nem sempre atingidas, já que em diversos momentos é perceptível à fala do sujeito, por intermédio dos relatos de desconforto, irritação, tédio, angústia e desânimo gerados pelas dificuldades encontradas no decurso das viagens.

A despeito disso, sob a perspectiva de Naxara (2004), os relatos de viagem são repletos de uma sensibilidade romântica, evidenciando que o estrangeiro, ainda que por breves momentos, deixava-se induzir pela subjetividade. Tendo em vista que, as palavras, pinturas e desenhos representavam a tentativa de transmitir e guardar os acontecimentos vivenciados. Para tanto, as viagens seguiam um roteiro previamente definido, cujo objetivo era, por intermédio das coleções animais e vegetais, acrescentar o conhecimento da humanidade, tal como sobre o território brasileiro. Assim, as respectivas expedições poderiam ocorrer por intermédio da participação de várias pessoas, ou com apenas um cientista, pois o que determinava o caráter científico da

expedição não era o número de participantes envolvidos, mas sim os objetivos para sua execução. (LEITÃO, 1941, p. 8).

Destarte, durante as missões, era frequente a presença de um paisagista ou pintor, responsável pelo mapeamento e definição da paisagem, considerando que a aptidão com o desenho era um item essencial da formação do período. Entretanto, ainda que a expedição não contasse com a presença do paisagista, certamente dispunha dos recursos técnicos necessários para realizar o registro do que era vislumbrado durante a viagem. Conforme Süssekind (1990, p. 120), os paisagistas eram encarregados de descrever o que não seria possível com palavras e ansiando corroborar com o discurso do cientista, seguiam um roteiro estabelecido pelo naturalista, atuando como uma extensão do olhar deste, com o intuito de documentar todos os detalhes, pois as circunstâncias da viagem, os obstáculos de conservação dos itens coletados e a precariedade das vias de transporte, poderiam colocar em risco os propósitos da expedição.

Nesses moldes ocorreu a expedição de Castelnau, composta além do chefe, pelo preparador Emilio Deville, o botânico e médico Hugh Algernon Weddell, um dos personagens principais deste trabalho, e o engenheiro de minas Eugène D'Osey. A expedição dispensou a presença de um pintor, pois Castelnau e Weddell eram hábeis desenhistas. Entretanto, além desta, várias outras expedições produziram amplo material iconográfico, tais como:

(...) a do Príncipe Maximilian von Wied-Nieuwied, de 1815 a 1817; a missão austríaca, de 1817 a 1821; a liderada pelo Barão de Langsdorff, de 1822 a 1829; a expedição ao Ivaí, empreendida pelos engenheiros Franz Keller e Joseph Keller, que vieram ao Brasil a pedido do governo imperial, em 1857; a expedição Thayer, chefiada por Louis Agassiz, que conta com os relatos de viagem de sua esposa Elizabeth Agassiz e percorreu o Brasil entre 1865 e 1866. (ALMEIDA, 2016, p. 28).

Nesse contexto, insere-se ainda a expedição de William John Burchell empreendida entre os anos de 1825 e 1830. É importante destacar que, os artistas-viajantes não se limitaram somente na produção de pinturas, esboços e desenhos, já que várias de suas produções iconográficas são seguidas de anotações tão minuciosas que se transformaram em autênticos registros de diário, revelando um retrato escrito do que o artista acabou de pintar. Assim, as imagens produzidas pelos estrangeiros nos permitem analisar a confrontação de olhares simultâneos sobre o Brasil e sobre o olhar europeu.

Para tanto, o crivo científico assinala a relação dos estrangeiros com a paisagem brasileira, observando que uma parcela considerável dos viajantes estava a serviço de

expedições empreendidas sob o espírito das ciências modernas. Por meio das quais, se efetivaram classificações e levantamentos de dados precisos sobre os espaços percorridos:

Quer norteadas por finalidades exclusivamente científicas, quer pragmáticas (ou ambas), não resta dúvida de que a participação dessas sociedades na tarefa especulativa do oitocentos foi da maior relevância, sendo seus objetivos os mais amplos: planejavam e financiavam expedições, avaliavam os recursos naturais de outras terras, realizavam observações astronômicas, etnográficas, botânicas, zoológicas, geológicas, elaboravam mapas temáticos representando climas, hidrografia, vegetação, distribuição de populações, organizavam exposições e conferências, concediam prêmios e medalhas aos grandes exploradores, publicavam trabalhos científicos, perseguiam o fomento do comércio, etc. (CORREA, 1997, p. 128).

No decurso da História, as viagens, de modo geral, estão relacionadas com a difusão de informações, conhecimento e com o deleite de se locomover e percorrer terras desconhecidas. Doravante, o contato com a paisagem, os mais diversos povos e culturas, proporcionou que o estrangeiro, na condição de escritor, vislumbresse o desconhecido com curiosidade e admiração, se configurando como narrador de páginas avaliativas e descritivas sobre os lugares visitados. De acordo com Rinaldi (2007), é por intermédio da condição de viajante que o elemento observado e a *posteriori* narrado angaria uma nova carga de sentido, pois é reconstituído sob o olhar do outro, o qual registra em sua mente, pela lente do seu peculiar modo de observar.

Assim, o estrangeiro em suas aventuras carrega consigo o seu “eu”, que se traduz sob a forma de sua cultura, seus signos e significados. E ler um diário de viagem é uma maneira de conhecer um pouco sobre o modo de olhar de cada viajante, por trás do disfarce que o reveste, das escritas que nos narram sobre a vontade de escrever e como relatar o novo. De tal modo que, os resultados das viagens empreendidas, contribuíram tanto para a história cultural, como para as artes e para a ciência, logo, uma das explicações do grande sucesso da literatura de viagem, publicada na Europa do século XIX, está no culto ao “outro”:

As reservas naturais abundantes e a existência de populações indígenas ainda atraíam o europeu não apenas para o estudo e pesquisa, mas também pelo simples deleite. Os “países exóticos”, como eram então chamadas as colônias, exerciam uma enorme atração. As elites dominantes tinham a oportunidade de comprovar “ao vivo”. Outros, de menor poder aquisitivo ou não podendo viajar, quando muito, liam as façanhas através dos livros de viagem (LEITE, 1996, p. 60).

Todavia, a curiosidade dos europeus em apreciar e conhecer lugares exóticos e distantes lançava as bases para o ramo editorial de publicações da denominada

*literatura de viagem*, que inclusive representava para os estrangeiros uma fonte de rendimentos, para além da possibilidade do reconhecimento nos meios científicos do período. Tais fatores os motivaram a adentrar no mercado de bens simbólicos, que era ao lado do suporte governamental ou de academias de ciências, uma fonte alternativa de financiamento que proporcionava a viabilização de suas expedições científicas.

Entretanto, se faz necessário rememorar a origem exterior dos viajantes, uma vez que, eram homens provenientes de outra cultura e meios materiais, completamente distintos dos lugares percorridos. Assim, o conceito de etnocentrismo se faz necessário para compreender a percepção que os viajantes e naturalistas possuíam sobre o Brasil durante o século XIX, uma vez que corresponde a:

(...) uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos e nossas definições sobre o que é a existência (ROCHA, 1994, p. 7).

A literatura de viagem influenciou no emprego de uma visão exterior sobre a regionalidade brasileira, e não é necessário, apenas, reconhecer que eles escreveram páginas basilares de uma história que nos diz respeito, pois o olhar dos estrangeiros espelha a conjuntura de nos vermos pelos olhos deles. Desta forma, o viajante por meio do encontro com o “outro”, passaria a instituir definições das distintas realidades culturais encontradas, mas também formaria sua própria identidade por intermédio da variação que eles impõem ao mundo e o mundo confere a eles.

Destarte, para além da transformação do olhar do viajante sobre as culturas visitadas e a paisagem que seria transformada durante a viagem, o deslocamento do viajante também sofreria uma transformação por meio de sua própria experiência e das relações com a cultura local. Além disso, é capaz de estabelecer na prática cultural da viagem, um aprendizado seja na compreensão do espaço que visita ou na reflexão sobre seu próprio lugar de origem. (FONSECA, 2009).

Portanto, ao utilizarmos a literatura de viagem como fonte de pesquisa, buscamos partir da compreensão de que tais narrativas agregam um conjunto de ensaios, cujas informações contribuiriam para a sistematização de conhecimentos sobre o Brasil e possibilitam chances de aproximação com o passado, ainda que saibamos que a História não poderá ser integralmente contada, pois cada narrador constrói um sentido do vivido, criando suas próprias representações do que foi vivenciado. E cabe ao historiador, portanto, ater-se a algumas prerrogativas no que tange a literatura de viagem. Deve-se levar em consideração que refletir sobre a História através de olhares estrangeiros

compõe um exercício multifacetado, já que os viajantes são sujeitos socioculturais dotados de interesses, pré-conceitos e referenciais culturais peculiares.

## **1.2. A LITERATURA DE VIAGEM E O BRASIL DOS VIAJANTES**

Este subtópico busca tecer um panorama geral sobre os viajantes estrangeiros que percorreram o território brasileiro durante o século XIX, em busca das prováveis descobertas e das pesquisas que o imenso território lhes poderia oferecer. De modo que, passaram a registrar suas impressões sob a forma de uma literatura que representa um manancial de informações sobre o Brasil. Nas palavras de Sodré “Não há quem possa, na verdade, fazer um estudo acurado do Brasil, particularmente do Brasil antigo, da fase colonial e mesmo da fase imperial, sem a consulta de tais relatos”. (SODRÉ, 1973, p. 318).

Em face disso, a viagem, sendo ela expedição científica ou não, propicia o conhecimento que necessita ser adquirido através da observação tanto dos homens como da natureza, fato que explica o seu amplo interesse durante o século XIX, bem com a sua popularização, na medida em que o modo de narrar se modifica, a saber, que a descrição de uma experiência se torna o cerne da narrativa de viagem e não apenas uma provável consequência desta.

Deste modo, as viagens se tornaram um “modismo” no Brasil oitocentista, e passaram a instigar um gradativo interesse do leitor brasileiro sobre a denominada literatura de viagem, considerando que “(...) os letrados locais, leitores dos relatos de viagem pelo Brasil, não os liam a toa, mas com o olhar de colecionador semelhante ao que lançavam tais viajantes para as cenas de natureza nos trópicos”. (SUSSEKIND, 1990, p. 127). Portanto, desde os primórdios do século XIX, alguns indivíduos, sejam eles nacionais ou estrangeiros, já se aplicavam as narrativas, influenciados provavelmente, pelos cientistas que os precederam.

No entanto, as primeiras viagens empreendidas, foram assinaladas pela incerteza, cuja notícia de terras e de povos até então “desconhecidos” instigavam gradativamente a curiosidade dos europeus e influenciaram diretamente na literatura de viagem. Jerzi Szacki (1972) defende que há uma ligação entre a utopia espacial clássica e a literatura do período, já que ambas possuíam o mesmo espírito de fascínio pela novidade, observadas a partir de comparações com a sociedade de seus próprios autores.

Assim, considera não haver uma distinção, como encontramos hoje, entre a literatura fantástica e os relatos de viagens, pois a diversidade de relatos povoou o imaginário do leitor de histórias muitas vezes questionáveis, onde os testemunhos dos viajantes passam a adquirir foro de veracidade e as imagens por eles narradas são tidas como evidências.

Além disso, outro fator a se pensar é que as expedições oitocentistas só foram possíveis devido ao florescimento e ao avanço que as ciências naturais lograram no século anterior, momento sobre o qual o enciclopedismo, ao dominar o cenário científico, contribuiu para a expansão dos distintos campos de investigação e ampliou os poderes do homem sobre o meio natural. Todavia, as viagens empreendidas nas distintas épocas apresentam especificidades de modo que são moldadas pela conjuntura que as cerceiam.

No Século das Luzes, as viagens angariam racionalidade científica, planejamento e uma contínua especialização, tendo em vista que a preocupação com o progresso da ciência e a busca pelo saber, foram fatores que caracterizaram as viagens de cunho “filosófico” empreendidas no período. E os naturalistas que percorreram o país, esforçaram-se em agregar novos elementos que colaboraram para o desenvolvimento das ciências naturais do Oitocentos.

No contexto das viagens exploratórias, que se multiplicaram entre os europeus imbuídos do espírito científico do período, o território brasileiro se revelou como um espaço privilegiado de observações e estudos, por inúmeros indivíduos, tais como: naturalistas, viajantes, médicos, aventureiros, missionários, comerciantes, entre outros, que empreenderam suas viagens com os mais distintos interesses. Sússekind ressalta que há distinção entre a figura do viajante e do naturalista, pois: “(...) se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho”. (SÜSSEKIND, 1990, p. 45). Logo, todos podem ser viajantes, alguns naturalistas, evento que nos permite inserir outros discursos, não elaborados por cientistas, mas os relatos daqueles que se tornaram viajantes ao acaso.

Desse modo, os viajantes e cientistas não possuem um mesmo objetivo com as viagens, nem sequer com seus relatos, pois cada um traz consigo o seu roteiro particular para a compreensão do mundo que o cerceia. Contudo, são análogos na intenção de relatar sua experiência, de modo neutro e autêntico, em um relato que se almeja isento

de paixões com exposição neutra da realidade experienciada. Para Naxara, um fato peculiar da aproximação dos relatos entre estrangeiros e brasileiros:

(...) tem a ver com a constatação de que, quando se trata de entrar, conhecer, viver e explorar o sertão. (...) a postura e pontos de vista de brasileiros e estrangeiros se aproximam e por vezes coincidem. (NAXARA, 2004, p. 164).

O viajante, sendo ele provindo de origem estrangeira ou nacional, possui atitudes semelhantes diante do desconhecido, pois se desloca de um mundo “ordenado”, para se confrontar com o distinto e o “caótico”. A viagem, desta forma, concebe um distanciamento do mundo civilizado em direção à barbárie, cuja referência era sempre a Europa ou o litoral brasileiro. Assim, o estrangeiro ao descrever o lugar visitado, também faz referência ao seu lugar, pois narrar sobre o “outro” também é narrar sobre “si mesmo”. “Portanto, “a percepção do “desconhecido”, da “alteridade”, do “estrangeiro”, do “outro”, pressupõem a existência do “conhecido”, do “próprio”, do “pátrio”, do “eu” como ponto de referência.” (LISBOA, 1997, p. 46-47, aspas do original).

Destarte, é necessário ponderar que: “(...) cada sociedade humana conhecida é um espelho onde nossa própria existência se reflete” (DA MATTA, 1983, p. 27). Logo, analisar as narrativas de viagens, compreende considerar o “universo cultural” do narrador, pois a sua investigação pode indicar mais para o campo cultural do próprio estrangeiro do que para o lugar visitado, ainda que se reporte a este.

Nesse contexto, os cadernos de campo eram verdadeiros companheiros de viagem, em que tudo era objeto de anotação criteriosa, a exemplo, das experiências vividas no cotidiano, impressões pessoais sobre a natureza, coleta e preparação de espécimes naturais, costumes, hábitos, estilo de vida dos habitantes locais e as dificuldades encontradas no decurso da viagem. Os forasteiros, a partir de suas observações, elaboraram um conjunto de imagens e textos que se traduzem como fonte promissora para a história cultural, para as artes e para as ciências. E agregam um conjunto de ensaios, cujas informações contribuíram para a sistematização de conhecimentos sobre o Brasil, de modo a permitir chances de aproximação com o passado, pois cada narrador constrói um sentido do vivido, criando suas próprias representações do que foi vivenciado.

Deste modo, por intermédio dos diários, que atuavam como porta-vozes de suas memórias, os estrangeiros organizavam seus livros de viagem com a finalidade de promover a divulgação dos resultados científicos de suas expedições. Sendo estes,

normalmente impressos em mais de uma edição e em distintas línguas e empreitaram grande sucesso no período. Sendo pleiteados pelo público arrebatado pelas descrições de povos e costumes “exóticos”, uma vez que havia grande curiosidade sobre o Brasil, inclusive por parte dos brasileiros, que “[...] não se cansavam de indagar dos estrangeiros acerca da sua pátria. Da qual faziam a mais singular ideia” (SPIX E MARTIUS apud SÜSSEKIND, 1990, p.127). Deste modo, houve a propagação de “visões do Brasil” em território europeu via publicação das escritas de viagem.

Além disso, José Eustáquio Ribeiro (2004) salienta que os estrangeiros do século XIX se distinguem dos viajantes dos séculos anteriores, porque ao contrário dos primeiros, estavam preocupados em apresentar à luz da ciência o que ainda era desconhecido pela razão humana. Assim, sob o anseio do cientificismo predominante no século XIX, os viajantes oitocentistas apresentaram a necessidade de selecionar, investigar, ordenar e catalogar o mundo da natureza. Sendo, também influenciados pelo espírito do romantismo, que induzia à valorização da subjetividade:

O olhar científico (...) aparecendo como que impregnado, de forma ambivalente, por uma sensibilidade romântica, mesmo que ela não se manifeste consciente e claramente. Junto ao olhar que se pretende neutro, que visa analisar algo que lhe é exterior (...) aparece a reverência diante da criação, a instantânea perda da objetividade e da neutralidade. Sentimentos e sensações que escapam ao domínio da explicação racional (...) Na tentativa de assimilar tal espetáculo, os homens lançaram mão da palavra, do desenho e da pintura, como formas de alcançar o conhecimento e garantir a memória (NAXARA 2004, p. 148).

Dessa forma, nas próximas páginas se verá uma abordagem sucinta dos naturalistas e viajantes que percorrem o território brasileiro no oitocentos, em busca das mais prováveis “descobertas” que o imenso território lhes poderia oferecer. Thomas Lindley, por sua vez, foi o primeiro viajante que recebeu permissão para visitar o Brasil antes da mudança da Corte, cuja visita ocorreu entre 1802 e 1803. Suas memórias foram reunidas e publicadas no ano de 1805 em Londres no livro *Narrative of Voyage to Brazil*<sup>39</sup>, de modo a se tornar o primeiro inglês a deixar legado escrito sobre sua estadia em terras brasileiras.

Jonh Mawe foi o segundo inglês a visitar o Brasil com autorização da Coroa portuguesa, seu interesse ao território é atribuído ao anseio de enriquecimento fácil. Dentre os anos de 1807 a 1810, percorreu as capitanias de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, obteve ainda, permissão para percorrer o distrito diamantino, até então

---

<sup>39</sup> LINDLEY, Thomas. *Narrative of a Voyage to Brazil*. Londres: J. Johnson, 1805.

proibido aos estrangeiros. Relatou as suas memórias no livro *Travels in the Interior of Brazil, Particular in the Gold and Diamond Districts of that Country* (1812), com tradução para o português com sob o título *Viagens ao Interior do Brasil* (1978).

Entretanto, a análise de Mawe revela inúmeros equívocos com relação aos aspectos históricos e geográficos brasileiros, alterando cursos de rios, citando cidades inexistentes e inventando pela própria fantasia personagens que nunca existiram (CORRÊA, 1997). Em contrapartida, sua obra traz considerações importantes para a capacidade produtiva das minas no período em que a atividade mineratória jazia em crise.

Jonh Luccock residiu no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, publicou em Londres no ano de 1820 um livro de memórias intitulado *Notes on Rio*, redigido com a parcialidade típica do olhar estrangeiro, Adolfo Varnhagem o considerou “(...) a mais fiel pintura do verdadeiro estado material, moral e intelectual em que estava a capital do Brasil à chegada da família real e dos progressos que se fez nesses poucos anos” (GARCIA, 1922, p. 882).

Também, paralelamente, Henry Koster entre os anos de 1809 e 1815 percorreu as Capitanias do Nordeste e do Norte brasileiro, publicou suas memórias no livro *Travels in Brazil* (1816), traduzidas em alemão e francês. Seus relatos foram mais tênues que os demais estrangeiros nas críticas aos usos e costumes dos brasileiros do período. No entanto, Koster mostrou-se impregnado por teses deterministas, conferindo ao clima o tipo de conduta moral observado nos habitantes:

O labor não é agradável. O homem trabalha geralmente por necessidade e tem necessidades de alguns estimulantes para animá-lo ao esforço. Esse fato ocorre sob todos os climas, e influi com maior frequência naqueles em que a natureza inclina à indulgência essas pretensões indolentes (MONTEIRO, 1978, p. 75).

Contudo, a chegada dos primeiros viajantes ao Brasil não esteve de todo limitada aos aspectos políticos e econômicos, pois a estes interessavam também a esfera intelectual da vida brasileira. A exemplo do médico Andrew Grant, que por intermédio de sua obra *History of Brazil* (1809), promoveu um esboço histórico e geográfico da natureza brasileira. As obras de Robert Southey (1810-1819) e James Anderson<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> James Anderson detinha como objetivo “(...) comunicar novas informações relativamente a uma porção da América do Sul, agora mais do que nunca digna da atenção do mundo comercial, político e científico” (MONTEIRO, 1978, p. 49-52).

(1821) são outros exemplos de publicações de ingleses instigados pelo princípio do “progresso”.

Assim, até a segunda década do século XIX, inúmeros zoólogos, mineralogistas, botânicos, geólogos e geógrafos empreenderam expedições ao Brasil, cujas produções e publicações instigaram aqueles que os procederam. Tais como: o ornitólogo Charles Waterton, que em 1825 publicou o livro *Wandering on South-América*, como resultado da sua incursão a Amazônia; William Swainson com formação em entomologia, ornitologista e botânica, visitou as Capitanias do nordeste entre os anos de 1819 e 1821 e publicou, entre outras, as obras iconográficas *Birds of Brazil* e *Zoological Illustrations*.

O mineralogista Alexander Caldleugh, percorreu o Brasil entre 1819 a 1821, e como resultado de sua viagem ao Rio de Janeiro e das pesquisas em Minas Gerais, publicou o livro *Travels in South-America* (1825); William J. Burchell era artista e botânico e entre os anos de 1825 a 1829 percorreu grande extensão do interior do Brasil, e nos presenteou com um rico testemunho pictórico e alguns trabalhos botânicos, como é o caso do *Catalogus Geographicus Brasiliensis* e *The Brazilian Herbarium*; R. Wash detinha formação em botânica e embarcou ao Brasil na qualidade de capelão, percorrendo as Províncias do Rio e de Minas, suas pesquisas sobre a fauna foram publicadas na relação de viagem *Notices of Brazil in 1828 and 1829* (1830). (CORRÊA, 1997).

Deste modo, da terceira década até meados do século XIX, uma nova leva de naturalistas ingleses visitou o Brasil. Sendo eles: Charles Darwin que percorreu alguns portos brasileiros em sua expedição científica retratada na obra *Voyage d'un Naturaliste ao Tour du Monde, fait à Bord du Navire Beagle de 1831 à 1836*, (Paris, 1855); George Gardner, geólogo e botânico, um dos principais personagens deste trabalho, que entre 1836 e 1841 esteve em terras brasileiras e publicou, entre outros, a obra *Traves in the Interior of Brazil* (1846); William H. Edwards empreendeu pesquisas geográficas, zoológicas e botânicas na Amazônia no ano de 1846, cujos resultados deram origem a *Voyage up the River Amazon* (1855).

Nesse contexto, Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates e Richard Spruce foram os últimos viajantes desse período. Wallace e Bates, empreenderam em conjunto uma expedição científica pelo Amazonas, iniciada em 1848. Contudo, Wallace comprometido em sua pesquisa sobre a origem e evolução das espécies, retornou à Inglaterra em 1850 e publicou o livro *Narrative of a Travels on the Amazon and Rio*

*Negro* (1853). Walter Bates, permaneceu no Brasil pesquisando a flora e a fauna da amazônica até 1859, ano que regressou a Europa com uma vasta coleção de espécimes naturais que foram posteriormente depositadas no Museu Britânico. Bates relatou a sua viagem no livro *The Naturalist on the River Amazon* (1863), composto de dois volumes, e publicou o clássico ensaio *Contribution to Insect Life of the Amazon Valley*. Entre 1849 a 1855, foi à vez do botânico Richard Spruce pesquisar o vale do rio Amazonas e coletar igualmente espécies naturais para os museus da Inglaterra. No entanto, suas *Notes of a Botanic on the Amazon and Andes* somente foram publicadas no ano de 1908 por Wallace (CORRÊA, 1997, p. 145).

De modo concomitante com a vinda dos naturalistas, houve a chegada dos pintores europeus de distintas nacionalidades, que aportaram no Brasil com o objetivo de registrar as inéditas “paisagens pitorescas” e os “habitantes exóticos” de um país que acabara de sair do isolamento. Sem dúvida, a presença da Missão Artística francesa, impulsionou a vinda de um contingente expressivo de pintores, dentre os quais se destacaram, entre os franceses, os pertencentes à família Taunay - Nicolau e Félix Emile - este último pai do Visconde de Taunay - e os paisagistas e retratistas Barandier, Vinet, Debret e Le Chevrel. Sucedidos pelos irmãos Auguste e Louis Moreau e, Armand J. Pallière e Charles Ribeyrolles (TAUNAY, 1895, p. 228-231).

Dessa forma, o espaço propício às atividades artísticas também trouxe os ingleses Thomas Grinn e James Henderson, os suíços Abraham Louis Buvelot, Charles Guillaume Théremin e o dinamarquês Paul Harro-Harring (KOSSOY; CARNEIRO, 1994). Belluzo (1994) salienta que, tanto a presença dos artistas, como o engajamento destes como professores da Academia de Belas Artes, as exposições por ela patrocinadas, entre outros fatores, contribuíram para a circulação de informações do Brasil no exterior. Certamente, esses foram os fatores que também atraíram os pintores alemães “Emil Bauch, Karl Linde, Heinrich e Karl Fleiuss, Joseph Brüggemann, August Off e Jules Martin, todos herdeiros da tradição artística romântica” (BELLUZO, 1994, vol. III, p. 66).

Jean-Baptiste Debret destacou-se dentre os demais artistas, tanto pelo conjunto da obra produzida, como pela importância da divulgação da imagem do Brasil na Europa. Debret percorreu o Brasil dentre os anos de 1816 a 1831, e sua pintura revelou uma visão crítica de múltiplos aspectos da vida social brasileira. Suas composições

artísticas e impressões de viagem foram materializadas no livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1834 e 1839).

Em linhas gerais, Thomas Ender, Johann Moritz Rugendas, Adrien Taunay e Hercule Florence são exemplos de pintores agregados a missões científicas. Ender embarcou ao Brasil em 1817 como integrante da Missão Austríaca Francesa. No curto período de dez meses que permaneceu no Brasil, reuniu um expressivo acervo de aquarelas e desenhos, sendo que alguns destes retratam igrejas e casarios, cenas da vida urbana, tipos humanos, vistas panorâmicas, entre outros (CORRÊA, 1997).

Os demais integraram a expedição organizada pelo diplomata e naturalista Georg Heinrich von Langsdorff, que se estabeleceu em 1813 no Rio de Janeiro como cônsul geral da Rússia (PINTO, 1976). A expedição contava com o botânico Ludwig Riedel, o astrônomo Nester Rubtsov, o linguista e zoólogo Edouard Ménétriès e Christien Hasse que era zoólogo e médico. Foi patrocinada em parte pelo governo brasileiro e pelo czar Alexandre I e percorreu entre os anos de 1821 a 1829, dezessete mil quilômetros do território brasileiro, coletando informações sobre a natureza, economia e a população do país. Entretanto, foi finalizada de modo trágico, com a morte de Taunay no rio Guaporé e com a perda da memória de seu dirigente, vitimado por febres tropicais.

Contudo, os resultados científicos obtidos durante a expedição permaneceram esquecidos por cem anos nos arquivos do Jardim Botânico da Academia da Ciências de São Petersburgo, sendo recuperados somente em 1930 por especialistas soviéticos e continuou inacessível aos pesquisadores brasileiros até o fim da década de 1980. O resultado da expedição foi publicado por Komissarov na obra intitulada *Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas*. Para o referido autor, o conjunto destes desenhos, somados aos de Rugendas “[...] formam uma enciclopédia pictórica sem igual, que nos conduz ao passado do povo brasileiro” (KOMISSAROV, 1994, p. 100).

Além disso, Rugendas, em virtude de seu desentendimento com Langsdorff, se desligou da expedição e percorreu o Brasil por conta própria. Elaborou autênticas aquarelas e desenhos dos usos e costumes do povo, as relações entre escravos e senhores, mamelucos, indígenas em seus ambientes naturais e cenários da vida urbana. Regressou a Europa no ano de 1825, com cerca de cem desenhos feitos no Brasil e os publicou no livro *Voyage Pittoresque dans le Brésil*. Tendo retornado ao Brasil, novamente, entre os anos de 1846 e 1847, particularmente, no Rio de Janeiro e

Pernambuco. Oberacker salienta que Rugendas em seu retorno à Alemanha, teria levado consigo “(...) um acervo de 3.339 esboços, desenhos e aquarelas, que entregou ao rei da Baviera em troca de uma pensão vitalícia” (OBERACKER, 1985, p. 131).

Assim, após a Missão Artística, outros franceses inspirados pelos viajantes que os antecederam empreenderam viagens e expedições rumo ao território brasileiro, sendo eles: literatos, historiadores, engenheiros, militares, médicos, gráficos, jornalistas, negociantes, educadores, padres, agrônomos, naturalistas, entre outros. Dentre os franceses, são dignos de referência: o botânico Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire, que empreendeu quatro excursões pelo interior do Brasil entre 1816 a 1822 e publicou um extenso material científico e memórias de viagens, dentre elas a conhecida *Voyage dans l'Interieur du Brésil* (Paris, 1830-1851, 6 vols.); O zoólogo e botânico Hyppolyte Taunay, que no mesmo período viajou grande parte do litoral brasileiro e, com o auxílio de Ferdinand Denis, escreveu o livro *Le Brésil, son Histoire, Moeurs, Usages et Coutumes des Habitants de ce Royaume* (Paris, 1824, 6 vols); O geógrafo, botânico e zoólogo Alcides d'Orbigny, que entre 1826 a 1833, percorreu Mato Grosso e as Províncias do Sul do Brasil e narrou as suas impressões na obra *Voyage dans l'Amérique Méridionale* (Paris, 1834-1837).

Entretanto, a única comissão científica francesa em solo brasileiro, registrada nesse período foi à dirigida pelo diplomata e naturalista Francis de La Porte, conde de Castelnau. Empreendida entre os anos de 1843 a 1847, a expedição era integrada pelo engenheiro de minas Eugène Hulot d'Osery, pelo médico e botânico Hugues Weddell, um dos personagens deste trabalho, e pelo preparador e zoólogo Emille Déville. Seus resultados foram publicados em Paris entre os anos de 1850 e 1857, em um obra que contempla quinze volumes intitulada *Expedition dans les Parties Centrales d'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para* (PINTO, 1976, p. 460)

O príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied consagrou o ciclo das expedições científicas alemãs. Era oficial do exército prussiano e fascinado pela história natural, resolveu “(...) correr o mundo, renunciando às glórias da vida militar, em que se iniciara com brilho” (PINTO, 1976, p. 447). Chegou ao Brasil no ano de 1815 com o pseudônimo de Max von Braunsberg e, em companhia dos naturalistas Franz Sellow e George Freyreiss, se dedicou as investigações sobre zoologia, etnologia e botânica. Em regresso à Alemanha, publicou suas observações na obra *Reise nach Brasilien: 1815-1817* (Frankfurt, 1820-1822, 2 vols. com atlas). Mello Leitão se refere à obra como “(...)

um encanto para o naturalista, pelo colorido das paisagens, pelas notas quase sempre benévolas, pelas observações cheias de vida e perspicácia” (MELLO LEITÃO, 1944, p. 432).

Destarte, como resultado das pesquisas científicas, Wied-Neuwied publicou o livro *Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien* (Weimar, 1825-1832, 5 vols.), tendo sido editado para o francês com o título *Matériaux pour l'Histoire Naturelle du Brésil*. Seus companheiros, Freyreiss e Sellow, realizaram pesquisas mineralógicas e deixaram amplo material composto por memórias de viagens, trabalhos científicos e coleções de história natural que foram enviadas aos Museus de Berlim e do Rio de Janeiro.

Todavia, os primeiros viajantes foram acompanhados por outros cientistas de origem germânica, que em 1817 tiveram a oportunidade de viajar ao Brasil, em virtude do casamento de D. Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador da Áustria, com D. Pedro de Alcântara, herdeiro da Coroa portuguesa. Para tanto, foram integrados a comitiva da futura imperatriz uma comissão de naturalistas com a finalidade de empreender viagens exploratórias pelo país referentes à história natural. Conduzida pelo austríaco e botânico Johann Christien Mikan, considerada “(...) a maior que já visitou nosso país, nunca tendo aportado um grupo tão numeroso e seletivo de cientistas” (MELLO LEITÃO, 1944, p. 349). Essa expedição ficou conhecida como Missão Austríaca, sendo integrada pelo italiano Giuseppe Radi, pelos austríacos Johann E. Pohl, uma das personalidades deste estudo, e Johann von Natterer e pelos alemães Johann-Baptiste von Spix e Karl F. Von Martius.

Concomitantemente, à equipe foi também agregado o desenhista Franz J. Frühbeck, o pintor Thomas Ender, o paisagista e botânico Johann Buchberger, o jardineiro e botânico Wilhelm Schott, o caçador e taxidermista Domenik Sochor e o mineralogista e bibliotecário Rochus Shüch, que a *posteriori* se tornaria diretor do gabinete de história natural da imperatriz Leopoldina. Pohl permaneceu no Brasil por mais de quatro anos percorrendo o interior, principalmente pelas Capitânicas de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vitimado pelas febres tropicais e inadaptado às condições do país, regressou à Europa em 1821, com grandes coleções de espécies geológicas e naturais, depositados no Museu de Viena.

Ainda que sua morte tenha sido prematura, Pohl ainda teve tempo de se dedicar em suas pesquisas sobre o Brasil, as dividindo em cinco títulos de interesse sobre o país, com descrições de novas espécies botânicas, sobretudo na *Plantarum Brasiliae Icones*

*et Descriptiones* (Viena, 1827-1831). Para tanto, suas memórias foram reunidas na *Reise im Innerm von Brasilien* (*Viagem no Interior do Brasil*) publicada em Viena entre os anos de 1832 a 1837.

A saber, o botânico e zoólogo Johann von Natterer, permaneceu em solo brasileiro entre os anos de 1817 a 1835. Foi o naturalista que mais enviou espécimes naturais e artefatos indígenas para o Museu de História Natural de Viena, onde assumiu a cadeira de professor adjunto após seu regresso. Oberacker (1985) salientou que a maior parte de seus diários, manuscritos de viagem e pesquisas científicas foram destruídos pelo incêndio que assolou o Museu Viena em 1848, sendo publicado somente no ano de 1871 o seu trabalho sobre os pássaros brasileiros, com o título: *Zur Ornithologie Brasiliens: Resultäte von Johann Natterers Reisen in der Jahren 1817 bis 1835* (OBERACKER, 1985, p. 125).

O botânico Giuseppe Raddi empreendeu uma única missão científica para a Capitania do Rio de Janeiro. Regressou à Europa em 1819. No entanto, não escreveu memórias de sua viagem, deixando apenas monografias de interesse zoológico e botânico, dentre elas as *Di Alcune Specie Nuove di Reptili i Pianti Brasiliani* e a *Plantarum Brasiliensium - Nova Genera et Species Novae*, publicadas em Roma e em Florença nos anos de 1819 e 1825 respectivamente. (GARCIA, 1942, p. 217).

Os naturalistas bávaros Spix e Martius, entre os anos de 1817 a 1820 percorreram 10.000 quilômetros do território brasileiro, desde o Rio de Janeiro até a Amazônia. Entretanto, Spix faleceu em 1827 e coube, portanto, a Martius completar os estudos zoológicos e publicar a obra *Reise in Brasilien* (Munique, 1823-1831), traduzido para o português com o título *Viagem pelo Brasil*, composta por três volumes e um atlas com 50 gravuras. Martius também publicou, dentre outros, a *Flora Brasiliensis*, iniciada em 1840 a qual se dedicou até sua morte em 1868, sendo concluída por outros cientistas no ano de 1906. É considerada uma obra “monumental” por conter 40 volumes e 3.811 gravuras, sendo, ainda hoje, referência fundamental para os estudos botânicos brasileiros (BELLUZO, 1994; LISBOA, 2009).

No respectivo período em que as expedições científicas continuavam a avançar pelos trópicos, outros naturalistas estrangeiros também estiveram no Brasil, entretanto, nenhum obteve êxito semelhante aos integrantes da Missão Austríaca. Sendo eles: o botânico Peter W. Lund, de origem dinamarquesa, que aportou no Brasil em 1827 com o objetivo de coletar espécimes naturais para formar um museu em seu país, desígnio

que o levou a viajar na companhia de Riedel pelas Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1833, estabeleceu-se em Lagoa Santa, estado de Minas Gerais, para realizar pesquisas paleontológicas; J. Linden, também com formação em botânica, era natural de Luxemburgo, percorreu o país entre de 1835 a 1837. Tornou-se diretor do Jardim Botânico de Bruxelas e produziu dois trabalhos científicos, contendo iconografias de plantas brasileiras.

E por fim, o alemão Eduardus F. Poeppig empreendeu uma ampla expedição pela América do Sul, cujos resultados zoológicos e botânicos obtidos, foram organizados na obra *Reise in Chile, Peru und auf dem Amazonas von 1827-1832* (Leipzig, 1835-1836) e na *Nova Genera et Species Plantarum quas in Regno Chilensi, Peruviano et in Terra Amazonica* (LEIPZIG, 1835-1844).

Desse modo, os naturalistas e viajantes por intermédio de suas expedições científicas ao Brasil, não só lançaram as bases para o conhecimento sistemático do país, como também redigiram páginas fundamentais de uma história que nos diz respeito. Ainda que relatada sob a ótica do estrangeiro, o legado científico e literário que deixaram concebe não apenas uma das veredas que nos transporta à natureza e à cultura do oitocentos, como também nos permite rever as imagens que os europeus criaram sobre o nosso país a partir de sua visão de mundo. Portanto, devemos nos indagar quem é o autor do relato ou quem ele almeja ser. Tendo em vista que:

(...) Não entendê-los corretamente na etapa sincrônica em que viveram é cair na armadilha dos julgamentos parciais, é incorrer no erro, hoje inaceitável, de não relativizar, de não perceber as coisas sem que elas passem pelo filtro interno do próprio “eu”. (...) analisá-los como protagonistas de um universo diferente do pessoal significa um profundo respeito pelo mistério que é o “outro”, o que não é fácil pois tendemos ao eco, à repetição. O esforço de conseguir tirar a venda da visão pessoal para mergulhar no “outro” para percebê-lo como é, sente, vive ou interpreta o mundo representa, no mínimo, respeito à individualidade alheia (CORREA. 1997, p. 139)

Para tanto, cada viajante em sua individualidade busca como parâmetro de comparação e referência as percepções que possui em suas origens, de forma que pode possibilitar brechas para a criação de padrões sobre o Brasil, conferindo características de selvageria, barbárie e declínio. Haja vista que, a distinção de idioma, etnia, nível socioeconômico, concorreram para dificultar a compreensão e os contatos dos estrangeiros sobre os comportamentos dos brasileiros (QUEIROZ, 1984).

Assim, ainda que literatura de viagem influencie de modo particular na visão de distintos “brasis”, tais registros se configuram como uma realidade observada pelo olhar

exterior do indivíduo que veio e narrou a sua maneira e nos cabe promover a leitura nas entrelinhas, uma vez que tais fontes se constituem como um material rico em pistas e vestígios que permitem inúmeras leituras sobre o Brasil.

Nos dois primeiros tópicos, evidenciamos o contexto histórico que cerceia o momento de produção da literatura de viagem, bem como um levantamento dos viajantes, que se tem notícia, que adentraram no Brasil durante o século XIX movidos pelos mais distintos interesses de escrita. No próximo subtópico, nos ateremos à análise da medicina e das práticas médicas oitocentistas, cujo cerne está nas discussões acerca da forma pela qual a história da saúde e da doença era concebida e, por sua vez, praticada no Brasil durante o período em questão. Conforme veremos a seguir.

### **1.3. A MEDICINA E PRÁTICAS MÉDICAS NO BRASIL OITOCENTISTA<sup>41</sup>**

O objetivo aqui é demonstrar que “[...] houve povos sem médicos, mas nunca houve povos sem medicina”<sup>42</sup>, uma vez que, a medicina é tão antiga quanto a própria existência da humanidade. Com tal objetivo, a princípio promovemos uma contextualização de como as práticas médicas foram exercidas ao longo dos períodos históricos.

Na década de 1970, por intermédio dos trabalhos de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1998)<sup>43</sup>, Philippe Ariès<sup>44</sup>, Jacques Le Goff (1985)<sup>45</sup>, Jean Delumeau (2009)<sup>46</sup> e Jean-Charles Sournia (1995)<sup>47</sup> a História da saúde e das doenças angariou projeção, sobretudo com os trabalhos que evidenciaram as temáticas relativas ao corpo. Jacques Le Goff salientou que tal interesse ocorreu em virtude das doenças não estarem exclusivamente ligadas a uma história dos avanços tecnológicos e científicos, uma vez que pertencem, sobretudo, “(...) à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações” (LE GOFF, 1985. p. 8).

---

<sup>41</sup> A medicina praticada no decorrer do século XIX recebeu a denominação de medicina oitocentista. Sendo marcada por um avanço no processo de legitimação social com a extensão do seu espaço de competências e a disseminação do saber médico.

<sup>42</sup> Máxima de Plínio aos romanos Apud TAVARES DE SOUSA, A. *Curso de História da Medicina – das origens aos fins do século XVI*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 15.

<sup>43</sup> REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre Nora (org). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

<sup>44</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte I*. Portugal: Editora Europa América, 1988.

<sup>45</sup> LE GOFF, Jacques (org). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

<sup>46</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

<sup>47</sup> SOURNIA, Jean Charles. *História da medicina*. Instituto Piaget, 1995.

Nesse sentido, para George Rosen (1980), as doenças devem ser compreendidas enquanto acontecimentos inteligíveis, que pertencem a um contexto biológico e social historicamente determinado e condicionado pelas condições do ambiente. Assim, o retorno ao estado de saúde sempre integrou as inquietações de homens e mulheres, em todas as civilizações, independente das representações suscitadas sobre elas. Anny Silveira e Dilene Nascimento salientam que:

Hoje, podemos falar de um campo de história das doenças, constituído por “histórias” que, adotando perspectivas diversas, representam importantes contribuições ao trabalho de reflexão sobre o papel das doenças na história. (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2004, p. 16).

A partir disso, episódios e eventos atrelados às doenças determinam uma historicidade que se difere nas distintas espacialidades e temporalidades. E, o uso da perspectiva histórica para o conhecimento das moléstias possibilita o auxílio na apreensão das estruturas de poder e nos comportamentos humanos de um determinado período, permitindo a investigação das ações dos distintos grupos sociais. A história da saúde e da doença não deve, portanto, ser interpretada da mesma forma do decorrer das distintas épocas, tendo em vista que:

Cada Sociedade reconhece doenças específicas. Além disso, a doença constitui sempre um estado com muitas implicações sociais: Estar doente ou em boa condição física são coisas muito diferentes socialmente (ADAM; HERZLICH, 2001, p. 11).

Portanto, a saúde não deve ser atribuída como categoria absoluta, pois cada sociedade apresenta especificidades que discernem esse fenômeno. Na Antiguidade, havia a crença de que as moléstias eram enviadas aos homens pelos deuses como punição por seus pecados. Período sobre o qual, também surgiram às primeiras concepções de que as doenças eram geradas por fatores naturais, a exemplo de Hipócrates<sup>48</sup>, cuja medicina hipocrática<sup>49</sup> reconheceu que todas as doenças possuem uma causa natural sem a qual não poderia surgir. Assim, sugeriu o problema médico sob uma ótica com maior delicadeza e densidade: “[...] *não há enfermidades, mas*

---

<sup>48</sup> Hipócrates (460-377 a.C.), nasceu na Grécia, em Cós, ilha grega do Dodecaneso. Foi considerado o mais célebre médico da Antiguidade e o iniciador da observação clínica.

<sup>49</sup> Recebe a denominação de medicina hipocrática, as práticas médicas desenvolvidas por Hipócrates, seus discípulos e o que foi redigido no *Corpus Hippocraticum*. O principal avanço de sua obra consiste na introdução de um método no ofício médico. Sendo composto através da observação criteriosa de todos os elementos que pudessem estar em torno do advento da doença, por meio do estudo do paciente, não de forma fragmentada, mas sim, em sua totalidade.

enfermos”<sup>50</sup>. Para tanto, era de fundamental importância compreender os efeitos das estações do ano (temperatura, humidade, chuva, entre outros) sobre os humores do homem<sup>51</sup>.

Destarte, durante a Idade Média, foi propagada a imagem de que as práticas religiosas e mágicas eram condições determinantes para a manifestação das moléstias. Em virtude da dificuldade de combater a maioria das doenças infectocontagiosas, passou-se a imputar aos espíritos maus e demônios as origens das enfermidades. Assim, os médicos do medievo defendiam o conceito de contaminação e a quarentena como forma indispensável de contenção da proliferação de epidemias. De acordo com Eliane Fleck e Leny Anzai (2013), nas faculdades de medicina do período conviviam os ensinamentos de Hipócrates, Galeno<sup>52</sup>, Avicena<sup>53</sup> e alguns médicos do mundo árabe.

No decurso do século XVII, havia o predomínio da crença de que as condições de vida e a qualidade dos espaços ocupados ocasionavam doenças. Houve, portanto, nos centros urbanos a preocupação em cuidar da limpeza com o intuito de alcançar e manter a saúde para assim, evitar a morte do indivíduo. Para tanto, Alain Corbin pondera que:

(...) ninguém dúvida de que o ar tenha em suspensão as substâncias que se destacam dos corpos. A atmosfera-cisterna carrega-se com as emanações

---

<sup>50</sup> HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar: o juramento e outros textos*. São Paulo: Landy, 2002, p. 130-131.

<sup>51</sup> A patologia para Hipócrates era baseada na doutrina dos quatro humores: *sangue, fleuma ou pituita, bílis amarela e bílis negra*, que se pensava constituírem a própria natureza do corpo humano. As suas qualidades são naturalmente as qualidades fundamentais dos elementos a que correspondem: o sangue, quente e úmido, como o “ar”; a fleuma, fria e úmida, como a “água”; a bílis amarela, quente e seca, como o “fogo”; a bílis negra, fria e seca, como a “terra”. Quando os respectivos humores estão perfeitamente misturados e se encontram devidamente proporcionados uns em relação aos outros no que se refere à composição, propriedades e quantidade, o indivíduo é dotado de saúde. No entanto, se um destes elementos está em falta ou em excesso o indivíduo sente dor. Assim, quando um elemento encontra-se separado dos outros e isolado no corpo, não só fica doente o lugar que deixou, mas também a parte onde se encontra sofre, por motivo de excesso. (HIPÓCRATES, 2002).

<sup>52</sup> Cláudio Galeno (129-c.200 d.C.) nasceu em Pérgamo, na Ásia Menor. Foi um dos médicos mais importantes da Antiguidade e empreendeu extensos estudos de Anatomia e Fisiologia, sendo considerado o pai da Anatomia. Aos dezessete anos iniciou o curso de Medicina, em Pérgamo, Esmirna e Corinto e aos 28 anos, tornou-se médico oficial dos gladiadores. Em Roma ficou conhecido por suas aulas públicas, tornando-se médico da família imperial. Galeno faleceu, provavelmente, na Sicília, no ano 200 da era cristã e nos deixou uma vasta obra em biologia e medicina, escrevendo também sobre filosofia e filologia. Referência: PESSOA Jr., O. Notas de Aula de Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência I: *Um Panorama Histórico com Olhar Contemporâneo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. 2010, p. 28.

<sup>53</sup> Avicena nasceu no ano de 980 em Afshana, na antiga Pérsia, lugarejo onde hoje é situado o Uzbequistão. Tornou-se médico antes dos 18 anos de idade, dominava conhecimentos sobre filosofia, matemática, lógica, jurisprudência, teologia, entre outros. Produziu mais de duzentas obras, dentre elas: *A Cura (Al-Shifá’)* e *O Cânon de Medicina (Kitáb Al-Qanún fi al-Tib)*, esta última traduzido para o latim por Gerardo de Cremona no final do século XII, sendo utilizado como base para os estudos de medicina nas universidades europeias até o século XVII. Referência: ISKANDAR, J. I.. *Avicena (Ibn Sina)* entre a filosofia e a religião. *Poliética*, 2015, v. 3, p. 99-112.

telúricas, com as transpirações animais e vegetais. O ar de um lugar é um caldo pavoroso no qual se misturam as fumaças, os enxofres, os vapores aquosos, voláteis, oleosos e salinos que exalam da terra, e, se for o caso, as matérias fulminantes que ela vomita, a morrinha que sai dos pantanais, os insetos minúsculos e seus ovos, animáculos espermáticos, e, muito pior ainda, os miasmas contagiosos que se elevam dos corpos em decomposição. (CORBIN, 1987, p. 21).

Durante o século XVIII, a saúde e o aumento da população estavam associados ao acréscimo da riqueza e do poder do Estado. Na compreensão de George Rosen (1994, p. 96), esse cenário surge em virtude de que a doença e morte prematuras expressavam desperdício de recursos humanos. De modo que, a saúde dos indivíduos não deve ser relegada à incerteza da iniciativa individual, sendo esta inapropriada para lidar com esse problema.

O presente contexto insere a saúde e a doença como fenômenos que interferem e repercutem tanto na vida dos indivíduos, como na comunidade, e nos setores político e administrativo das cidades. Nas palavras de Foucault: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1992, p. 80).

Nesse contexto, a partir da segunda metade do século XIX, se materializa a teoria que as doenças são suscitadas por agentes patológicos peculiares, compondo desta forma, as bases para a saúde pública contemporânea. Neste panorama, as doenças são consideradas como acontecimentos funestos e problemáticos pelas sociedades, em virtude das inquietações e mudanças que ocasionavam no nível biológico e social do indivíduo doente. Para Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1976), o indivíduo enfermo faz parte de um processo histórico definido, a moléstia é um componente de desorganização e reorganização social, pois pode ser o ambiente privilegiado de onde melhor se pode notar a definição real das estruturas administrativas ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou o retrato que uma sociedade tem de si própria. (REVEL; PETER, 1976, p. 144).

Em face disso, ainda que os tratados médicos escritos no decorrer do século XIX, abordem o corpo do indivíduo doente, seu objetivo principal eram as medidas preventivas, e esta, na maioria das vezes, estavam conectadas com a modificação do espaço urbano. Embora não haja uma ruptura definitiva em relação à medicina setecentista, diversas mudanças são visíveis a partir do século XIX. O foco dos

trabalhos amplia-se do corpo do indivíduo a coletividade, teorias médicas importadas são introduzidas no Brasil, presenciam-se maior reconhecimento dos agentes da medicina popular e valorização da flora local, além de se tomar uma série de medidas visando aumentar o número de profissionais habilitados para atender a grande demanda populacional.

O universo da literatura médica sofre, portanto, um processo de ampliação no oitocentos e a sua ênfase recairá sobre a população de modo geral pensada em termos mais abrangentes e aglomerada nos centros urbanos. Todavia, é necessário compreender as razões que concederam a evolução de uma arte médica tão peculiar como foi a do Brasil. Sendo que a precariedade da vida material, assinalada pela escassez de cirurgiões, médicos, produtos farmacêuticos, e o sincretismo da população, foram responsáveis pela concepção de uma medicina com múltiplas faces e afeita ao mundo da magia. Tendo, portanto, uma associação dos níveis mágico, religioso e empírico de identificação das causas das doenças (ARAÚJO, 1977).

Desse modo, ainda que no início do século XIX, a medicina não havia sido completamente desvinculada dos elementos mágicos e religiosos a que esteve relacionada até fins do século anterior, permanecia em processo de mudança. Nas palavras de Jósia Magalhães:

(...) não foi senão quando o homem entrou a munir-se de espírito crítico e pôde perceber que a cura das doenças se fazia por processos naturais, que a medicina começou a tomar feição de ciência baseada no crivo da observação e no espírito da pesquisa. Nem por isso, porém, a medicina primitiva deixou de existir com todas as suas nuanças. Nos dias que correm, quando a medicina científica surpreende o mundo com suas conquistas, ao lado dela, em que pese à eminência do seu progresso e à clarificação dos espíritos, não cessa de prosperar a medicina popular (MAGALHÃES, 1966, p. 50).

Logo, operaram-se transformações, mas não extinções, pois tanto o indivíduo que exerce a medicina como o que produz conhecimento na área são homens de seus respectivos tempos. E quando formados em espaços acadêmicos da ciência, são contemporâneos aos curandeiros, aos raizeiros, aos boticários e aos denominados práticos da medicina. Assim, no século XIX ainda há por parte da população uma crença na capacidade de cura dos práticos, e ainda que ressaltemos uma construção de conhecimento que permite e ampara a intervenção para cuidar do corpo doente, não se trata apenas de um processo científico, pois é necessário considerar o envolvimento da população, em seus diversos aspectos culturais e sociais, com a anuência e a propagação das ideias na área.

Assim, durante o século XIX, a América Portuguesa passou a ocupar o lugar central no império e a chegada da corte portuguesa simboliza o início de um novo período da ciência no país. Assim, ocorreram inúmeras mudanças no campo da medicina, promovendo uma abertura do pensamento científico, sendo possível notar um afastamento crescente da medicina com relação às práticas médicas populares de cura. Tendo em vista que:

Bafejados pelos ares do Iluminismo, seus autores iam aderindo de forma crescente aos novos apelos da ciência e deixando cada vez mais de lado as explicações sobrenaturais para a causa das doenças, a “velha” teoria dos humores e os remédios de segredos, antes presentes em muito deles. (WISSEMBACH, no prelo; SOUZA et., 2009, p. 289).

Portanto, as mudanças ocorridas na medicina europeia durante o século XVIII, foram estendidas ao Brasil, sobretudo, a partir do ano de 1808, quando os médicos que acompanharam a transferência da Família Real, cooperaram para iniciar a institucionalização de seu campo de conhecimento no país, dentre eles merecem destaque: o Dr. Manoel Vieira da Silva<sup>54</sup> e o Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto<sup>55</sup>, que foram responsáveis pelos primeiros relatórios sobre as condições sanitárias do Rio de Janeiro. Sendo este o ponto primordial para a criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica de Salvador e a do Rio de Janeiro<sup>56</sup>, em favor da conservação e saúde dos povos, com a intenção de que houvesse especialistas e aptos professores, que vinculando a ciência médica aos conhecimentos práticos de cirurgia fossem profícuos aos habitantes do Brasil.

A medicina oitocentista é marcada por um avanço no processo de legitimação social através das instituições de ensino superior com ampliação do seu espaço de

---

<sup>54</sup> “O Dr. Manoel Vieira da Silva publicou pela Imprensa Régia, em 1808, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, tratando das causas da insalubridade, da estagnação das águas, da direção e largura das ruas, das inundações junto às igrejas, do transito de boiadas na cidade em direção aos matadouros e currais, do transporte de carne das cidades e a falta de asseio nos matadouros” (BUENO, 2012, p. 200).

<sup>55</sup> Domingos Peixoto, nasceu na Província de Pernambuco em 14 de agosto de 1790. Era filho de Luiz Ribeiro Peixoto Guimarães e de Josefa Maria da Conceição Peixoto. Casou-se com Francisca Cândida da Nóbrega Peixoto. Tornou-se doutor em medicina pela Universidade de Paris no ano de 1831. Dois anos depois, atuou como Diretor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Era médico da Imperial Câmara e Mor do Império e membro correspondente da Academia de Paris. Assistiu ao nascimento do Imperador D. Pedro II e de suas Augustas irmãs, como parteiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1846. (SOUZA, 1972, p. 6).

<sup>56</sup> “Em 18 de fevereiro de 1808, foi criada, por decisão régia, a Escola de Cirurgia em Salvador, e, em 2 de abril de 1808, por um decreto, estabeleceu-se a primeira cadeira da Escola Anatomica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. esta foi transformada em Academia Médico-Cirúrgica em 1º de abril de 1813, enquanto a escola baiana o foi em 29 de dezembro de 1815. Ambas passaram por mudanças com a lei de 3 de outubro de 1832, que lhes conferiu a designação e a organização da Faculdade de Medicina”. (PIMENTA, 2012, p. 53).

competências apresentando proposições para o aprofundamento e a disseminação do saber médico. No sentido que, as instituições médicas representavam o término de inúmeras restrições impostas pela Coroa, de modo a permitir a formação de médicos no Brasil e transferindo para as mãos destes o exercício da medicina.

Entretanto, a década de 1870 é retratada como um período de inflexão no contato entre o grupo médico e a alta burocracia imperial. Sendo que uma:

(...) nova representação sobre os fundamentos do saber médico, expressa pela noção de medicina experimental, pôs fim à fase de maior dissensão entre os esculápios, que caracterizara as décadas anteriores, dificultando as estratégias de profissionalização. (EDLER, 1992, p. 66-70).

Em linhas gerais, o conceito de elite médica, por sua vez almejou delinear as ações das lideranças corporativas que lutavam para reavaliar os espaços institucionais e almejava impor-se como defensor dos variados interesses corporativos. Assim, o presente conceito angariou relevância na construção das representações da medicina como atividade autônoma, liberal e portadora de valores meritocráticos consolidados por uma ética de serviço, fato que originou diversos conflitos com a burocracia imperial. À exemplo da imprensa médica, que na década de 1870, tornou-se o principal instrumento de propaganda e persuasão política dos grupos reformistas.

Sendo que, colocar os médicos brasileiros a par dos estudos lançados em todas as partes do Velho Mundo, forçou a atualização do debate científico em torno das pesquisas voltadas para o estudo da nosologia e terapêutica brasileira. De forma a ser concebida como o espaço privilegiado de difusão das novas ideias, bem como campo de confronto e negociação político-epistemológica entre os grupos que defendiam princípios científicos antagônicos (EDLER, 1992).

Destarte, a elite médica que atuou no Brasil oitocentista, em conjunto com a reformulação do seu saber, empenhou-se em apresentar meios que fossem capazes de alterar a situação sanitária brasileira. Para tanto, corroborando com as ideias de seus pares, almejou promover a institucionalização da medicina brasileira, criando instituições de pesquisa e divulgação de conhecimento, a fim de defender seus interesses e combater os fatores que comprometiam a saúde da população de modo geral. Assim, dedicou atenção para as medidas que poderiam ocasionar a transformação de costumes em relação às cidades e seus habitantes.

Dessa forma, buscou legitimar suas propostas fazendo uso da ideia de progresso como ferramenta intelectual de interpretação do mundo, baseada na primazia da ciência

e da técnica. Como forma de evidenciar o uso destas enquanto mecanismos de intervenção no mundo para a solução dos problemas da vida cotidiana, dentre eles, o da saúde pública. De tal modo que, no decurso do século XVIII e XIX, com a constante importância atribuída à saúde como fator de progresso, os Estados passaram a ter uma maior preocupação com a qualidade dos serviços médicos prestados.

Com isso, sob a influência da Ilustração, além de promover a renovação do ensino médico procurou-se ampliar o controle sobre os terapeutas populares<sup>57</sup>. Em Portugal, foi criado em 1782 o órgão denominado Protomedicato<sup>58</sup>, cuja finalidade era tentar conter o “(...) pernicioso abuso e a extrema facilidade com que muitas pessoas faltas de princípio e conhecimentos necessários” se aventuraram a “(...) exercitar a faculdade de medicina e a arte da cirurgia” (MACHADO, 1978, p. 35). Em virtude da transferência da Corte para o Brasil, o respectivo órgão foi instituído pela Fisicatura-mor, e com a mesma finalidade do anterior perdurou até 1828, momento em que suas atribuições foram incorporadas pelas Câmaras Municipais.

Por toda a Colônia era raro a presença de profissionais médicos e cirurgiões com formação universitária, fato que estimulou a Coroa portuguesa permitir qualquer indivíduo a prestar serviço de saúde, sob a condição de que fosse efetuado o pagamento de uma taxa, para depois ser examinado e aprovado por uma comissão competente (EUGÊNIO, 2008). Assim, os denominados terapeutas populares passaram a vislumbrar na América possíveis formas de ascensão social e econômica, que dificilmente conseguiriam alcançar na metrópole. Entretanto, o sucesso angariado pela medicina popular não se deve a fragilidade do sistema de saúde, mas sim pela deficiência da assistência médica na Colônia portuguesa que conferiu um papel primordial aos indivíduos que exerciam as artes de curar.

Ademais, tais agentes de cura se tornaram figuras comuns durante todo o século XIX, e perduraram até o momento em que a medicina era influenciada pela teoria dos

---

<sup>57</sup> A categoria “terapeutas populares” é empregada com “o intuito de abarcar a diversidade de indivíduos que prestavam assistência à saúde de quem precisasse, utilizando saberes que não haviam sido adquiridos academicamente. Em geral, pertenciam as camadas sociais mais baixas.” (PIMENTA, 2012, p. 53).

<sup>58</sup> “O Protomedicato, órgão criado em 1782, cujos principais objetivos relacionavam-se com a legislação da prática médica e com a perseguição ao curandeirismo, tentou, em vão, estender suas redes de poder para o Brasil. A partir da sua criação, intensificou-se a presença de juizes comissários de medicina e cirurgia que vinham para cá com a finalidade de tornar mais severo o sistema de fiscalização da arte curativa. Visando impedir que a saúde dos povos se entregasse aos cuidados de pessoas despreparadas, a Junta de Protomedicato ordenava a prisão daquelas que não possuísem os requisitos exigidos para tal. Diante disso, a situação dos colonos tornou-se bem mais complexa, pois, além da dificuldade de acesso aos profissionais habilitados (...) viram-se impedidos de recorrer à assistência informal”. (RIBEIRO, 1997, p. 42).

humores, formulada por Hipócrates na Antiguidade. Contudo, ainda era possível encontrá-los no Brasil no século XX, a exemplo de Belo Horizonte onde “(...) o sr. Moura, proprietário de uma barbearia, sangrava seus clientes ou alugava sanguessugas para médicos que ainda se apoiavam nesse método terapêutico” (FIGUEIREDO, 1997, p. 131). No entanto, com a criação das escolas médico-cirúrgicas e com a emigração de médicos estrangeiros ao país, houve uma grande expansão de médicos nas cidades, que se demonstravam cada vez mais intolerantes com a prestação de serviços terapêuticos pelos práticos.

Com efeito, até a adoção de leis no final do século XIX que tornaram crime o exercício médico sem habilitação, inúmeros leigos continuaram exercendo as artes de curar, sobretudo no interior brasileiro onde a fiscalização dificilmente conseguia chegar. Tendo em vista que, em diversas regiões o descaso das Câmaras Municipais era tão grande em relação a esse problema, que até os charlatães atuavam livremente, a exemplo de Rio de Pardo em Minas Gerais que:

(...) um homem estúpido e sem luzes de estudos e prática alguma de medicina e nem cirurgia vivia enganando o povo intitulando-se doutor, fazendo receita a dez mil réis cada uma, e usando uma botica sem ser boticário<sup>59</sup>.

Destarte, apesar da perseguição promovida pela elite médica contra esses agentes da cura, durante todo o século XIX os serviços prestados por eles tiveram ampla aceitação, sobretudo onde havia crônica ausência de médicos:

Se a falta de médicos na maioria das localidades brasileiras explica o porquê da popularidade dos curandeiros, não se pode atribuir somente a ela a ampla aceitação deles. Pois, mesmo nas capitais onde estavam sediadas as duas faculdades de medicina do país, eles também eram muito comuns por pelo menos um motivo: combinavam o uso de ervas e raízes com orações e outros elementos da cultura religiosa (EUGÊNIO, 2008, p. 157).

A respeito disso, no decurso das décadas, aparentar ser médico ou outro profissional habilitado em cidades que contavam com instituições médicas foi se tornando gradativamente difícil. Assim, em regiões onde havia carência de indivíduos formados, o problema do exercício ilegal da medicina permaneceu, diante da impossibilidade de execução dos destinos das leis que regem este ramo de serviço público, já que não se podia privar, mesmo com toda a vigilância, o exercício dos entendidos e práticos a pobreza desvalida que deles se valem<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> APM, *Relatório de saúde pública*, cx 2, 1870, p. 10.

<sup>60</sup> APM, *Correspondências das secretarias de governo*, SG 526, 1869, p. 40.

Assim, a elite ilustrada buscou expandir a área de trabalho da sua categoria profissional à medida que almejou revelar a possibilidade do seu saber ser aplicado nas diversas esferas da vida social. Para tanto, dedicou-se em persuadir o Estado para tornar crime à prestação dos serviços médicos por leigos, bem como criar leis mais rigorosas contra charlatões, alegando que tanto aqueles quanto estes colocavam em risco a vida das pessoas, fato que evidencia o empenho da elite médica oitocentista com os seus interesses corporativos. Deste modo, tal postura foi de elementar importância para transformar a saúde da população brasileira em assunto de mérito público, aproximando a ciência médica do Estado.

Destarte, no próximo capítulo a análise partirá do particular, tendo em vista que após ter observado o Brasil e as práticas médicas do país aos olhos dos estrangeiros, agora nos deteremos exclusivamente à análise do caso goiano como um espaço de intervenções e buscaremos identificar, pela ótica de três viajantes médicos, como seus registros e visões tornaram-se primordiais para a reconstrução da história de Goiás nos Oitocentos.

## CAPÍTULO II

### VIAJANTES MÉDICOS EM GOIÁS

A história de Goiás tem sido escrita há décadas sob o signo de olhares estrangeiros que pela região passaram e dela compilaram suas impressões. Dentre tais transeuntes, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell foram alguns dos ilustres naturalistas com formação médica que empreenderam incursões pela Província de Goiás no decurso do século XIX. Percorreram o interior do Brasil, em busca de anotações da fauna, flora e costumes brasileiros e fizeram de suas narrativas fontes de inquestionável importância para a construção da historiografia goiana do século que os sucederam.

Neste sentido, procurar-se-á no decurso deste capítulo apresentar uma breve biografia dos referidos viajantes, a maneira sobre a qual observaram, descreveram e influenciaram nas múltiplas visões do território goiano. Bem como promover um amplo debate sobre os conceitos de sertão e as práticas de cura na Província Goiana. É importante salientar que nossa finalidade é compreender como esse espaço físico e social é “pintado” e como as imagens construídas pelos viajantes repercutiram e povoaram o imaginário e as escritas posteriores sobre a região explorada.

#### 2.1. BREVE INCURSÃO A VIDA E OBRA DOS MÉDICOS ESTRANGEIROS

##### JOHANN BAPTIST EMANUEL POHL

Na apresentação da obra *Viagem no interior do Brasil; empreendida nos anos de 1817 a 1821*, Mário Guimarães Ferri<sup>61</sup>, elaborou uma ampla biografia sobre Johann Baptist Emanuel Pohl, que nasceu, em Kamnitz na Bohemia, no dia 22



**Figura 1.** Johann Emanuel Pohl.  
**Fonte:** Museu de Etnología, Viena, Arquivo.

---

<sup>61</sup> “Ferri fez o curso superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Obeve nessa mesma Universidade o título de doutor em Ciências em 1944 e o de livre-docente em 1951. Em 1955 tornou-se professor catedrático de Botânica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Entre 1944 e 1945 estagiou no *Boyce Thompson Institute* e no *California, Institute of Technology*, (...) Foi o primeiro colaborador do professor Felix Rawitscher, o organizador do Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Com o professor Rawitscher, o professor Ferri iniciou as pesquisas com plantas dos cerrados” (FELIPPE, 1994, p. 263).

de fevereiro de 1782. Estudou na Universidade de Praga, tornou-se médico, geólogo e botânico austríaco. Dedicou singular paixão à botânica, tornando-se professor desta disciplina na Universidade de Praga. Foi conservador do Real e Imperial Gabinete de História Natural do Imperial Museu do Brasil, em Viena. Integrou a Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822, posterior ao casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina de Áustria com o príncipe D. Pedro de Alcântara, futuro imperador D. Pedro I.

Nesse cenário, faziam parte da expedição: John Charles Mikan<sup>62</sup>, doutor em medicina e professor de Botânica da Universidade de Praga; Pohl, designado inicialmente para cuidar de assuntos mineralógicos, assumindo a botânica, em virtude do regresso de Mikan a Viena (1818), com amplo material botânico e zoológico, inclusive espécimes vivos; Johan von Natterer<sup>63</sup>, assistente de zoologia do *Real e Imperial Gabinete de História Natural da Corte*; Heinrich Schott, *Real e Imperial Jardineiro da Flora da Áustria*, no Palácio Belvedere; Guiseppe Raddi, naturalista da Toscana; Spix e Martius<sup>64</sup> *Reais Naturalistas bávaros*; Thomas Ender, pintor de paisagens; Johann Buchberger, desenhista de plantas, dentre outros (FERRI, 1976, p. 11).

Pohl chegou ao Brasil no dia 4 de novembro de 1817, na condição de integrante da expedição científica da Corte de Viena, empreendeu curtas expedições a regiões vizinhas, e em setembro de 1818, quando tem princípio a sua ampla jornada. Ao desligar-se da expedição, Pohl traçou seu próprio roteiro e empreendeu uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil (1817-1821), percorrendo as regiões que compreendem o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás:

Visitou, primeiramente, Angra dos reis. Depois, do Rio foi a São João del Rei, passando por Barbacena. A seguir foi para Paracatu do Príncipe de onde seguiu para a capital da Capitania de Goiás, via Serra dos Cristais, Santa Luzia e Meia Ponte. Da capital partiu para o Arraial de Anicuns e para as

---

<sup>62</sup> “Mikan permaneceu no Brasil dois anos, retornando a Europa com uma coletânea de espécimes que o inspiraram a escrever e publicar em 1820 o livro “*Delectus Florae et Faunae Brasilienses*” (FRANCO, 2001, p. 120).

<sup>63</sup> Natterer nasceu em 9 de novembro de 1787, em Laxenburg (Áustria) e faleceu no dia 17 de junho de 1843, em Viena na Áustria (SILVA, 2013, p. 42). Era zoólogo austríaco e dedicou 18 anos de sua vida a “(...) pesquisa de espécimes brasileiras associadas as regiões, coletando 1.146 exemplares de mamíferos e 12.295 aves pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Pará. Esses exemplares seguiram para a Europa e estão em vários museus, destacando-se o de Viena e servem, até hoje, para estudo dos naturalistas” (FRANCO, 2001, p. 120).

<sup>64</sup> Os naturalistas bávaros “(...) aportaram no Rio de Janeiro a 15 de julho de 1817. Desses cientistas herdamos a obra “*Reise in Brasilien*” que contam as suas viagens pelo interior do Brasil, a qual durou três anos (1817 a 1820) e se constitui na mais bela síntese dos ecossistemas brasileiros” (FRANCO, 2001, p. 120).

Aldeias de São José de Mossâmedes e de Maria, e, posteriormente, para o Arraial de Pilões (FERRI, 1976, p. 11).

Para tanto, compilou vasto material mineralógico e aproximadamente 4.000 espécies de plantas, que foram levadas para Viena no ano de 1821. A sua incursão está documentada nas obras *Viagem no Interior do Brasil Empreendida nos Anos de 1817 a 1821*, publicada em dois volumes em Viena, 1823 e 1837, por ordem do imperador da Áustria Francisco Primeiro e na obra botânica publicada em 1976 em dois volumes intitulada “*Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae*” e traduzida para o português sob o título *Ícones e descrições de plantas do Brasil até agora inéditos* (FRANCO, 2001, p. 120). Sobre a primeira obra, Pohl destaca que:

Receba o público este trabalho com benevolência e aprovação, não peço maior recompensa ao meu empenho. Se esta viagem, para mim sempre memorável com seus incômodos e fadigas, com suas canseiras e privações, que aumentavam meus caros desejos; se a minha honesta vontade de contribuir, na medida de minhas forças para aumentar os conhecimentos dos domínios da geognosia e das ciências naturais forem apreciadas na proposição de seu entusiasmo e sinceridade, estará agradavelmente atingido o alvo que tive na mira. (POHL, 1976, p. 15).

Contudo, a segunda parte de *Viagem no Interior do Brasil*, “(...) baseada inteiramente no diário de Pohl, não foi por ele escrita, pois, após longa enfermidade veio a falecer antes de concluir sua obra” (FERRI, 1976, p. 11), que contempla a descrição de sua viagem de Goiás ao Arraial das Traíras, passando por Santa Rita, Carretão de Pedro Terceiro, Crixás, Pilar e Água Quente. Sendo que algumas viagens também foram empreendidas nos arredores de Traíras. Prosseguindo até Porto Real, perpassando São Félix e São João da Palma. Depois, viajou pelo Rio Maranhão no decurso de 22 dias, chegando a Porto Real de onde seguiu para Goiás. Foi até a Real Mina de Galena do Abaeté e depois à Vila do Fanado. O principal objetivo de Pohl era “(...) estudar a região, a dinâmica dos afluentes e braços do rio Maranhão (ou rio Tocantins) e a constituição de suas formações rochosas e coletar objetos para sua coleção de História Natural e Botânica”. (TEIXEIRA, 2013, p. 96).

Através do Rio Jequitinhonha (MG) seguiu para Salto Grande e a Aldeia do Alto dos Bois. Alcançou novamente, a Vila do Fanado, de onde seguiu para Vila Rica. E regressou para o Rio de Janeiro. Entretanto, logo após retornar a sua pátria, faleceu no dia 22 de maio de 1834. Destarte, a respectiva edição sofreu, no período, acuradas críticas, pois foi “[...] revisto por pessoa inábil, saiu inçado de incorreções,

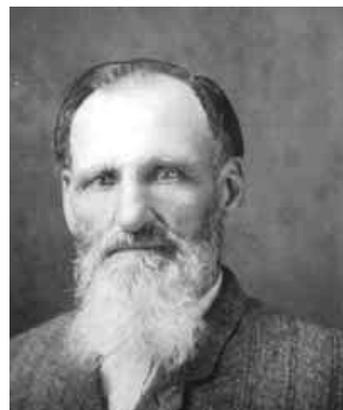
principalmente quanto aos nomes do país” (GARCIA, 1922, p. 887 apud CORRÊA, 1997, p. 212).

No entanto, tal evento não inviabiliza o relato, porém, se a leitura de cientistas estrangeiros demandam cuidados, no que concerne Pohl, sobretudo a segunda parte da obra, requer uma análise ainda mais cautelosa, tendo em vista que os eventos são relatados no calor do momento, por intermédio de uma descrição sensitiva, o que os seus olhos observavam e seu corpo, fatigado e enfermo, padecia. Assim, todo o material recolhido por Pohl ficou reunido no Real Museu Brasileiro, em Viena, e suas cópias foram distribuídas em vários museus da Europa a exemplo de Mônaco, Berlim, Praga, Britânico e o herbário Martius.

### GEORGE GARDNER

George Gardner nasceu em maio de 1812 em Glasgow na Escócia. Era zoólogo, botânico e médico. Concluiu o curso de medicina em sua cidade natal no ano de 1835, momento sobre o qual se interessou pelos estudos botânicos. Durante a sua formação foi influenciado pelas ideias de seu professor Willian Jackson Hooker (1785-1865) e, *a posteriori*, tornou-se seu discípulo:

Logo depois de receber o diploma de doutor em Medicina, conseguiu subvenção de quatro museus e vinte botânicos particulares, com a finalidade de coletar material no Brasil, onde se demorou por quase cinco anos (1836-1841) (PAIVA, 1993, p. 77).



**Figura 2.** George Gardner

**Fonte:**

<http://www.looktothepast.com/gardner.html>

Gardner chegou ao Rio de Janeiro em 1837, aos 24 anos, vindo de Liverpool, foi estimulado pelas descrições que recebeu de Humboldt e de outros estrangeiros sobre a beleza e variedade da natureza dos trópicos. Seu empreendimento foi financiado por amigos de seu professor William Hooker (MENARDI, 2006, p. 1).

Em seus percursos, passou por Pernambuco e Bahia, registrando as ações dos jesuítas, com ênfase na cidade de Olinda por intermédio do Jardim Botânico e seus colégios. Andou por Alagoas e pelo Rio São Francisco, narrando sobre as aldeias da região e a sua produção. No Ceará, se deparou com extensos depósitos de peixes fósseis, descreveu acerca da agricultura, manufaturas, festas religiosas, cultura e o problema da seca. No Piauí enfatizou o comércio e a guerra civil. Em Minas Gerais,

narrou sobre a geologia, a população, os colégios, as maneiras de extração e se viu fascinado pela exuberância da flora. Na província de Goiás visitou as regiões compreendidas entre Natividade e Arraias. Na apresentação da obra *Viagem ao interior do Brasil*, Mário Guimarães Ferri descreveu, dentre outros aspectos, que Gardner:

Por vários meses explorou as matas da Tijuca e da Serra dos Órgãos. Coletou vasto material botânico, observações sobre fauna e flora, as condições dos ambientes em que viviam, reuniu informações sobre usos e costumes de nosso povo e informações geográficas e históricas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. (...) Como visitou muitas regiões não percorridas por Spix e Martius, contribuiu com muito material e observações publicadas na *Flora Brasiliensis* de Martius (FERRI, 1975, p. 9).

Assim, o viajante descreveu inúmeras espécies da fauna e flora brasileiras ainda desconhecidas pela ciência, a exemplo das lentibulariáceas<sup>65</sup>, orquídeas<sup>66</sup>, entre outras. Haja vista que recolheu, classificou e enviou para os jardins de Kew e Glasgow uma vasta coleção de plantas tropicais. E seus registros sobre os locais de incidência tanto da fauna como da flora, lhe possibilitou um melhor conhecimento sobre a biogeografia brasileira. Embora, tenha dedicado especial atenção para os assuntos botânicos e geológicos, não deixou de observar e registrar inúmeros aspectos da sociedade brasileira, sobretudo, na figura de médico, chegando a oferecer auxílio em algumas fazendas (MENARDI, 2006, p. 1).

Em 1841, regressou a Europa “com um herbário de mais de 6.000 espécies”. Tornou-se professor de história natural e botânica na Andersonian University em Glasgow, posteriormente, na Oxford University, foi assistente do professor Henry Barron Fielding, cuidando de seu herbário trazido do Brasil. No ano de 1842, tornou-se sócio da Linean Society of London e “(...) Publicou, de 1842 a 1848, no *London*

---

<sup>65</sup> “Lentibulariaceae (Lamiales) é (...) um grupo monofilético que abrange aproximadamente 340 espécies de plantas carnívoras. Apresentam armadilhas adaptadas para a captura de presas, atraindo, capturando, matando e absorvendo os nutrientes de insetos e outros animais diminutos, compensando a escassez de nutrientes no solo em que vivem”. (OLIVEIRA, A. B.; LOURENÇO, A. C.; MIRANDA, V. F. O.. *Aspectos morfológicos do desenvolvimento pós-seminal de Utricularia foliosa e Utricularia subulata (Lenticulariaceae)*. In: XII Congresso de Iniciação Científica, 2009, p. 1).

<sup>66</sup> As orquídeas (família Orchidaceae) representam um dos maiores e mais diversos agrupamentos de angiospermas. Estão agrupadas em cinco subfamílias, sendo elas: Orchidaceae, Epidendroideae, Apostasioideae, Cyripedioideae e Vanilloideae. “Seu sucesso é atribuído a alguns fatores como sua grande quantidade de óvulos que, por sua vez, pode resultar em um número muito grande de sementes; todo o pólen está reunido em estruturas chamadas polínias, sendo disperso de uma só vez; a simetria da flor e a forma de suas pétalas, como o labelo, também auxiliam no processo de polinização” (SANTOS, Déborah Yara A.C.; CHOW, Fungyi; FURLAN, Cláudia Maria. *Ensino de Botânica - Curso de atualização de professores de Educação Básica: A Botânica no cotidiano*. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. v. 1, p. 9).

*Journal of Botany*, dirigido por Hooker, suas “Contributions towards a Flora of Brazil”.” (FERRI, 1975, p. 9).

Em 1843, foi superintendente do Jardim Botânico de Piradenia, no Ceilão, até o seu falecimento em 10 de março de 1849. Nos últimos dias de sua vida, coletou plantas em Ceilão, Madras, na Índia, e nas Ilhas Mauritius. Escreveu *Viagens no interior do Brasil*, cuja publicação ocorreu nos anos de 1846, 1849 e 1973. A obra foi originalmente publicada em língua inglesa, sendo traduzida para o português em 1942 e reeditada em 1975, cuja tradução “(...) de excelente qualidade, é do saudoso Milton Amado, recentemente roubado ao nosso convívio” (FERRI, 1975, p. 10).

Para tanto, sua obra comporta uma ampla descrição sobre o Brasil, em aspectos que elucidam sobre: a fauna, flora, transportes, os usos, costumes e a condição de vida da população local, a escassez de livros, o desinteresse pela leitura, a gratuidade do ensino e a sua baixa procura pela população local. Sob a perspectiva de Milton Amado<sup>67</sup> o livro de George Gardner não se restringe a simples observações científicas e a detalhadas representações de roteiro, pois possui a qualidade de reunir valorosas informações sobre a sociedade, zoologia e botânica a respeito da realidade brasileira.

### HUGH ALGERNON WEDDELL

Weddell nasceu no dia 22 de junho de 1819 em Painswick na Inglaterra. Em 1824, sua família decidiu mudar-se para a França, onde se tornou doutor em medicina em 1841. Mediante seus estudos, desenvolveu um amplo interesse por botânica e se familiarizou com alguns dos principais botânicos franceses do período, sendo que: “(...) acompanhou Adrien de Jussieu (1797-1853) em numerosas expedições de botânica, tornou-se colaborador de Ernest



**Figura 3.** Hugh Algernon Weddell.  
**Fonte:** Museu de Etnologia, Viena.

---

<sup>67</sup> Milton Amado (1913-1974) explicita, na primeira e na segunda orelha de *Viagem ao interior do Brasil*, que se trata de uma reedição da obra. E que Gardner “(...) conseguiu dar-nos, na minuciosa descrição de suas jornadas, contatos naturais e humanos, um quadro fascinante e admiravelmente bem traçado do Brasil de então, com observações e previsões que, em muitos pontos, ainda exibem hoje impressionante sentido de atualidade” (AMADO, 1975, orelha).

Cosson (1819-1889) e Jacques Germain de Saint-Pierre (1815-1882) na preparação de *Flore des environs De Paris* (1845)” (ERICKSON, 2016. Tradução da autora)<sup>68</sup>.

No ano de 1843 uniu-se a Francis de La Porte de Castelnau<sup>69</sup> em sua expedição à América do Sul, tendo percorrido no Brasil, os territórios que compreendem, o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Cidade de Goiás. Entretanto, em 1845 deixou a expedição e resolveu prosseguir os seus estudos de botânica na Bolívia e no Peru, tendo regressado a ambos países em 1851. Após retornar a Paris, foi contratado pelo Museum d’Histoire Naturelle, onde auxiliou Adrien de Jussieu até o seu falecimento em 1853. Entretanto, a promoção de Joseph Decaisne ocasionou o seu afastamento. Assim, voltou a exercer a medicina, primeiramente em Bagnères-de-Bigorre e em seguida em Poitiers, na França. E devido a um ataque cardíaco faleceu no dia 22 de julho de 1877 (ROLAND, 1999; SILVA, 2013).

Ademais, seu relato está inserido no diário de viagem de Castelnau intitulado *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. (CASTELNAU, 1850-1851, p. 47-49, 1852, p. 30). Dentre outras obras, vale ressaltar: **1.** *Monographie de la famille des Urticacées* (1856); **2.** *Urticaceae* (1869); **3.** *Additions à le flore de l’Amérique du Sud* (1852); **4.** *Revue de la famille de Urticacees* (1854a); **5.** *Sur les cystolithes ou concrétions calcaires dès Urticées et d’ autres végétaux* (1854b); **6.** *Monographie de la famille des Urticacées* (1856); **7.** *Considérations generals sur la famille des Urticées* (1857); **8.** *Urticaceae* (1869).<sup>70</sup>

## 2.2. VIAJANTES MÉDICOS E SUAS IMPRESSÕES SOBRE O SERTÃO GOIANO

---

<sup>68</sup> Texto original: “For example, he had accompanied Adrien de Jussieu (1797-1853) on numerous botanizing expeditions and he became a collaborator with Ernest Cosson (1819-1889) and Jacques Germain de Saint-Pierre (1815-1882) in the preparation of *Flore des environs de Paris* (1845)”. Referência: ERICKSON, Robert F. Hugh Algernon Weddell 1819 – 1877. [online] Disponível em: <http://www.illustratedgarden.org/mobot/rarebooks/author.asp?creator=Weddell,+Hugh+Algernon&creatorID=88>. Acesso 15 de novembro de 2016.

<sup>69</sup> A expedição de Castelnau partiu do Rio de Janeiro, passou pelo Brasil Central e foi findada no Peru no ano de 1848. Seus resultados foram publicados em forma de narrativa de viagem com “(...) seis volumes (CASTELNAU, 1850-1851), acompanhado por um volume de —Vistas e Cenas (CASTELNAU, 1852), e seguido por várias séries de volumes ricamente ilustrados sobre botânica, zoologia, arqueologia e geografia. (CASTELNAU, 1853-1854).” (SILVA, 2013, p. 48).

<sup>70</sup> Obras elencadas a partir do levantamento realizado por Gaglioti (2010). Referência: GAGLIOTI, André Luiz G135. *Urticaceae Juss. no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Botânica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo, 2010.

Durante o Oitocentos, importantes nomes percorreram os múltiplos espaços brasileiros, coletando informações da mais diversa natureza. Dentre os viajantes que estiveram em Goiás, três nos são relevantes, os dois primeiros integrantes de missões científicas europeias, Pohl, Weddell, este último da expedição de Castelnau e Gardner que teve sua viagem financiada por amigos de seu professor Hooker. Tais viajantes possuíam formação médica e, portanto, detinham maior competência para elaborar um diagnóstico das patologias reinantes no território goiano. Outrossim, suas observações preenchem lacunas sobre a sociedade goiana oitocentista, em especial sobre o cenário nosológico perante a ausência em outras fontes (MAGALHÃES, 2005).

### **2.2.1. JOHANN BAPTIST EMANUEL POHL**

O médico Johann Baptist Emmanuel Pohl foi o primeiro cientista a embrenhar-se pelo território goiano, partindo em direção a Goiás no dia 6 de setembro, passou por Barbacena, São João d'El-Rei, Paracatú, Serra dos Cristais e Meia-ponte, e no dia 10 de dezembro de 1818 chegou a Vila Boa. Permanecendo, nesta região, até a data de 15 de abril de 1820. Seus relatos compõem uma descrição meticulosa de suas experiências de viagem, com ricos detalhes sobre os costumes da população goiana, sobretudo, no que concernem as patologias reinantes.

O cientista austríaco, Pohl, percorreu não só as principais rotas de comunicação, mas também trilhas e atalhos menos usuais, em virtude da recolha de espécimes vegetais e minerais para sua coleção. Seu percurso iniciou-se pelo sertão de Goiás, com destino à Capital Vila Boa, onde visitou diversos arraiais para posteriormente percorrer, estudar e explorar os arraiais do norte. Na referida localidade, Pohl visitou grandes extensões do atual Estado do Tocantins, especialmente a localidade denominada a *posteriori* de Jalapão, bem como Porto Real, Carmo, Natividade e Arraias. Sendo um dos poucos que percorreu a província de Norte a Sul e que mais tempo conservou-se na região (LEITÃO, 2012, p. 61).

Todo o percurso de Pohl pela Capitania encontra-se representado no Mapa 1. Embora a referência utilizada, evidencie o Sertão de Amaro Leite, tanto o Mapa 1 como o Mapa 3 (Percurso de Hugh Algernon Weddell e Francis Castelnau em Goiás, 1844), se configuram como atuais, sendo portanto, primordiais para vislumbrar as regiões perpassadas pelos respectivos viajantes.



Durante sua estadia em Goiás, Pohl narrou sobre as más condições dos caminhos, descrevendo-os como “picadas” no meio do mato, abertas conforme a necessidade, se tornando intransitáveis no período das chuvas. Sendo que, as estradas que faziam conexão entre os arraiais da capitania<sup>71</sup> ou que estabeleciam ligação entre Goiás e Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, por sua vez, também se encontravam em péssimas condições (POHL, 1976, p. 335).

Assim, a precariedade das estradas, os insetos, carrapatos, os casebres em ruínas, a escassez de alimentação para os animais cargueiros, e os padecimentos físicos foram seus companheiros durante a toda a viagem. Sem mencionar a adversidade das condições climáticas relatadas: “[...] fomos perturbados pela inclemência das chuvas; agora nos atormentava a companhia do calor seco, [...] que começava a murchar a vegetação dos campos” (POHL, 1976, p. 178).

Os mantimentos que Pohl e sua comitiva dispuseram durante a viagem, foram adquiridos junto às propriedades no transcorrer do decurso ou nas vilas e arraiais visitados. Sua alimentação habitual consistia no consumo de mandioca, farinha, ovos, galinhas e uma pequena quantidade de carne seca, tendo em vista que sua comitiva buscava complementar a dieta com carne de caça obtida durante o trajeto. Ressalva feita, quando era recebido por autoridades ou pessoas ilustres da região, ocasião em que dispunha de uma maior variedade de suprimentos.

Além disso, Pohl adverte que as más condições dos caminhos dificultavam o comércio entre as regiões, reforçando desse modo o isolamento de Goiás e impossibilitava o adequado abastecimento de gêneros alimentícios na medida em que se adentrava no interior do território. Fato que contribuiu para a carência alimentar no Norte de Goiás, ocasionando, desta forma, a morte de animais e pessoas em virtude da escassa colheita.

O viajante observou que, a alimentação na região conservou-se corriqueira, sem significativas transformações nos Oitocentos, pois o consumo da população consistia

---

<sup>71</sup> Até 1822, antes da Independência do Brasil, emprega-se o termo Capitania. De 1822 a 1889, até a Proclamação da República, usa-se o termo Província. E a partir de 1889 utiliza-se a nomenclatura Estado para designar Goiás. Em alguns casos, a viagem ou expedição dos autores mencionados nesta pesquisa foi realizada durante um determinado período histórico, sendo que os relatos foram publicados dentro do período histórico posterior, motivo pelo qual podem ser encontradas, na mesma obra, menções a mais de uma nomenclatura. Sob a perspectiva de Chaul “(...) teoricamente, o terreno em que se situava Goiás pertencia à Capitania de São Paulo, sendo considerado, inicialmente, um território de minas inserido na Capitania de São Paulo. Vinte anos depois de sua descoberta, a Corte portuguesa tornou Goiás independente de São Paulo, elevando-a à categoria de Capitania. O título de Capitania de Goiás permaneceu até a Independência, quando Goiás se tornou Província” (CHAUL, 1997, p. 22).

em alimentos como, arroz, feijão, carne seca, galinha (em raras ocasiões), toucinho, peixe seco, farinha, milho, alguns legumes, cana-de-açúcar, algumas frutas em conserva, mandioca, esta última considerada por Pohl como o pão nacional. Contudo, tais suprimentos sofriam variações conforme a região, tendo em vista que a produção de aguardente, carne seca e a criação de porcos complementavam a dieta da população local.

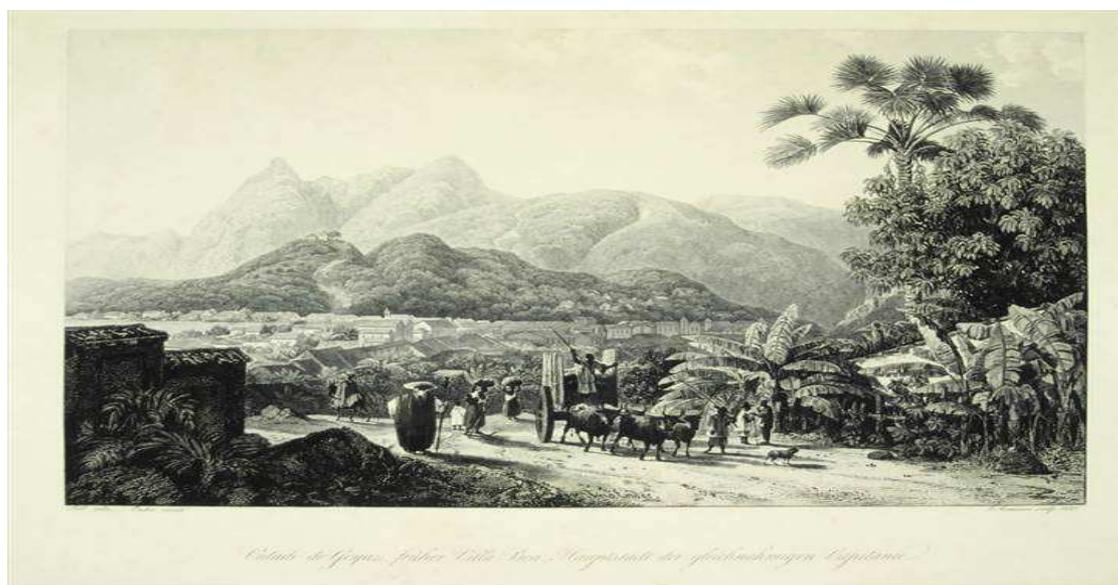
Pohl descreveu com riqueza de detalhes, a cidade e as casas de Goiás, evidenciando que Vila Boa foi elevada em 1819 a capital, pelo Rei D. João VI, momento em que passou a ser denominada de Cidade de Goiás. Embora, seus relatos contemplem que a primeira visão da cidade seja semelhante a um belo quadro, corrobora que, o seu interior não condiz com tal impressão, uma vez que apresenta aspectos pouco atraentes. O viajante ressalta que as casas não detêm estrutura sólida, sendo, portanto, vulneráveis a intempéries, as janelas, por sua vez, eram fabricadas de pau a pique<sup>72</sup>. O calçamento das ruas era precário, porém bem alinhado.

Nesse panorama, a cidade comportava oito igrejas, sendo mais do que o necessário para a curta população que somava 9.424 almas, sendo os mulatos a maioria. Em virtude de todos os negócios do Governo serem administrados na Cidade de Goiás, grande parte da população era constituída de servidores públicos. Doravante, Pohl relata ainda que, só é possível avistar a cidade, ao aproximar-se dela, tendo em vista que se encontra em um “vale cercado de montanhas” (POHL, 1976, p. 140). Conforme se pode notar na figura abaixo:

---

<sup>72</sup> “(...) técnica construtiva que consiste no uso de recursos facilmente encontrados na natureza. Entre os esteiamentos faz-se uma trama de ripas ou varas, que posteriormente é preenchida por barro. O resultado são casas extremamente adaptadas ao clima tropical, que conservam o interior sempre fresco. O trabalho de “enchimento” das paredes muitas vezes é realizado com auxílio da família e amigos em dias de folga”. (TEIXEIRA, 2008, p. 47).

**Figura 4** – Vista de Vila Boa de Goiás no século XIX.



**Fonte:** Biblioteca Mario de Andrade. São Paulo.

No que diz respeito ao vestuário o viajante narra que:

Como naqueles tempos, uma roupa é usada por vários anos e em casa anda-se com calças de algodão grosseiro, blusa listrada e chinelos, sem meias. As mulheres também conservaram a moda do passado, isto é, vestido de chita com grandes flores, sobre os quais usam mantos de lã grosseira de cor escarlate ou azul. Só as mais distintas, de remotos ancestrais brancos, ostentam vestidos de seda. Cobre-lhes a cabeça um chapéu de homem. Varias folhas ou contas de ouro ornam-lhes o pescoço, e mesmo de noite não as retiram. (POHL, 1975, p. 145)

Além disso, na região de Traíras, notou que o vestuário feminino era composto por uma longa sobreveste, na qual era lançado um manto vermelho e um pano fino de musselina cobre-lhes a cabeça. Já os homens, faziam uso de trajes semelhantes aos europeus. O viajante austríaco notou que era comum entre a elite goiana oitocentista, arrumar-se mais para ir à igreja, a festas religiosas e a quermesses, como ainda hoje se diz: “arrumar para ver Deus”.

Durante sua permanência na Capitania, Pohl se tornou um ávido observador do clima, onde pôde notar que a estação chuvosa se inicia em meados de setembro e finda entre os meses de fevereiro ou março, período sobre o qual, se manifesta de modo mais intenso a “fúria do tempo”. Assim, considera o clima de Goiás como salubre, sobretudo, na parte meridional, exceção feita para a região Norte, que abrange as localidades de Água Quente até às cercanias de São João da Palma (POHL, 1976, p. 124).

Assim, da mesma forma como outros viajantes, Pohl também conferiu aspectos negativos à região Norte, caracterizando-a como uma terra inóspita, longínqua, isolada, atrasada e carente. Além disso, também narrou com grande bravura e fé todos os obstáculos que teria padecido durante o percurso:

Para lá chegar, tínhamos que atravessar o sertão. Os raios do sol queimavam nossos corpos como fogo. O calor ainda se tornava mais incômodo por ser o caminho áspero e agreste, exigindo todas as nossas energias (POHL, 1976, p. 182).

Relatando ainda que, conforme se adentrava na região, os problemas se avolumavam, prejudicando, inclusive, a coleta de espécimes. Entretanto, ainda que a região seja representada por características negativas, produto da visão etnocêntrica dos estrangeiros, estes não deixavam de identificar a beleza e a importância da natureza, sobretudo, dos belos buritizais em meio à paisagem desnuda de extensas árvores que lhes contentaram a vista.

Em passagem pelo Arraial de Pilões, observou que apesar da riqueza do solo da região, os habitantes conservam-se em grande miséria, devido o abandono do trato do solo. Seus víveres possuíam preços exorbitantes e na maioria das vezes, escasseavam aos próprios habitantes, que passavam a se alimentar com bananas, abóboras, e a “repugnante e putrescente carne-seca”. A estação chuvosa perdura durante seis meses, período em que os habitantes consomem o que reservaram, em suas palavras:

Predomina aqui uma economia singular, especialmente entre negros livres, que não trabalham mais do que o necessário para a satisfação de suas necessidades. Faturam de dia o bastante para gastar à noite com bebidas e mulheres, no máximo para continuar essa vida por mais um dia; [...] Então chega a penúria, e voltam ao trabalho, momentaneamente, para ganhar o suficiente para renovar, com os altos e baixos, essa insensata vida de maus costumes. Dada essa explicação, ninguém se admitirá mais de que não possa existir bem-estar entre essa população (POHL, 1976, p. 162-163.)

Durante sua passagem pelo arraial, Pohl se viu indisposto e acometido de febre. Sendo que a constante mudança de clima, os acentuados contrastes de temperatura, o percurso por lugares frios e úmidos, foram fatores que corroboraram para enfraquecer a sua saúde. Contudo, tomou a decisão de prosseguir a viagem a Goiás, onde o progressivo mal-estar o fez pernoitar no Sítio Estrela, entretanto, a grande quantidade de formigas e insetos o privou do necessário descanso. De acordo com seus registros: “Altíssima febre intermitente e reumatismo atacaram tanto a mim como aos meus criados durante semanas. Foi este o incomodo resultado de nossa excursão, que foi inútil para quaisquer dos objetivos de nossos esforços” (POHL, 1976, p. 166).

Dentre os desconfortos que acometeram o estrangeiro e seus homens no percurso pela província, estão: congestão nasal, náusea, vômito, dor de cabeça, erupções na pele “até borbulhas nos brotavam no rosto”, coceiras nos pés, que normalmente eram findadas com a escaldadura, sem mencionar o calor constante que afligia tanto sua gente como seus animais. Pohl, em particular, padeceu de intensas dores em todo o corpo, dor de cabeça, mal-estar, dormência nos pés, peso no estômago, rispidez na garganta e na boca. Tendo seu estado de saúde se agravado por inúmeras vezes, de tal modo que, seus homens mostraram-se desolados diante do seu estado, pois julgavam estar “longe de qualquer auxílio humano”. E na tentativa de amenizar seu padecimento, o viajante usou por três vezes suadouros de cânfora e salitre (POHL, 1976, p. 183).

Além disso, tais importunos não os desanimaram de prosseguir com a incursão, “[...] suportávamos de bom ânimo o que acontecia e dentro de nós mesmos encontrávamos forças para resistir a tudo” (POHL, 1976, p. 179). Em visita a Aldeia do Carretão de Pedro Terceiro, a vinte e duas léguas de distância de Vila Boa, Pohl teceu importantes considerações sobre a aldeia dos índios Caiapós, que sob sua perspectiva vivem em estado selvagem e em episódios em que há escassez de alimentos comem cobras, lagartos e gafanhotos. Todos os índios já adquiriram o hábito de usar roupas e as mulheres, assim como em Vila Boa, dispõem de mantos azuis, com os quais vão à Igreja. Os cativos possuem como dever:

[...] trabalhar os primeiros três dias da semana para o rei, aliás das 8 às 11 horas da manhã. Os homens são empregados nas roças, como se chamam as plantações onde são cultivados o milho, a mandioca, o tabaco, o algodão e o feijão. As mulheres dedicam-se a fiar o algodão. Depois de terminado o trabalho, recebem feijão e farinha de milho, assim como o vestuário, que, entretanto, é bastante escasso. [...] Pelas duas horas da tarde os índios regressam. Ai, almoçam. Diante da casa do Administrador está uma grande caldeira posta com feijão-preto e farinha de milho. Cada índio que chega recebe a sua porção, que é deitada na cuia que ele traz para esse fim (POHL, 1976, p. 181).

Destarte, Pohl observou que os Caiapós são donos de pequenos rebanhos de gado. Alguns já dispõem de uma pequena quantidade de vacas, galinhas, entre outros. De modo que o excedente da produção é vendido e o dinheiro obtido é empregado na obtenção de vacas, mantos azuis, terçados, espingardas, pólvora, chumbo, etc. No que diz respeito aos índios Xavantes, que residem nas margens do Rio Maranhão, Pohl elucidou que falam depressa e sua língua é “áspera e dura” (POHL, 1976).

Sobre o rito fúnebre dos Xavantes, elenca que o enterro dos entes era realizado com lamentações e intenso clamor: “[...] O cadáver é posto na cova em posição

agachada; colocam a seu lado o arco, a flecha e alguns víveres, e atravessam sobre sua cabeça sarrafos de madeiras; dessa forma fica como numa caverna, sobre a qual depois se amontoa a terra” (POHL, 1976, p. 241). O luto geralmente persiste de 8 a 30 dias, sendo que, as viúvas, após determinado período, podem casar-se de novo.

Doravante, em contato com os índios Porecamecrãs da aldeia de Cocal, Pohl observou os costumes da aldeia com relação à gestação, e de acordo com seus relatos, a partir do momento que a mulher engravida, iniciava-se uma ríspida abstinência, onde a alimentação do casal passa a ser constituída de vegetais, sobretudo o cará e batatas, há também privação de carne nesse período, pois acreditam que tal alimentação contribui para a saúde da criança. Assim, após dar a luz, a mulher e o recém-nascido, banham-se no rio, ato que reproduz diariamente durante todo o período de amamentação, que perdura por quatro anos.

Em 17 de maio, Pohl sentiu-se reestabelecido e prosseguiu a viagem. Em visita a Traíras observou que não havia plantações na região e os habitantes ocupam-se exclusivamente da criação de gado. De acordo com seus relatos, não se pôde encontrar água de qualidade na região, e o líquido que lhe serviram era sujo e de sabor desagradável. Tendo também observado que as mulheres dessa região envelhecem rapidamente e a alimentação dessa gente consiste em alimentos como: arroz, feijão, açúcar, peixe seco, milho, mandioca, farinha de milho, frutas conservadas e fumo (POHL, 1976, p. 194; 218).

Por conseguinte, em passagem por Vila de São João da Palma, descreveu que o solo da região era estéril e não produzia sequer os víveres mais indispensáveis. Para tanto, essa gente se dedica a criação de gado, sendo o consumo de carne bovina, portanto, habitual. Pohl relatou que durante a sua estadia nessa vila, se manteve “[...] numa condição de meia saúde extremamente desconfortável” (POHL, 1976, p. 221) e, graças ao Ouvidor da região, pôde dispor de quatro novas caixas pequenas para acondicionar as recentes coletas de objetos de História Natural. Entretanto, na travessia do Rio Manuel Alves, foi surpreendido por perdas consideráveis do material recolhido:

[...] um dos nossos burros não pôde resistir à corrente, caiu três vezes seguidas, lançando na água as caixas de plantas e insetos que conduzia. Visto que a água já penetrava, tivemos de abri-las imediatamente para salvar o que fosse possível das coleções de plantas conseguidas com esforços e privações e guarda-las em novos papéis. [...] Além disso, muitas plantas já estavam estragadas, o que para mim era uma perda irreparável (POHL, 1976, p. 224)

Em Porto Real, realizou repetidas queixas sobre a escassez de água e alegou que os habitantes vivem de modo precário e cultivam fumo, milho, cana-de-açúcar, algodão, alguns frutos e hortaliças. Também criam gado, cabras e ovelhas. Ressalta ainda que a água do Rio das Formigas era de má qualidade e putrescente, sendo o calor da região quase intolerável. Sobre Natividade, Pohl relata que, apesar de haver resquícios da extinta opulência na região, hoje seus habitantes vivem em total decadência, pois faltam braços para a mão-de-obra servil e o terreno aluvial já se encontra escavado em todas as direções. Para tanto, a população sobrevive do cultivo de cana-de-açúcar, da aguardente que dela se extrai, das plantações de milho, algodão, legumes, mandioca e um pouco de fumo.

Além disso, o viajante encontrou na Província de Goiás grande diversidade de espécimes da flora, fato que atesta as múltiplas ocasiões em que se viu obrigado a interromper a viagem para despachar a coleção botânica coletada e providenciar novas caixas de recolha, com o intuito de amenizar o encargo a ser transportado por sua tropa. Assim, por intermédio de suas andanças pela região elaborou observações sobre a flora, fauna, geografia, moléstias, os usos, costumes da população com a qual se deparou e a indolência, que afirmava ser um mal do povo brasileiro. E sob o seu ponto de vista, se os moradores não fossem tão reversos ao trabalho a produção de alimentos seria, certamente, mais expressiva:

Quanto aos brancos e mulatos livres, por hereditária preguiça, nada os leva a se mexer, a pôr a mão em qualquer trabalho que demande algum esforço. Preferem passar fome. Faltam negros escravos e qualquer serviço só dificilmente pode ser feito [...] São todos muito preguiçosos e consideram uma vergonha ou desonra que um branco ou livre trabalhe, mesmo um pouco. Essa preguiça transmite-se aos próprios portugueses, que as vezes chegam da Europa com o propósito de fazerem fortuna trabalhando. Contagia-os a preguiça geral e em breve trabalham tão pouco quanto os naturais (POHL, 1976, p. 175 e 263).

Pohl relata que a cidade de Goiás vivia do comércio e descreve que o trabalho dos artesãos era de má qualidade, quando comparado aos europeus. Salienta ainda que, os ferreiros, carpinteiros e mecânicos detinham técnicas atrasadas e só trabalhavam quando queriam, ponderando que o ócio era a máxima felicidade dessa gente. “[...] Entregam-se à ociosidade sem se animarem a trabalhar para melhorar a sua sorte” (POHL, 1976, p. 334.). Também observou que os sagrados laços do matrimônio não eram seguidos, fato que sob seu ponto de vista, corroborava para que a moralidade da população fosse extremamente baixa.

Destarte, após longa incursão, Pohl e seus homens retornaram a Vila Boa no dia 6 de dezembro, ocasião em que: “O digno Governador Geral recebeu-me muito cordialmente, e eu tive de fazer-lhe um minucioso relatório sobre todo o Norte da Capitania, o que fiz inteiramente dentro da verdade” (POHL, 1976, p. 286). Momento em que foi noticiado do falecimento tanto de seu pai como do Barão von Neveu, senhor Imperial Ministro no Rio de Janeiro. Doravante, ao final do percurso, Pohl elucidou que detinha motivos suficientes para estar satisfeito com a incursão pela província goiana, seja pela recepção<sup>73</sup> que lhe foi concedida, os resultados obtidos como pelo estado de saúde dos membros da expedição (POHL, 1976, p. 247). Iniciando, desta forma, os preparativos de regresso ao Rio de Janeiro.

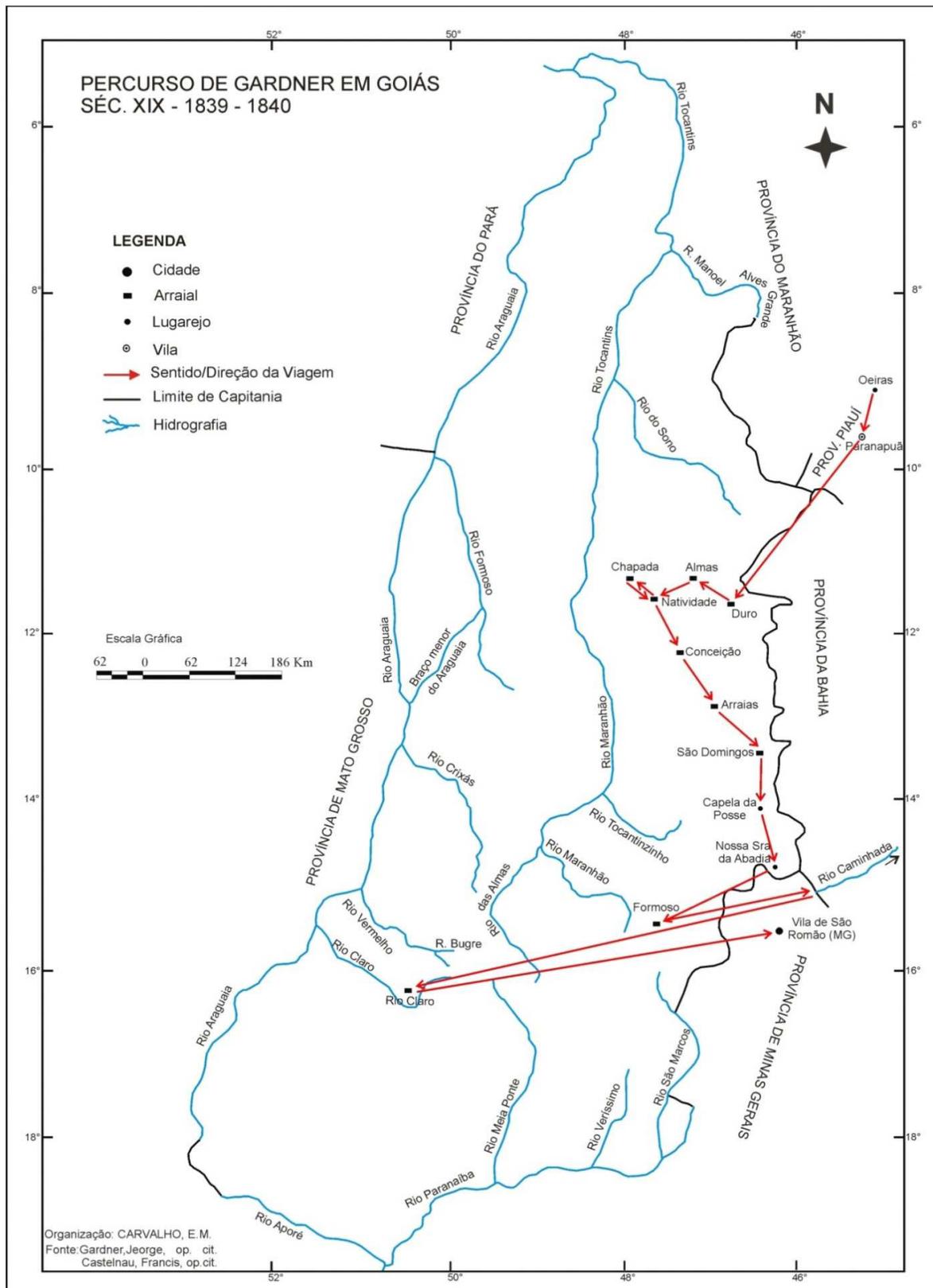
### **2.2.2. GEORGE GARDNER**

Em setembro de 1839, George Gardner chegou a Capitania, percorrendo um caminho distinto dos demais viajantes. Embrenhou-se pelo Ceará até chegar à região norte de Goiás (Conforme pode ser visto no Mapa 2). E conservou-se na região até maio de 1840. Para tanto, realizou ampla descrição no que diz respeito às condições de vida dos habitantes das localidades de Natividade, Almas, Conceição, Arraias, São Domingos, entre outras.

---

<sup>73</sup> Pohl teceu o seguinte comentário sobre o tratamento que recebeu dos nacionais: a “[...] recepção era feita com muitas mesuras e frases gentis; a pessoa era obrigada a sentar-se e convidada a considerar a casa como sua”. Além disso, “[...] o estranho nunca deixava a casa sem ser convidado para o próximo encontro” (POHL, 1976, p. 46).

**Mapa 2**– Percurso de George Gardner em Goiás, 1839-1840.



**Fonte:** Adaptado de CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997, p. 52.

Durante sua estadia em Natividade, Gardner observou que a vila, assim como outras, foi construída de modo irregular, fato ocasionado pela atividade mineratória. Sua população corresponde a cerca de duas mil almas. A vila comporta quatro igrejas que, apesar de remotas, ainda se acham inacabadas e não havia probabilidade, segundo ele, de que as obras fossem findadas. Há também uma cadeia, construída com tijolos crus, através dos quais os presos conseguiam fugir, assim mal poderíamos chamar-lhe de prisão. Boa parte das casas era também edificada com o mesmo material.

O viajante descreve que tanto o solo como o clima da região eram superiores aos do Piauí e Ceará. E a estação chuvosa iniciava-se em outubro e perdurava geralmente até abril do ano seguinte. Os principais produtos cultivados na região eram a mandioca e o milho, também se plantava cana, sobretudo, para a produção de aguardente, pois sua comercialização era mais rápida do que o açúcar. Dentre as árvores frutíferas cultivadas, estão à laranjeira, limão-doce, tamarindo e jaca (GARDNER, 1975, p. 158)

Destarte, perante a população com a qual se deparou Gardner assim como tantos outros viajantes, narrou sobre a miséria em que se encontravam, sendo vítimas de sua própria ociosidade e indolência ao extremo. Haja vista que determinadas regiões careciam de alimentos básicos, tais como: arroz, feijão, farinha de mandioca, cará, banana, milho e batata-doce. E: “[...] os poucos laboriosos tinham de sustentar os demais, porque estes habitualmente furtam as plantações quanto sirva para sustentar sua misera existência” (GARDNER, 1975, p. 157).

Sobre a alimentação, ressaltou que em virtude da escassez de víveres, teve de se alimentar quase que inteiramente de farinha e carne salgada, e se não fosse à generosidade de seu amigo Lagoeira, o viajante presume que certamente teria padecido de fome. Todavia, ainda que houvesse grandes fazendas de criação de gado nas proximidades, era possível comprar carne fresca somente uma única vez a cada mês.

No que diz respeito aos caminhos de Goiás, pondera que, eram percorridos em boa parte por boiadeiros e tropeiros que atravessavam a província, sendo pouco usados e mal cuidados e, portanto, difíceis de atravessar. Fato que contribuía para encarecer os víveres destinados a uma população que carecia de itens essenciais até mesmo para a manutenção da vida. Seus relatos, dessa forma, são repletos de descrições sobre a penúria e o abandono das populações, principalmente, aquelas que viviam nas regiões onde a mineração declinou-se.

Gardner ressalta que, havia chegado: “[...] ao ponto mais setentrional do Império do Brasil jamais visitado por qualquer naturalista, porque nem Pohl nem Burchell haviam levado suas excursões além de Natividade” (GARDNER, 1975, p. 159). Assim, em companhia do professor Walker e um “sapateiro preto”, resolveu fazê-lo, com o duplo intuito de examinar a estrutura geológica e obter coleções botânicas, que por sinal foram muito expressivas, fato que o incentivou a regressar a montanha por mais duas vezes. Assim, pôde dispor de uma variada coleção de espécimes peculiares do Brasil, dentre elas a *Vellozia*<sup>74</sup>.

Em passagem pelo Arraial da Chapada, pondera que esta região lhe concedeu significativos acréscimos à sua coleção. Estando contente com a hospitalidade que o capitão Batista o recebera, e observou que este mencionava com frequência Pohl e Burchell. Sobre o Arraial da Conceição, notou que a população era composta por cerca de cem pessoas, cuja maioria eram negros e mulatos. Boa parte das casas estava situada, em duas ruas extensas, onde há duas igrejas, uma das quais em ruínas. Sendo que, a maioria pertence a fazendeiros que as ocupam no tempo das principais festas da igreja (GARDNER, 1975, p. 162)

Partiu de Conceição na manhã do dia 17 de fevereiro e em passagem pelo Rio da Palma, notou que neste, assim como nos demais, era comum à presença de enguias elétricas (*Gymnotus electricus*), mas conhecida entre os habitantes como treme-treme. Embora se diga que sua carne é boa, pôde notar que é raramente consumida pelos habitantes. O viajante também se deparou com pequenas lavras de ouro e observou que os escravos empregados na extração não entregam aos seus senhores todo o ouro encontrado, tendo em vista que: “[...] são obrigados a sustentar-se e vestir-se, e pagam aos seus empregadores certa soma fixa de dinheiro, uns seis xelins por semana”. Muitos deles têm sido bastante afortunados para comprar sua alforria, mas tornaram-se maior parte, indolentes e dissipados. (GARDNER, 1975, p. 163.)

Por conseguinte, em descanso na Fazenda Sapé, situada ao pé da Serra de Santa Brida, Gardner narra a hospitalidade que recebera, tendo o dono da fazenda consentido a sua partida a Arraias somente após cinco dias, munindo-lhe de carne seca e uma carga de farinha. No que diz respeito ao solo, destaca que é fértil, com terras propícias para o

---

<sup>74</sup> “*Vellozia* (Velloziaceae) é uma planta de porte herbáceo que ocorre em solos rochosos (...). Suas flores hermafroditas são extremamente macias, representando fonte tenra de alimento para os insetos que predam suas tépalas e estruturas reprodutivas”. (LANDAU, E. C.; JESUSALVIM, S. G.; FAGUNDES, M.; FERNANDES, G. W.. *Riqueza e abundância de herbívoros em flores de Vellozia nivea* (Velloziaceae). Acta Botânica, 1998, p. 403).

cultivo da cana-de-açúcar, cuja maior parte é destinada para a fabricação de cachaça. E seus campos, os presentearam com diversas espécies de palmeiras.

Em face disso, Gardner permaneceu dois meses em Arraias em virtude da estação chuvosa, período em que aproveitou para expandir a sua coleção de plantas. De tal modo que narrou à vila enquanto relativamente pequena, com cerca de trezentos habitantes, cuja única possibilidade de deslocamento fluvial é feita através do Rio Tocantins. A região comporta três escolas públicas, sendo duas primárias, uma para meninas e outra para meninos e a terceira é destinada para o ensino de latim<sup>75</sup>. Em suas palavras:

Aquí, como em todas as outras vilas e aldeias do interior, os mestres são pagos pelo governo e, por conseguinte, é gratuita a educação de todas as classes sociais; apesar disso, espantou-me ver quão pequeno o numero dos que se valem dessa oportunidade (GARDNER, 1975, p. 168).

Assim, Gardner julga que a população não detém o gosto pela leitura e, em geral, só dispõem de pequenos livros de reza. Sob seu ponto de vista, Arraias em virtude da elevada posição, possui clima mais fresco do que as demais planícies e os moradores possuem o hábito de dizer que a região “não tem água ruim nem caminhos bons”. O período chuvoso emana sempre do nordeste e inicia-se em outubro ou novembro e perdura até o mês de abril. Os habitantes, sobretudo, os fazendeiros vivem da criação de gado. As áreas destinadas à plantação estão entre as terras baixas, sobretudo, ao longo do pé da serra onde há o cultivo de cana-de-açúcar, principalmente para a fabricação de cachaça, também se cultivava arroz, mandioca e milho. Gardner salienta que tanto o clima como o solo parece ser propício para a produção de café, pois algumas tentativas feitas deram bons resultados, mesmo sem o devido cuidado. (GARDNER, 1975, p. 169).

A partir disso, com o término da estação chuvosa, o estrangeiro se viu invadido pelo desejo de recomeçar sua incursão em retorno ao Rio de Janeiro. E devido à generosidade de seu amigo, o senhor Lagoeira, “homem verdadeiramente bom”, que lhe

---

<sup>75</sup> Com relação ao ensino em Goiás no decurso do século XIX, podemos ressaltar que em 1827 foi promulgada a criação de escolas de Primeiras Letras, para ambos os sexos, nas cidades e lugares mais populosos. Entretanto, havia distinção entre o currículo que deveria ser ministrado para os meninos (leitura e escrita, aritmética, noções de geometria prática, gramática da língua nacional, moral cristã, e doutrina da Religião Católica), e para as meninas, eram ensinadas as mesmas matérias, restringindo a aritmética às quatro operações, excluindo a geometria e substituindo-a por prendas domésticas. Em 1835, foi instituída a obrigatoriedade da escolarização primária e secundária. E dentre as causas apontadas como responsáveis pelo atraso da instrução em Goiás figuravam principalmente a falta de habilitação dos professores públicos e a pouca frequência dos alunos. Todavia, a partir de 1827, foi instituído o ensino mútuo, e que uma das principais realizações da administração pública na província goiana durante esse período foi à criação do ensino secundário por meio do Liceu, em 1847 (RODRIGUES; ARAÚJO, 2010, p. 2-12).

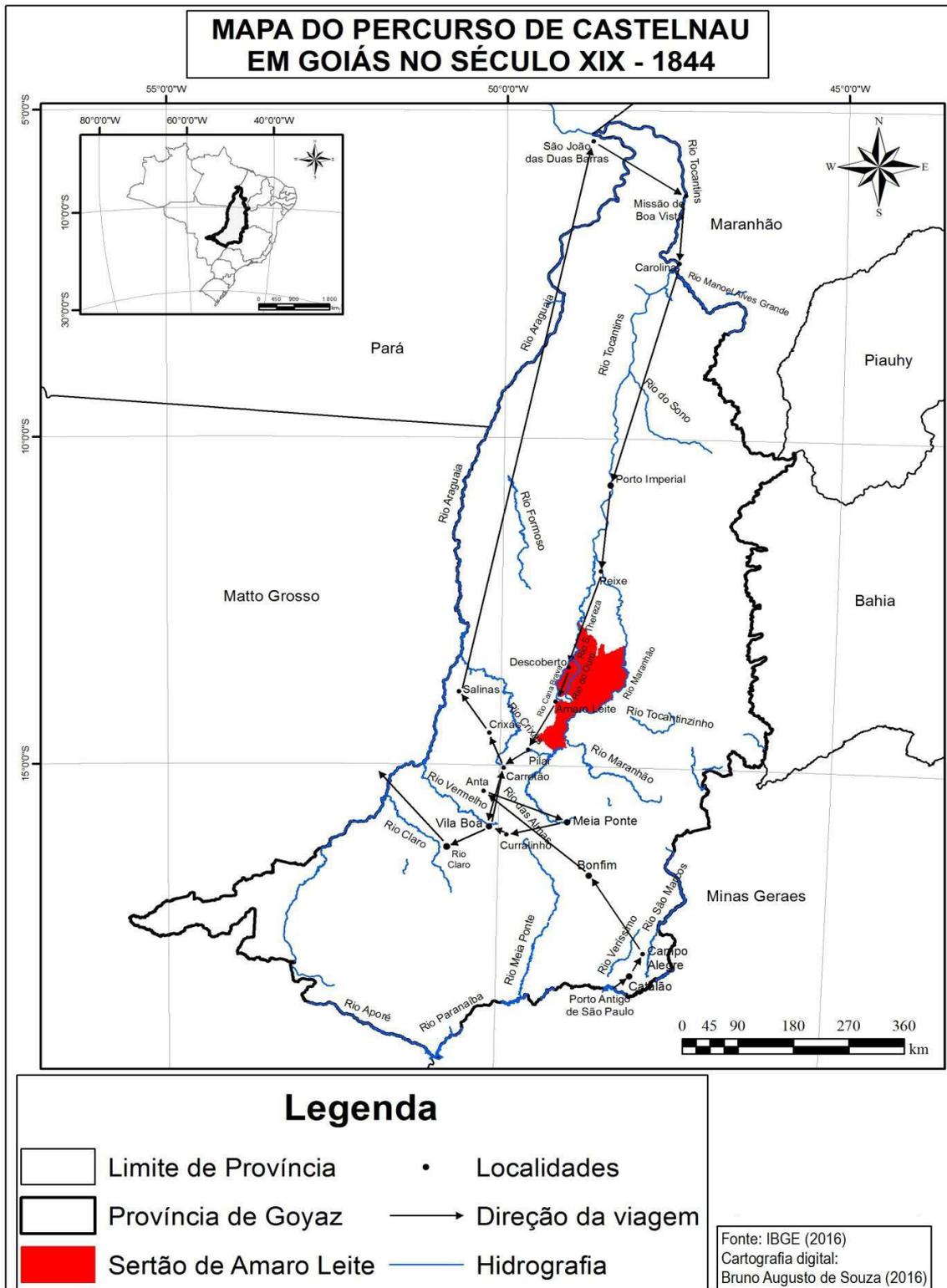
abasteceu com provisões de sua fazenda, as suas economias não foram em muito diminuídas durante a sua estadia em Arraias. E, no término de sua incursão pela Província de Goiás, ressaltou que, embora tenha sofrido severas exposições ao tempo, a sua saúde conservou-se boa, e deixava o Brasil com grande pesar, pois considerava que o país detinha uma beleza inigualável e grande riqueza de recursos naturais. E ao contrário de Pohl, que padeceu por inúmeras vezes de moléstias durante seu percurso em Goiás, tendo falecido logo após o seu retorno a Europa, Gardner retrata que a vida que aqui viveu era livre, cujo clima era mais saudável para sua saúde que o da Inglaterra (GARDNER, 1975, p. 250).

### **2.2.3. HUGH ALGERNON WEDDELL**

Neste último subtópico trataremos da abordagem de Hugh Algermon Weddell acerca da sociedade goiana Oitocentista no que tange os aspectos narrativos, físicos, geográficos e sociais, descrito pelo autor. Para tanto, nos apoiaremos na coletânea de narrativas de viagem de Francis Castelnau, em língua francesa, chamada: *Expédition; De L’Amerique DU Sud. Au dépôt des publications de la librairie P. Bertrand* (1855). Também utilizaremos a obra em português, intitulada: *Um francês nos trópicos; Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX*, organizado por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2015).

Como já mencionado, entre os anos de 1843 e 1847, uma equipe liderada pelo conde Francis de Castelnau e integrada por um médico botânico, o doutor Hugh Weddell, pelo naturalista Emile Deville e, pelo engenheiro de minas, visconde Victor Eugène Hulot d’Osery, empreitaram uma ambiciosa expedição científica no Brasil, Bolívia e Peru. No entanto, focaremos em apresentar e refletir sobre o trajeto e descrições de viagem de Hugh Weddell a partir do diário e registros da expedição de Castelnau. Para tanto, todo o percurso de ambos os viajantes por Goiás encontra-se representado no Mapa 3.

**Mapa 3 -** Percurso de Hugh Algernon Weddell e Francis de Castelnau em Goiás, 1844.



**Fonte:** ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. *O sertão de Amaro Leite no século XIX*. Dissertação de Mestrado, UEG Anápolis, 2016, p. 56.

As passagens sobre Weddell são mais escassas nos manuscritos, o que nos leva a pensar, hipoteticamente, que isso se deve a perda de documentação, registros e diários oficiais da expedição, durante o assalto e assassinato do visconde d'Osery<sup>76</sup>, por remadores da embarcação em que navegava pelo rio Maranhão. Do que nos resta, sobraram passagens importantes sobre o Dr. Weddell, incluso seu estudo sobre os hospitais do Rio de Janeiro (CASTELNAU, 1855; MELLO, 2015, p. 55). Em suas palavras:

O Rio de Janeiro possui diversos estabelecimentos desse gênero; mas só um tem real importância: A Santa Casa de Misericórdia. Os outros em números de três, dependem das confrarias semirreligiosas da ordem Terceira de Santo Antônio, de São Francisco de Paula e do Carmo. Cada um deles possui de quinze a trinta leitos, e somente são aceitos como pacientes os membros da confraria a que estão ligados. [...] A Santa Casa de Misericórdia não funciona em um único prédio: além da sede principal, compreende vários pequenos hospitais secundários, espalhados pela capital e destinados ao tratamento de doenças específicas, ou porque se quis isolar os doentes, ou porque se pretendeu mantê-los em condições especiais de higiene. [...] minha impressão não foi das melhores; verifica-se uma grande carência de limpeza e, sobretudo, de luz, tão abundante no país. Observei com prazer que não se fazia nenhuma diferença entre pretos e brancos; na dor, todos são iguais. [...] As doenças médicas e as cirúrgicas são tratadas em salas distintas, realizando-se nelas, todas as manhãs, cursos de clínica, os únicos existentes no Rio. [...] Não há, no Rio, nenhum hospital específico para partos. As doenças observadas no Rio são muito semelhantes às que encontram nas grandes cidades da Europa (CASTELNAU, 1855; MELLO, 2015, p. 56).

Além dos hospitais, Weddell, faz observações acerca dos brasileiros. Afirma que o calor escaldante, a ociosidade, a falta de meios para estudar e a chaga da escravidão, influenciaram sobre os costumes e hábitos do país, dos brasileiros e até do clero. Além disso, o autor assinala, do ponto de vista cultural, a “falta de educação” das mulheres e a maneira como são excluídas na sociedade, fator que atrasa o desenvolvimento da civilização brasileira. Em face disso, percebemos, em aspectos gerais, como esses viajantes interpretavam o Brasil e os brasileiros. É uma amostra que veremos a seguir no que tange o cenário e o contexto histórico de Goiás nesse período. São visões passíveis de crítica, reflexão e problematização.

Antes da chegada em Goiás, na trajetória do Rio de Janeiro para Minas Gerais, Castelnau conta que foi acometido por uma forte febre, que graças ao Dr. Weddell, foi aliviada. Finalmente, da Vila de Catalão a Goiás, aparece algumas referências a operações cirúrgicas realizadas pelo Dr. Weddell num vilarejo, chamado, Ciganos. Nessa parte a narrativa assinala a monotonia do lugar, segundo Weddell, não havia nada

---

<sup>76</sup> Vide anexo de Maria E. Chaves de Mello: *O assassinato do Sr. D'Osery, Lima 18 de janeiro de 1847. In Um francês nos trópicos; Francis Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX*, 2015. p. 483-484.

de novo, parecia ser sempre a mesma rotina. Para tanto, Castelnau e sua comitiva permaneceram em Goiás de 18 a 29 de outubro de 1844. Os registros dos viajantes colocam Goiás como uma das cidades mais bonitas do Brasil. A despeito disso:

[...] sendo cercada de montanhas cobertas de mata por quase todos os lados, parece que sua extensão será, para sempre, pouco considerável. As casas que geralmente tem apenas um andar são muito bem construídas e muito brancas, as ruas são muito bem limpas e muito bem alinhadas, e as praças espaçosas. O calçamento, no entanto, é dos piores. [...] Goiás contém cerca de quinhentas casas e 7 a 8 mil habitantes, mas poucos escravos. Está situada às margens do Rio Vermelho, famoso pelas areias auríferas encontradas em suas águas. (CASTELNAU, 1855; MELLO, 2015, p. 100).

Weddell, assim como Castelnau, era hábil desenhista, como se pode notar na figura abaixo, que representa uma procissão religiosa pelas ruas da Capitania de Goiás, diante da monumental praça, com destaque para a matriz composta por estrutura de madeira.

**Figura 5 - Place du Palais a Goyaz (Brésil)<sup>77</sup>**



**Fonte:** (CASTELNAU, 1852, s.p.).

Ambos viajantes, Castelnau e Weddell, evidenciaram, de forma geral, os costumes dos goianos. Assim como em Pohl, chamou-lhes a atenção, a dificuldade em entrar no interior das residências. Isso se explicaria, segundo os mesmos, devido à preservação e resguardo da figura das mulheres, haja vista que:

---

<sup>77</sup> “Praça do Palácio em Goiás (Brasil)”. Tradução da autora.

Os moradores escondem instintivamente suas mulheres, que só podem ser vistas nas procissões e na Igreja, em dias de festa – que, aliás, aqui, como no resto do Brasil, estão longe de serem raros (CASTELNAU 1855; MELLO, 2015, p. 101).

Sobre o vestuário feminino salientam que, era completamente distinto do que tinham se deparado até aqui, sendo constituído, em geral, em um grande xale preto e um lenço branco que lhe cobrem a cabeça e transpassa sob o queixo, de maneira a deixar aparente apenas os olhos, o nariz e a boca. Raras mulheres usam chapéu preto de homem, adornado, vez ou outra, com uma pena. A população de toda a província é de cerca de 7 a 8 mil pessoas, das quais, poucas são escravos (CASTELNAU, 1852; MELLO, 2015, p. 101).

Além disso, Weddell relatou que durante a estadia em Goiás, havia certa dificuldade em reabastecer as provisões da expedição e na tentativa de buscar alimento foi a uma caçada na região, devidamente preparado, caso sofresse alguma espécie de ataque dos habitantes das florestas. Percebemos as dificuldades enfrentadas e a sensação de hostilidade no trecho a seguir:

No dia 10, fizemos uma grande caça ao veado, mas sem resultado; os caçadores voltaram, um a um, bem cedo; quanto aos cães, só reapareceram muito tempo depois; parece que comeram o animal. [...] Chegamos no dia 12 à fazenda de Manoel Gonçalves por caminhos muito difíceis, no meio dos quais, quase nos afogamos na lama. Nosso anfitrião havia se instalado nessa região afastada quando ela era ainda infestada de índios e onças. Pouco a pouco, entretanto, ele conquistou a amizade de uns e destruiu outros. Sua casa resumia-se a um galpão em mal estado (CASTELNAU, 1855; MELLO, 2015, p. 106).

No percurso ao norte de Goiás, os viajantes passaram por diversas privações e incômodos durante a viagem. Sofreram muito com carrapatos de tamanho reduzido que causavam irritação bastante desagradável, além das dolorosas picadas de mosquitos “borrachudos” que picavam qualquer parte do corpo exposta. Também sofreram com feridas nas pernas, que inflamavam e resultavam em uma espécie de erisipela, popularmente conhecida pelos habitantes locais, como “pereba”. Destarte, além da fauna e da flora, puderam encontrar com os índios Xambioás e Carajás no percurso de Goiás a Salinas<sup>78</sup>, empreendendo a expedição científica mais ao norte, encontrando com o Rio Araguaia e Tocantins.

Com efeito, os viajantes fazem uma descrição geográfica da província de Goiás, que era desconhecida até mesmo pelos geógrafos europeus da época. E nesse sentido,

---

<sup>78</sup> Situada na Província de Minas Gerais.

podemos observar as características físicas e de fronteiras entre as províncias, como segue na passagem a seguir:

A Província de que falamos estende-se na parte mais central do Império do Brasil. Limita-se ao norte com a do Pará, mas seu limites são mal definidos por esse lado, e não se sabe se ela termina no Rio Pucuruí, ou no rio Tacanhunas. Está separada da província do Maranhão pelos rios de Manoel Alves Grande e Tocantins. A serra geral separa-a do Piauí, Pernambuco e Minas Gerais. [...] Os limites com a província de Mato Grosso são: o rio Pardo, desde a sua desembocadura no rio Grande até o rio Vermelho, perto de Camapuã. [...] Como uma grande parte das regiões que acabo de citar é mais ou menos desconhecida, podemos concluir o quão pouco esses limites são seguros e quantas dificuldades tivemos para calcular, mesmo que de maneira aproximativa, a superfície dessa província (CASTELNAU, 1855; MELLO, 2015, p. 193).

Destarte, Weddell durante sua estadia no Brasil enviou a Paris mais de 3.000 espécimes da flora brasileira, entretanto, pondera que sofreu repetidas perdas do material recolhido em virtude das intempéries do cotidiano e das dificuldades encontradas nas travessias dos rios. Dedicou especial atenção para a planta *Cinchona*<sup>79</sup>, tendo explorado ao menos quinze espécies distintas do gênero, senda esta, uma planta medicinal utilizada como relaxante muscular pelos índios, e de acordo com Weddell, uma valorosa fonte de quinino, remédio empregado contra a malária (CASTELNAU, 1855).

No entanto, é importante mencionar que Weddell, assim como os demais viajantes aqui analisados, se defrontaram com o território goiano durante um contexto particular, uma vez que, ao final do século XVIII, a produção aurífera da região encontrava-se em declínio e os europeus que por aqui passaram se depararam com uma população à mercê do processo de industrialização e urbanização que estava sendo empreendido na Europa. A saber, só conseguiram vislumbrar a região sob a ótica da decadência<sup>80</sup>, que perdurou durante anos, senão séculos, e acabou por influenciar de

---

<sup>79</sup> O gênero *Cinchona* compreende “(...) cerca de 38 a 50 espécies de árvores e 150 variedades de arbustos perenes do gênero (...) E tem sido intensamente estudado desde a sua descoberta para a cura da malária, no final do século XVI. (...) ocorrem em climas quentes e úmidos, com precipitação abundante e persistente, com nebulosidade o ano todo, nas zonas altas com topografia íngreme e nas partes baixas das colinas, quase sem influência do clima. (...) Em geral, ocorrem em regiões com solos de origem residual ou aluvial, profundos, de reação ácida e bem drenados, com textura areno-argilosa, finos e com abundante matéria orgânica. (...) As espécies do gênero *Cinchona* são consideradas, universalmente, como as que salvaram a humanidade da malária ou paludismo”. (POLLITO, P. A. Z.; FILHO, M. T. *Cinchona amazônica Standl. (Rubiaceae) no estado do Acre, Brasil*. Ciências Naturais. v. 1, n. 1, p. 9-18, jan/abr. 2006, p. 10, 11).

<sup>80</sup> Rildo Bento de Souza (2015) salienta que: “O período da *decadência* do ouro atingiu todos os setores: o social, o econômico, o político e o cultural (PALACIN, 1972). A história da decadência, enquanto tema historiográfico está pautado basicamente em duas fontes, de que se serviram os pesquisadores, a saber, os relatórios dos viajantes estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século XIX e os

modo pejorativo na construção da história regional goiana. Sob a perspectiva de Andrade (2010):

(...) a província passava por uma crise decorrente da quase extinta produção aurífera, antes motivo de explosão demográfica. Agora, com a queda da atividade mineratória, Goiás vivia uma economia primária de subsistência, que, aos olhos dos viajantes, era a própria decadência. Insistiam em estabelecer “verdades”, a partir de suas visões deturpadas da realidade goiana. O fato de não compreenderem a realidade local impulsionou-os a emitir julgamentos e opiniões com base em seus olhares etnocêntricos (ANDRADE, 2010, p. 41)

Para tanto, a partir da década de 1970, novos estudos e pesquisas buscaram relativizar o conceito de decadência, com o intuito de demonstrar às distintas realidades regionais conferidas a Goiás no decurso do século XIX. Paulo Bertran (1994)<sup>81</sup>, Eurípedes Funes (1986)<sup>82</sup>, Nars Chaul (1997)<sup>83</sup>, estão entre os historiadores que almejavam romper com o legado deixado pelos registros estrangeiros, propondo novas interpretações para a história social e econômica.

A saber, o emprego do conceito de decadência, para elucidar a economia de Goiás após o declínio aurífero: “(...) foi forjado pelos primeiros memorialistas que escreveram sobre a região. Silva e Souza em 1812 e Cunha Matos em 1824 foram os primeiros a lançarem o estigma da decadência sobre os habitantes dos sertões goianos” (LEITÃO, 2011, p. 11). A este contexto, inserem-se os viajantes estrangeiros que corroboraram para consolidar, reforçar e associar Goiás a imagem de decadência. Contudo, o respectivo termo, não se fazia presente na sociedade local, uma vez que a

---

relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província. Essas, por sua vez, ajudaram a cristalizar a ideia de que Goiás, logo após o fim da mineração, viveu um período de trevas; porém, segundo o historiador Wilson Rocha Assis, ao contrário do que a historiografia perpetuou, a decadência da mineração não impediu o “*desenvolvimento social e cultural*”, mas apenas deu “*lugar a culturas e formas de socialização diferentes daquelas conhecidas no auge da produção aurífera ou daquelas características da modernidade capitalista*” (ASSIS, 2007, p. 20). não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não se via indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira (CHAUL, 1995, p. 229). Os dois autores que ora citamos fazem parte de uma corrente historiográfica revisionista, cujo intuito era rever a forma com que o conceito de decadência foi usado pela historiografia tradicional. A partir das mesmas fontes que serviram para embasar o discurso da decadência, esses autores tinham por objetivo desconstruí-la, ou seja, em Goiás não houve decadência, porque eles não se viam com decadentes, o olhar do europeu não compreendeu a lógica da sociedade goiana no período”. (SOUZA, 2015, p. 85-86).

<sup>81</sup> BERTRAN, P. *A memória consútil e a goianidade*. Ciências Humanas em Revista, Ciências Sociais. (Goiania), v. 5, n. 1, jan/jun, 1994; BERTRAN, P. *História da terra e do homem no planalto central*. Brasília: Solo, 1994.

<sup>82</sup> FUNES, E. A. *Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

<sup>83</sup> CHAUL, Nasr N. Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

população não se via sob a ótica do atraso, da indolência, da ociosidade e, sobretudo, da decadência.

Nesse sentido, há uma construção imagética sobre esse sertão atrasado e inóspito produzida em grande parte pelas impressões descritas pelos viajantes. É nesse cenário nosológico de Goiás que se fomenta historicamente a relação entre as doenças, as expedições, os conflitos, as disputas e o caráter negativo associado ao local e aos seus habitantes em um período de intenso fluxo de interesses e explorações de recursos naturais, minerais e humanos.

De acordo com Sussekind (1990), através dos diários dos viajantes estrangeiros, buscou-se promover a: “(...) formação de uma imagem para o país recém-independente”, visto que os intelectuais brasileiros buscavam nessas narrativas afirmar uma “(...) essência original da nacionalidade”, ainda que de modo equivocado reproduzam, dessas fontes, um narrador de “(...) olhar armado, interessado, olhar de instrutor” (SUSSEKIND, 1990, p. 127).

Perante a influência exercida pelas narrativas de viagem, é necessário ponderar que Pohl, Gardner e Weddell, ainda que herdeiros das concepções iluministas nos deixaram significativas fontes de informações sobre a paisagem, as moléstias reinantes, os costumes, o sistema de produção, circulação, consumo de alimentos e exerceram grande influência na escrita da história regional, influenciando, sobremaneira, o modo como a nação passou a ver a si mesma<sup>84</sup>. Portanto, trouxeram à tona aspectos peculiares dessa sociedade que, confrontados com outras fontes, proporcionam proffcuas análises para a compreensão do Brasil no século XIX.

Nesse sentido, no próximo capítulo procurar-se-á abordar e mapear as patologias reinantes e as práticas médicas vigentes na Província de Goiás no decurso da primeira metade do Oitocentos, utilizando como referencial as fontes já anteriormente citadas, que dão voz a este trabalho, sobretudo, mediante a tímida produção de pesquisas nesse campo. Também serão analisados os Relatórios dos Presidentes de Província, com a finalidade de analisar o olhar estrangeiro perante a realidade e o discurso local.

---

<sup>84</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. No novo mundo, o lugar mais próximo do Paraíso. In: PINHEIRO, Líliliana. *O Olhar dos Viajantes: O Brasil ao natural*. São Paulo: Duetto, 2010.

### **CAPÍTULO III**

#### **IMPRESSÕES MÉDICAS: O ESTRANGEIRO E O LOCAL**

Trataremos neste capítulo sobre a presença de discursividades, cujos efeitos de sentidos e processos de significação são produtores de uma memória sobre o cenário nosológico goiano e em decorrência, a produção de um imaginário sobre a sua população. O princípio norteador é analisar como Pohl, Gardner e Weddell vislumbraram e retrataram a população e seus costumes, a medicina e as práticas médicas goianas. Atentando, sobretudo, para o levantamento das moléstias reinantes em Goiás na primeira metade dos Oitocentos. Para, a *posteriori*, promover uma comparação entre o olhar estrangeiro dos respectivos viajantes com o olhar local referenciado pelos Relatórios dos Presidentes de Província, com a finalidade de descortinar sobre a multiplicidade de visões sobre a questão sanitária em Goiás.

#### **3.1. MEDICINA E PRÁTICAS MÉDICAS EM GOIÁS NO SÉCULO XIX**

A capitania de Goiás recebeu no decurso dos séculos XVIII e XIX a reputação de ser um lugar perigoso, onde o homem perdia a sua vida tanto pela busca incessante pelo ouro como através da incidência de inúmeras patologias. Dessa forma, teve a péssima condição sanitária propagada por presidentes de província, administradores, médicos e viajantes. Assim, a capitania angariou uma imagem ambígua, pois ao mesmo tempo em que fazia parte do Império estava à margem dele (GARCIA, 2010; VIEIRA, 2012).

Em parte, esta reputação ambígua era ocasionada pela disparidade dos ambientes da capitania que diferiam do Norte – atual estado do Tocantins – para o Sul – Comarca do Sul. A saber, no Norte, as áreas menos saudáveis estavam concentradas no decurso dos rios Maranhão, Paraná e Bezerra. A Comarca do Sul, por sua vez, também detinha rios pestilentos, tais como o Araguaia e o Paranaíba. Mesmo o Rio Vermelho, cujas margens localizava-se a capital, Vila Boa de Goiás, possuía péssima reputação, sobretudo, nos primeiros anos de exploração aurífera (KARASCH, 1999, p. 20). Assim, de acordo com a opinião dos viajantes, os indivíduos mais saudáveis e isentos de febres residiam nos planaltos e montanhas. De tal modo que, seus relatos corroboram para a

compreensão de que a Comarca do Norte era o pior lugar para se viver, em virtude da grande incidência de febres letais.

Ademais, o fato de Goiás ser historicamente percebido como sertão, e dos médicos aqui analisados, o terem vislumbrado dessa forma, requer uma reflexão a respeito do imaginário social sobre ele construído. Uma vez que, o conceito e os atributos negativos, geralmente a ele conferidos, interviam tanto nas visões exteriores que foram projetadas como na própria construção da identidade regional goiana.

No decurso de boa parte de sua história, Goiás foi caracterizado como sertão e reconhecido, sobretudo, pelas imagens negativas que passaram a ilustrá-lo mediante os atributos de atraso<sup>85</sup>, isolamento, decadência, estagnação, abandono, pobreza e enfermidade. Características apregoadas dentre as mais distintas fontes sobre a história de Goiás e que foram sendo paulatinamente reforçadas pela historiografia regional, colaborando para propagar uma imagem negativa sobre a região (LIMA, 1999; SENA, 2003, VIEIRA, 2012).

Com efeito, o termo sertão foi atribuído para nomear regiões distantes, pouco conhecidas e repletas de “índios selvagens”, tal como determinadas áreas do norte goiano. Para tanto, como já mencionado, os viajantes médicos aqui analisados vislumbraram Goiás sob essa ótica e propagaram inúmeras visões sobre a região em seus diários de viagem. E dentre essas visões, nos interessa como o cenário nosológico goiano foi mapeado pelos viajantes, e para uma melhor apreensão, o Quadro 1 traz um mapeamento minucioso sobre as patologias reinantes na Província Goiana no decurso do Oitocentos, bem como as páginas que o sucedem.

---

<sup>85</sup> Para Nísia Trindade Lima “O atraso estava intimamente associado ao isolamento ou, (...) ao abandono a que eram elegadas as populações do interior do Brasil. Esse quadro era responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional” (LIMA, 1999, p. 84).

**Quadro 1** - Mapeamento das principais doenças encontradas em Goiás por Pohl, Gardner e Weddell.

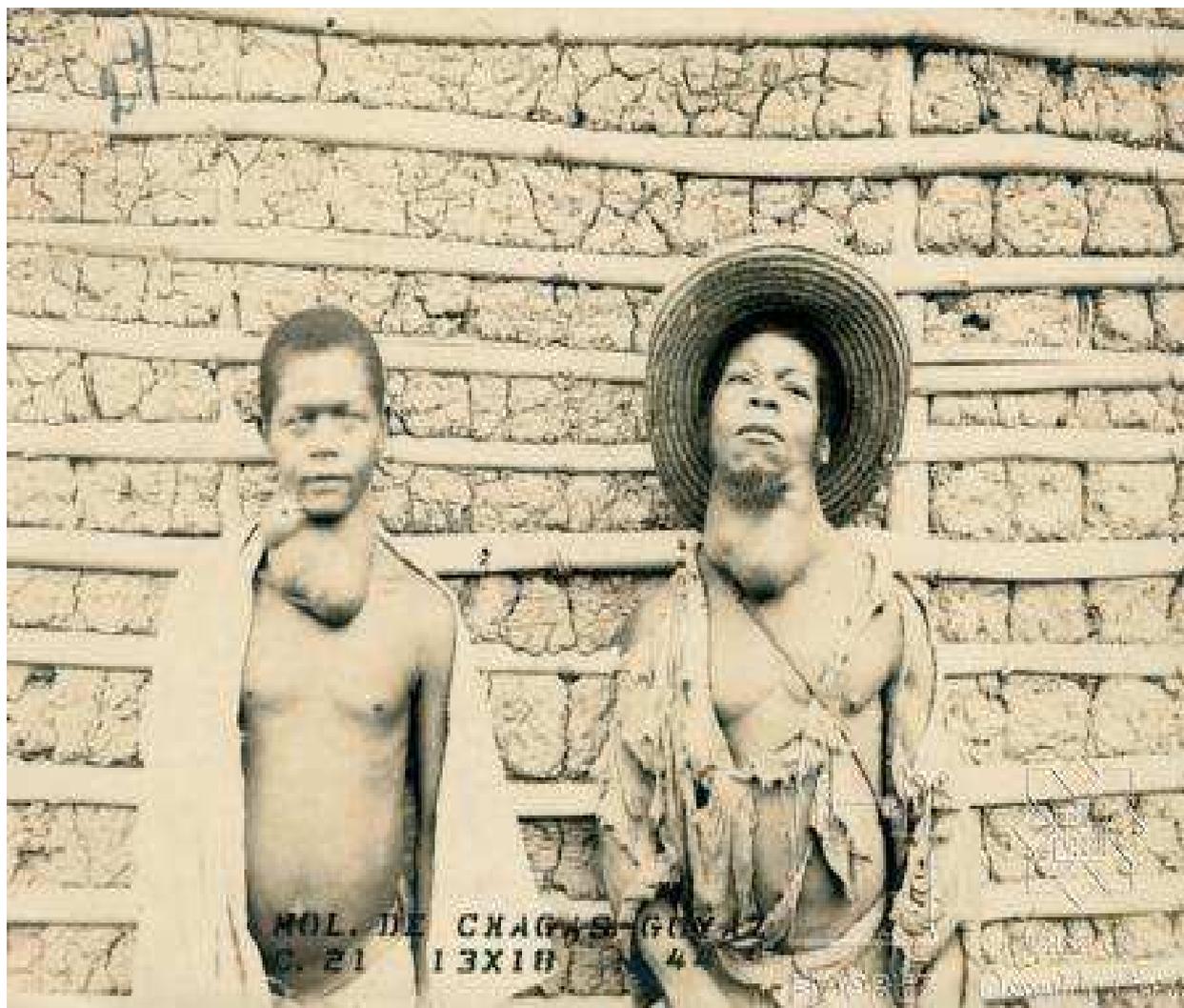
<b>VIAJANTES</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>DOENÇAS</b>
<i>Johann Emmanuel Pohl (1817-1822)</i>	Jaraguá	✓ Bócio/Papeira
	Água Quente	✓ Febre pútrida
	Vila Boa	✓ Bócio/Papeira ✓ Apoplexias Nervosas ✓ Hidropisia ✓ Gota ✓ Ataques catarrais com inflamação ✓ Elefantíase ✓ Desintéria ✓ Sífilis ✓ Bexigas/Varíola
	Goiás	✓ Febre pútrida
	Aldeia de São José de Mossâmedes	✓ Bócio/Papeira ✓ Bexigas/Varíola
	Pilar	✓ Febre Pútrida
	Trairás	✓ Febres ✓ Sífilis ✓ Hidropisia ✓ Indisposições Estomacais
	São Felix	✓ Febres Endêmicas
	Arraial de Muquém	✓ Febre Pútrida
	Vila de São José da Palma	✓ Febres Malignas
	Aldeia do Cocal Grande	✓ Sífilis ✓ Oftalmia ✓ Bexigas/Varíola
	Arraial de Morro do Chapéus	✓ Febres endêmicas
	Arraial Cavalcante	✓ Febres Pútridas e Intermitentes
		Natividade

<i>George Gardner</i> (1836-1841)	Vila dos Arraias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bócio/Papeira</li> <li>• Paralisia</li> <li>• Oftalmia</li> <li>• Resfriados</li> <li>• Doenças Inflamatórias</li> <li>• Reumatismo</li> <li>• Dispepsia</li> </ul>
	Arraial de Trairás	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Febres Terças e Intermitentes</li> </ul>
	Arraial de Conceição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bócio/Papeira</li> </ul>
<i>Hugh Weddell</i> (1844)	Catalão	❖ Sarcocele/ Elefantíase do escroto
	Palmital	❖ Bócio
	Boa Vista	❖ Sarcocele/ Elefantíase do escroto
	Amaro Leite	❖ Pênfíco
		❖ Bócio/Papeira

**Fonte:** GARDNER, 1975; POHL, 1951; CASTELNAU, 2000.

A partir da análise do quadro acima, notamos que a grande incidência de bócio ou “papo” por toda a capitania, sobretudo em Vila Boa, impressionou não só Pohl, com também os demais estrangeiros: “Vi indivíduos com o pescoço deformado por três bócios. Todos os habitantes, sem exceção de cor, sofrem desse mal; e os próprios animais, por exemplo, cães e cabras são acometidos” (POHL, 1976, p. 124). E as crianças, geralmente, já nascem com ele. Sendo que, o mal inflige também os viajantes, que em regra, aparece decorrido dois meses de sua estadia. Em casos que a deformidade encontra-se muito acentuada, os indivíduos apresentam uma significativa dificuldade no ato da fala. Conforme, pode ser observado nas imagens a seguir, o bócio, acomete a população local, em seus mais distintos tipos.

**Figura 6 - Portadores de bócio em Amaro Leite (GO)**



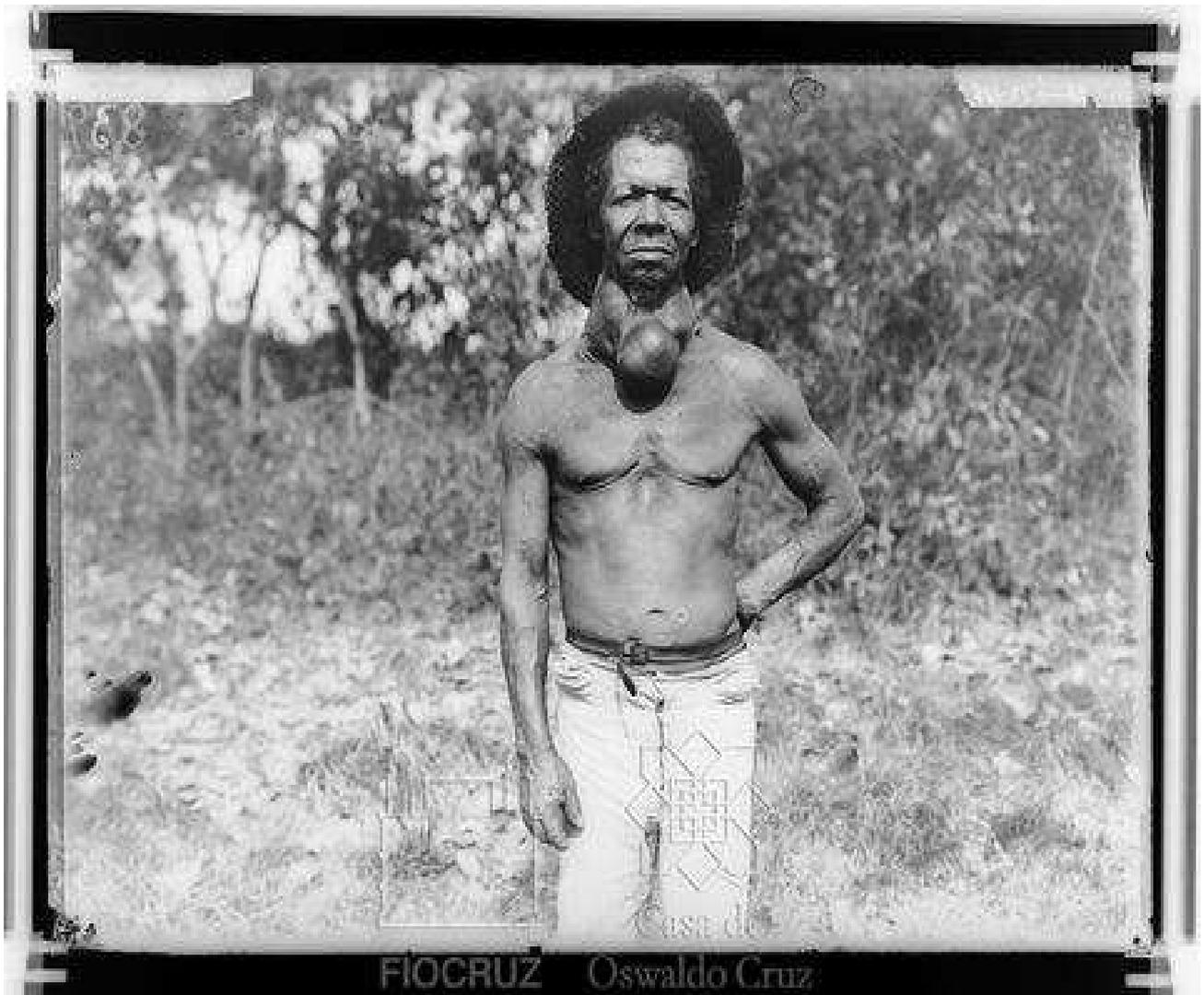
**Dados da imagem:**

*Nome do produtor:* Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939).

*Data de produção:* 07/07/1912.

*Disponível em:* <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/portadores-de-bocio-amaro-leite-go-07-de-setembro-de-1912>

**Figura 7 - Portador da Doença de Chagas (Bócio)**



**Dados da imagem:**

*Data de produção:* S.d (Produção)<sup>86</sup>

*Disponível em:* <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/portador-da-doenca-de-chagas-bocio-2>

<sup>86</sup> As informações retiradas do Inventário preliminar de conteúdo, nº 2406, p. 30 indicam que esta imagem foi feita em Goiás, um dos estados visitados por Belisário Penna e Arthur Neiva e capturada por José Teixeira, fotógrafo oficial da expedição.

Referência: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/portador-da-doenca-de-chagas-bocio-2>

A incidência de bócio ocorre em virtude da ausência de iodo na alimentação local, recordando que à época o sal era um dos itens de exportação mais valiosos e escassos. De tal modo que, o trabalho artesanal e a dificuldade de obtenção transformavam o sal em um item raro. Sob a perspectiva de Magalhães (2004), o abastecimento irregular de sal concebeu um capítulo à parte na história de Goiás, pois ainda que houvesse:

(...) os “campos salinos”, onde se explorava o sal-gema, na margem oriental do rio Crixás, afluente do rio Araguaia, a extração aí praticada não supria as necessidades da província, que assim o adquiria, também, por meio de trocas negociadas com o povoado de São Romão, situado à margem esquerda do rio São Francisco. Obtinha-se o sal marinho dos mercados paulista, carioca e paraense. Sua aquisição tornou-se mais difícil com a falta de recursos financeiros atribuídos à crise mineradora, fazendo com que certos colonos caíssem em tal miséria a ponto de ficar meses inteiros sem poder salgar os alimentos (MAGALHÃES, 2004, p. 93).

No parecer de Pohl, a água estagnada que os habitantes eram obrigados a consumir, poderia ocasionar também o cretinismo endêmico. Pohl observou em seus criados que os papos tendem a desaparecer em ocasiões que o doente vive por determinado tempo na praia e respira o ar marinho. Conforme suas impressões, só os índios se encontravam salvos desse mal, em virtude de uma característica genética ou por ventura de algum elemento integrado a dieta da etnia que compensaria a ausência de iodo (POHL, 1976, p. 124).

Em consonância com Pohl, Josué de Castro (1948), observou que os indígenas faziam uso de um tipo de sal obtido da cinza de plantas queimadas. Entretanto, sua composição química estava distante de favorecer a sua deficiência de sódio, haja vista que apresentava alto teor de potássio, cujas funções são antagônicas à do sódio. De acordo com o referido autor, ainda hoje, os povos Mehinaku do Alto Xingu preparam e consomem o sal vegetal, extraído da folha do aguapé. Contudo, caso tal substância fosse consumida nas mesmas proporções que o sal atual, certamente, haveria grande incidência de mortes, em virtude de seu teor altamente tóxico (CASTRO, 1948, p. 80-83).

Além disso, Weddell também observou grande incidência de bócio nas regiões de Palmital e Amaro Leite, sobre esta última, ressalta que tal mal estava presente quase na totalidade dos habitantes (CASTELNAU, 2000, p. 235-236). George Gardner também se deparou com o bócio no Arraial de Conceição, cuja causa, na sua concepção, está relacionada na água de má qualidade e gosto salobro que abastece a localidade.

Sendo um mal comum na zona do lado oeste da Serra Geral, onde havia a presença de rochas de pedra calcária, e de acordo com o viajante: “As águas que correm sobre estas rochas são todas mais ou menos salobras e, onde quer que são bebidas pelos habitantes, ai existe o bócio” (GARDNER, 1975, p. 162).

Em face disso, o viajante salientou que o bócio também se fazia comum na região de Arraias, entretanto, sua maior incidência ocorria na região de Natividade e Conceição, e notou que o único remédio empregado para o tratamento era a “esponja queimada”, a população também fazia uso de uma espécie de cordão como amuleto, que era levado à igreja e cortado no comprimento do crucifixo para ser usado em volta do pescoço. Entretanto, sobre o amuleto admitiu que: “[...] como era de esperar, todos confessaram que nem a curava, nem a sequer impedia que aumentasse o tamanho” (GARDNER, 1975, p. 159).

Para Laura de Mello e Souza (1997), o uso de amuletos fazia parte do conjunto de práticas culturais e religiosas dos brasileiros, sobretudo dos goianos. Que em busca de proteção das enfermidades, levavam ao pescoço amuletos, bentinhos, cordões de algodão ou de embiras, pedacinhos de enxofre, dentes de jacaré, chocalhos de cascavel, entre outros. Costume herdado dos bandeirantes paulistas, colonizadores do território, tributários dos indígenas e incorporados ainda por aqueles que haviam nascido na Europa (SOUZA, 1997, p. 46).

Destarte, as febres ocupavam o segundo lugar e devido ao seu grande surto passaram a demarcar geograficamente a Província de Goiás nos Oitocentos, onde a região Norte era considerada como mais insalubre e, ainda que Karasch (1999) denote que as diversidades desses ambientes corroboraram para classificações ambíguas. Magalhães pondera que “As localidades mais deletérias da parte setentrional situavam-se ao longo dos rios Maranhão, Paranã e Bezerra do Sul, nas extensões do Araguaia e Paranaíba” (MAGALHÃES, 2016, p. 277).

Assim, as febres agiam de modo veemente de norte a sul da Capitania de Goiás, sobretudo, no decurso dos rios das Almas, dos Bois, Claro e Uru. Nas regiões de Água Quente até as cercanias de São José da Palma, grassava-se a febre pútrida, ceifando inúmeras vidas, em particular, os escravos. Pohl observou que a respectiva região não apresentava grande povoação, em virtude do aparecimento das febres. Já na região de Pilar, Pohl relatou que não era recomendado o consumo de água pura, ou seja, sem a adição de bebida alcoólica. De acordo com o referido viajante, na localidade de Arraias,

cujo período chuvoso abunda os lagos e pântanos, as febres intermitentes são predominantes e, em via de regra, fatais para os indivíduos que vem dos distritos mais altos.

Sob a perspectiva de Gardner, um dos principais remédios utilizados na cura da febre intermitente era o sulfato de quinino. Entretanto, como eram poucos os que dispunham de meios para comprá-lo, curavam-se também com eméticos, purgantes e, com menos frequência, faziam uso das cascas amargas tiradas das árvores da mata, a exemplo da *Strychnos pseudoquina*. E vez ou outra, faziam o preparo com uma forte infusão de café misturado com sal, ou ainda empregam a infusão de uma das espécies de *Callophisma* para fortalecer os convalescentes de febre (GARDNER, 1975, p. 169-170).

Em consonância com Gardner, o Doutor José Netto de Campos Carneiro<sup>87</sup>, também acreditava nos efeitos curativos do sulfato de quinina. De modo que o empregava:

(...) nas formas de valerianato, comprimidos, grânulos, xaropes, sulfato, bissulfatos e injeções. Complementados por enxofre dourado de antimônio, xarope de alcatrão, éter, calmante, vomitivo de poaia, vinhos tônicos e poção de Jaccoud (MAGALHÃES, 2016, p. 285).

Assim, o respectivo médico denotou que todos os indivíduos por ele tratados foram curados. Contudo, ainda que os habitantes das planícies padecessem de febres, raramente morriam em decorrência dela, mas sim de seus efeitos. Haja vista que dos 2.590 registros de óbito do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara levantados por Magalhães (2014), a autora encontrou apenas um caso de morte por febre.

Em face disso, Gardner observou que o principal órgão afetado era o baço que crescia preenchendo toda a cavidade abdominal, sendo o fígado raramente afetado. Em seu relato, afirmou que as doenças daquele distrito eram muito semelhantes às mais comuns, encontradas no norte. Onde, o termo “febres terçãs” encontra-se intimamente relacionado às febres da malária, sendo esta recorrente em Vila Boa e nos rios Vermelho, Araguaia e Paranaíba (GARDNER, 1975, p. 170). Contudo, apesar de acometer com mais intensidade a região Norte, a população do Sul também padecia de seus efeitos, devido sua à localização, onde a água era pouco salubre e o calor

---

<sup>87</sup> Netto “(...) nasceu na cidade de Catalão em 27 de fevereiro de 1851. Fez seus estudos de humanidades na cidade de Goiás, antiga capital do Estado (BUENO, 1979). Posteriormente, transferiu-se para Salvador onde estudou na Faculdade de Medicina da Bahia defendendo a tese intitulada *Mal de Bright* (BLACK, 1899). Este trabalho, impresso no idioma português, foi publicado em Paris no ano de 1885 pela tipografia Victor Goupy et Yordan (BUENO, 1979)” (MAGALHÃES, 2016, p. 278).

insuportável durante a seca. A despeito disso, Pohl a associou ao consumo de água contaminada por folhas em decomposição (POHL, 1976, p. 296).

Em Cavalcante, o viajante elucida que devido às inúmeras lagoas, a população encontra-se exposta à febre pútrida e intermitente. Já na região de Traíras havia a predominância das chamadas febres malignas (ou sezões), intermitente, gástrica e inflamatória (POHL, 1976, p. 194). De acordo com Gardner, decorrido um mês de sua chegada a Natividade, foi solicitado para atender a uma jovem escrava de dezesseis anos e, que devido à febre puerperal, faleceu poucos dias depois de dar a luz uma criança. Assim, as febres intermitentes e malignas eram predominantes neste distrito, e incidiam principalmente no princípio e no fim da estação chuvosa (GARDNER, 1975, p. 158)

Se de um lado a Capitania de Goiás era conhecida por suas febres, por outro, ao que parece, não sofreu de repetidas epidemias de varíola assim como as demais regiões do Brasil. De acordo com Karasch (1999, p. 55) houve apenas quatro surtos epidêmicos, sendo o primeiro em 1771, o segundo de 1809 a 1820, o terceiro de 1873 a 1874 e o último e em 1904. Tal ausência é atribuída à prática de inoculação com a vacina de Jenner<sup>88</sup> na Capitania desde 1804, e também pela baixa densidade populacional, enfraquecendo assim as possibilidades de contágio. Contudo, vez ou outra, aparecia algum episódio, como o da Aldeia do Cocal Grande, onde os índios *Porecamecrãs* foram atacados e centenas deles morreram e muitos ficaram desfigurados, em consequência de uma epidemia de bexigas<sup>89</sup> (POHL, 1976, p. 252).

---

<sup>88</sup> “(...) o cientista e médico inglês Edward Jenner, por meio de suas observações sobre a varíola bovina, viu a possibilidade de proteger as pessoas contra a varíola humana. O cientista chegou a tal conclusão, observando que grande parte das pessoas que trabalhavam lidando com o gado não contraía a doença. Para a comprovação de sua hipótese, Jenner inoculou secreções de uma pústula de varíola bovina em uma criança. Dois meses depois, inoculou novamente, na mesma criança, secreção de varíola humana, sendo estas retiradas de um doente em estado grave, e mesmo assim a criança não desenvolveu as manifestações clínicas da doença. Surgiu assim, a vacina contra a varíola, que só foi divulgada em 1798. O estudo de Jenner foi de fundamental importância para a prevenção de doenças, pois foi a partir de então que surgiu o interesse para criação de vacinas, prevenindo assim, outras doenças. Atualmente, existem várias vacinas, que desenvolvem no organismo a imunidade” (SANTOS; ALBUQUERQUE; SAMPAIO, 2005, p. 24). “Inicialmente, após os estudos de Jenner, a vacina era produzida no organismo humano por inoculações sucessivas, processo este denominado de vacinação "braço a braço", e a vacina como jenneriana ou humanizada. Posteriormente, a vacina passou a ser extraída de vitelos inoculados artificialmente, tornando-se conhecida como vacina animal” (FERNANDES, 1999, p. 1).

<sup>89</sup> De acordo com Eliézer: “Nos relatos anteriores ao século XX, eram predominantemente associadas à varíola as descrições referentes a sua forma grave (major), também conhecida popularmente como bexiga e temida por sua letalidade e pelas visíveis cicatrizes que podia deixar no corpo dos sobreviventes.” OLIVEIRA, 2003, p. 940).

Nesse contexto, a sífilis ou *morbus gálico*<sup>90</sup> era uma doença venérea, muito comum na capitania, presente nas localidades de Vila Boa, Natividade, Traíras e Aldeia do Cocal Grande. O cirurgião-mor Manuel José Leitão<sup>91</sup>, em sua obra *Cirurgia Militar ou Tratado Cirúrgico das Enfermidades do Exercito* (1794), ressaltou que:

De todas as molestias que acomentem os soldados, as mais frequentes são as venereas. Os soldados engolfados pela libertinagem, que lhes proporcionam as mulheres prostitutas que habitam geralmente nas praças militares, ficam com a saude estragada e fazem nos hospitais uma consideravel despesa a Fazenda Real (AGE, 2014, p. 177).

Se, por um lado, as observações do cirurgião-mor denotam que a enfermidade dos soldados não afligia unicamente a estrutura militar como também concebia prejuízos à Coroa, por outro, é imprescindível ressaltar que, seu discurso, pressupõe que o tema adquiria outros desdobramentos. Para Karasch (1999), a sífilis, certamente, foi corriqueira na capitania de Goiás, em virtude dos rapazes que contraíam a doença, nas cidades costeiras de Salvador e do Rio de Janeiro - tanto os escravos como os soldados- e levaram consigo a infecção para o Brasil Central e, por sua vez, infectavam as prostitutas e as escravas (KARASCH, 1999, p. 29).

Seus sintomas em casos muito avançados confundiram-se com os da lepra. Os viajantes estrangeiros se diziam impressionados diante a grande incidência de sífilis na capitania. Sob a perspectiva de Pohl, tal mal infligia até mesmo os índios, pois “[...] os portugueses transmitiram doenças venéreas aos caiapós” (POHL, 1976, p. 69).

De acordo com Pohl, sua grande incidência ocorria por desleixo ou tratamento mal feito, degenerando assim em distintos males, podendo evoluir para a elefantíase. Por conseguinte, no que diz respeito à cura, grande parte da população fazia uso da raiz de poaia ou *ipecacuanha*<sup>92</sup> e pequenas lavagens. Na região de Traíras, Pohl, prestou

---

<sup>90</sup> “Chamada de Sífilis porque Syphilus, pastor dos rebanhos do rei Alcithous foi o primeiro a ser atingido, e por isso a doença recebe o seu nome. Na Itália, surgiu entre as tropas francesas do rei Carlos VIII durante a invasão de Nápoles em 1495. Assim, os italianos denominaram-na doença francesa, por isso *morbus gálico*” (MAGALHÃES, 2014, p. 118).

<sup>91</sup> Manuel José Leitão nasceu em 1730 em São Salvador da Ribeira de Pena - Comarca de Vila Real. Em 1786, foi cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Chaves. Em 1789, assumiu a cadeira de Anatomia e Cirurgia em Chaves. Obras: O Tratado Completo de Anatomia e Cirurgia (5 volumes); A Arte de Sangrar; Cirurgia Militar ou Tratado Cirúrgico das Enfermidades do Exército . Ver: REIS, Carlos Vieira. *História da medicina militar portuguesa*. Portugal: Edição do Estado Maior do Exercito, 2005, p. 201.

<sup>92</sup> “A ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*) é um arbusto pertencente à família das Rubiáceas, sendo também conhecida como ipeca, poaia e raiz do Brasil. A denominação ipecacuanha significa “planta de doente de estrada” e a planta é originária de regiões úmidas, principalmente das florestas tropicais da América, com destaque para o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Sua importância econômica se deve as propriedades farmacológicas presentes em suas raízes. Delas é extraída o alcaloide emetina, utilizado no combate a disenteria amebiana, além de possuir propriedades adstringente,

auxílio a inúmeros escravos que buscavam um “remédio” para esse terrível mal que os afligia e também em São Pedro de Alcântara, que atuou no auxílio de uma mulher com um tumor na coxa de natureza sífilítica.

Em passagem pelo Sítio de José Bento, teve contato com um “capitão surdo da região de São João Del-Rei”, o qual lhe informou sobre as curas inexplicáveis que realizou com a raiz de poaia (ou ipecacuanha), sobretudo, em casos de sífilis. Entretanto, o viajante menciona como tratamento apenas lavagens frequentes e a semente mastigada da *Bixa brasiliensis* para a cura das feridas, pois reconhece que a maioria dos habitantes também se vale de inúmeros remédios caseiros, entretanto, sem resultado, pois pela falta de conhecimento da flora confundiam as plantas “[...] que segundo eles pensavam, servem para todas as doenças” (POHL, 1976, p. 195; 252; 300).

Em Caldas Novas, Pohl registrou que as suas águas termais eram utilizadas pelos indivíduos que desejavam alívio ou até mesmo a cura da sífilis, reumatismo, gota e demais erupções na pele. Sendo a principal fonte coberta por palha de palmeira com a finalidade de oferecer maior comodidade para os banhistas e protegê-los contra os raios de sol. A rocha de onde jorra a fonte era de xisto quartzífero, tendo em seu fundo revestimento coriáceo. A água era clara, límpida e produzia diversas bolhas, quando ingerida quente tem “ressaibo insípido”, mas fria, em nada difere da água potável comum. Durante a sua permanência, avistou um único banhista, que estava muito molestado pela sífilis:

Como o País é inteiramente desprovido de médicos e não há remédios apropriados, essas fontes são usadas simplesmente como banho, empregando-se às vezes vomitórios e purgantes. [...] Não havendo inspeção e orientação médica, dão-se naturalmente muitos casos de recaída de antigos males entre doentes que acabam de sair do banho e se expõem ao ar livre. A própria temperatura elevada da água é nociva, especialmente as pessoas pletóricas (POHL, 1976, p. 294)

A saber, em virtude da dificuldade em definir a terminologia das doenças no Oitocentos, a sífilis, possivelmente, pode ter sido confundida com outras enfermidades que acometiam a pele, tal como a boubá, moléstia não venérea de origem africana. E diferentemente da lepra, para a sífilis, não houve construção de hospital específico para tratamento dos enfermos.

---

expectorante e anti-inflamatória” Fonte: KAPLAN, M.A.C.; GOTIUEB, O.R.; *Busca racional de princípios ativos em plantas*. Interciência. V. 15, n. 1, p. 26-29, 1990.

Ademais, outras doenças corriqueiras eram: a hidropisia, ataques catarrais com inflamação, gota, apoplexias nervosas, cuja incidência ocorria, sobretudo, durante a estação chuvosa e a elefantíase (POHL, 1976, p. 124). Sendo esta última comum entre os negros, todavia, sua identificação é de natureza incerta, pois o termo “elefantíase” era empregado no Brasil, nos séculos XVIII e XIX para designar os que sofriam de pelo menos duas doenças distintas, tais como: a filariose e a lepra.

Os negros africanos eram os mais vulneráveis a elefantíase, uma vez que a era uma moléstia ocasionada por um parasita que reside nos vasos linfáticos e à medida que se multiplicam, as pernas, escroto e seios incham até chegarem a tamanhos exorbitantes. Assim, a doença incapacitava as pessoas para o trabalho e os enfermos tinham que se conformar com a mendicância.

A despeito disso, Weddell, em passagem pelas regiões de Catalão e Boa Vista observou dois casos de sarcocele ou “elefantíase do escroto”. O tumor pesava, em média, de 20 a 30 quilos, cuja dimensão poderia chegar até o calcanhar dos enfermos, quando de pé. Nas palavras de Magalhães:

Weddell examinou minuciosamente o enfermo de Boa Vista, que tinha entre trinta e cinco e quarenta anos de idade e convivia com esse tumor, oriundo de uma contusão, havia mais de cinco anos. A uretra e os órgãos anexos conservavam-se sãos. Ademais, o paciente desconhecia outro caso semelhante na sua família (MAGALHÃES, 2004, p. 119).

Nesse contexto, a síndrome da hidropisia, manifestava indícios de saúde fraca e no decurso do século XIX, angariou uma conotação mais ampla, pois deixou de corresponder exclusivamente ao acúmulo de líquido nas pernas e passou a ser relacionada tanto a problemas renais, como cardíacos e de desnutrição. De acordo com Pohl, os “ataques catarrais como inflamação” era uma doença comum em Vila Boa. Já Gardner, descreve que o resfriado estava entre as doenças prevalentes na região de Arraias. Em Vila Boa, Pohl também observou que a desintéria acometia, sobretudo, as populações indígenas.

Não obstante, outra categoria de doenças na capitania de Goiás eram as chamadas apoplexias, ou paralisias, cuja natureza, de acordo com Gardner (1975), era incerta e ceifou inúmeras vidas. O referido viajante observou que os habitantes recorriam às forças sobrenaturais com o intuito de preveni-la, haja vista que quase todos usavam: “[...] um grosso anel de ferro retorcido, feito da sexta-feira da Paixão e benzido por um padre” (GARDNER, 1975, p. 170).

As doenças nutricionais também faziam parte das moléstias reinantes no território goiano, tendo Magalhães (2014), identificado que a oferta alimentar insuficiente as demandas nutricionais dos habitantes, incidiu diretamente na saúde pública da província. Assim, a analogia entre a alimentação e as enfermidades integram os estudos sobre a medicina oitocentista.

Outrossim, a opilação ou amarelão, assim como outras moléstias nutricionais, foram atribuídas à miséria. E de acordo com Magalhães, a investigação das condições de vida dos enfermos indicava uma estreita vinculação com a pobreza, com o consumo quase exclusivo de alimentos feculentos e com a umidade das casas erguidas em terrenos alagadiços (MAGALHÃES, 2004). Já no que diz respeito às moléstias relativas à hepatite e ao fígado, Gardner ressaltou que, embora fossem raras na região Norte, decorriam da: “[...] intemperança no comer e beber e pelo uso constante e imoderado do fumo” (GARDNER, 1975, p. 169).

Em face disso, tanto Pohl, como Gardner observaram a prevalência de doenças oculares, nas regiões de Boa Vista, Arraias, e Aldeia Cocal Grande, tais como: oftalmia e catarata. Pohl se surpreendeu com a grande incidência desta última, sobretudo, na Aldeia Cocal Grande, denotando que:

Contra este mal, como contra a mordedura de cobra, devem eles possuir seus “arcasas”; não faltam, entre essas pessoas supersticiosas, os tratamentos mágicos. Frequentemente empregam, contra as doenças, bênçãos e fórmulas de magia (POHL, 1976, p. 251-252.).

No decurso do século XIX, as doenças oculares possuíam natureza incerta, sendo quase todas denominadas de oftalmia. Para Karasch, a grande incidência de moléstias oculares pode ser em decorrência de glaucoma não tratado, acidentes, deficiência de vitamina A<sup>93</sup>, doenças contagiosas, tais como: varíola, sífilis, sarampo e lepra (KARASCH, 1999, p. 30).

A morféia e o pênfigo estavam entre as moléstias que agrediam a pele, sendo esta última de caráter não contagioso, cujos sintomas são notados através do aparecimento de bolhas em quantidade variável pelo corpo, que se rompem de modo frequente, e deixam a pele completamente exposta: “(...) começam pela cabeça, pescoço e parte superior do tronco, espalhando-se por todo o corpo” (MAGALHÃES, 2014, p. 106).

---

<sup>93</sup> É necessário ponderar que, o cardápio da grande maioria da população da Província era constituído pelo que Paulo Bertran (2000) denominou de “trinômio vegetal”, ou seja, mandioca, milho e abóbora.

Ademais, apresenta duas variações, sendo elas: vulgar e foliácea, esta última também conhecida como “fogo selvagem”<sup>94</sup>, por ocasionar grande queimação e ardência, aflige especialmente às populações das áreas rurais que residem próximo a rios. Weddell em passagem por Boa Vista, registrou um único caso em uma negra que padecia deste mal a pelo menos oito anos, estando sua pele totalmente afetada. Em suas palavras:

[...] na parte posterior de um dos punhos, apresentava ela diversas vesículas grandes, pelas quais pude sem dificuldade fixar a posição que devia ocupar a moléstia no quadro dermatológico, toda a pele restante era coberta por crostas cinzentas de aspecto mais ou menos foliáceo, fendilhadas e como imbricadas (CASTELNAU, 2000, p. 212).

Em um engenho as margens do Rio São João, próximo a Traíras, Pohl prestou assistência médica a: “[...] uma negra que, por comer terra, tinha o ventre terrivelmente inchado” (POHL, 1976, p. 284). Hábito recorrente entre os africanos, denominado pelo médico Wüchrer de “geofagia”, “clorose tropical” ou “clorose” (MAGALHÃES, 2014, p. 107).

Em face disso, Pohl buscou enfatizar que, por toda a Capitania faltam casas de saúde e “os doentes são abandonados ao deus-dará”, haja vista que Vila Boa contava apenas com um cirurgião-mor contratado, que pertencia à Companhia de Dragões e Ra. Entretanto, conforme diziam, era “de uma displicência total, aliada a uma absoluta ignorância”, a saber, não detêm sequer formação cirúrgica. Outrossim, a ausência de profissionais habilitados impulsionou os denominados práticos ou *curiosos*, a exercer as artes de curar nos Oitocentos, cujo direito de medicar poderia ser tirado na Câmara mediante o pagamento de determinada taxa ao cirurgião-mor (POHL, 1976, p. 124).

Contudo, com exceção de alguns remédios simples, que são adquiridos nas vendas, a exemplo dos purgantes, vomitórios, sangrias, estas chegavam a ser empregadas de oito a dez vezes por dia, nenhum outro medicamento era utilizado no auxílio aos enfermos. Assim, entre os negros era recorrente o uso de remédios baseados nas credices da sua pátria de origem. Dessa forma, desprovidos de recursos, os habitantes faziam uso das curas informais e das precárias boticas, que em geral, forneciam fármacos deteriorados e poucos acessíveis. Estavam, quase sempre, sob a

---

<sup>94</sup> A variação “fogo selvagem” foi inicialmente identificada entre os índios que viviam na extensão do rio Araguaia, entre 1902-1903. Sendo também encontrada na região Centro-Oeste, em Minas Gerais, Paraná e São Paulo. As bolhas começam pela cabeça, pescoço e parte superior do tronco, espalhando-se por todo o corpo. As lesões são dolorosas, com ardência e queimação, por isso a denominação “fogo selvagem” (KARASCH, 1999; MAGALHÃES, 2014).

responsabilidade de indivíduos incapazes de exercer a função de boticário, uma vez que, tal cargo só poderia ser confiado a indivíduos que detivessem uma carta de “examinação” concedida pelo físico-mor do reino.

Com isso, a população era impulsionada a lançar mão de outros recursos para se remediar, tais como: raízes, ervas e outras plantas produzidas nos quintais das casas, lugar que se tornou um espaço privilegiado para a transmissão de conhecimentos e saberes acerca das relações entre o corpo e os mistérios da natureza (DEL PRIORE, 1993, p. 223). De tal modo que, o emprego de “remédios” com qualidades milagrosas perdem-se nas noites dos tempos. Entretanto:

Quando a moléstia mostrava-se resistente aos medicamentos caseiros, buscava-se a ajuda “especializada” de inúmeros indivíduos que se diziam habilitados, portadores ou detentores de saberes curativos, por vezes sobrenaturais (MAGALHÃES, 2014, p. 171).

Além disso, Pohl noticia sobre a existência de um hospital militar na Capitania<sup>95</sup>, entretanto, adverte que por toda a região não havia sequer uma farmácia bem organizada. Assim, era comum que o indivíduo enfermo, sobretudo os padecedores de males crônicos, recebesse, prontamente, a extrema-unção. Com tal frequência que, por inúmeras vezes, Pohl se viu obrigado a oferecer assistência médica a vários enfermos, cuja morte se devia em grande parte por falta de medicamentos. Além do hospital militar, Goiás contava apenas com o Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara e a sua criação estava relacionada com as preocupações da Câmara de Vereadores e do governo da província mediante a ação de curar por caridade os enfermos desafortunados (MAGALHÃES, 2014; ALMEIDA, 2016).

A saber, o Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara foi inaugurado em 1826, numa casa situada a Rua do Carmo e vivia da caridade pública. Possuía uma botica, cujo lucro deveria cobrir as despesas com os medicamentos dos enfermos pobres. Para tanto, compunha-se de dois departamentos, sendo um para homens e outro para mulheres. Em cada um deles havia três enfermarias, uma para doentes não afetados por enfermidades contagiosas; outra de “superior grandeza”, para os convalescentes e outra, em local separado, para os doentes de moléstias contagiosas. Sendo que cada enfermaria possuía doze leitos (MORAES, 1995; LISBOA, 2009).

---

<sup>95</sup> Ver: AGE, Mônica de Paula Pereira da Silva. *Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746-1827)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), UFG, Goiânia, 2014.

Embora sua fundação seja em 1825, somente em 1842 pôde contar com um médico formado pela Academia, o Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes. Contudo, as instalações do hospital eram precárias e havia tanto a falta de leitos como de espaço, assim: “(...) as péssimas condições, a inadequada localização das enfermarias e os poucos recursos contribuíram de alguma forma para o aumento da mortalidade nas suas dependências chegando a atingir 36,8% no ano de 1880” (MAGALHÃES, 2014, p. 158). Ademais, grande parcela da população considerava o ambiente hospitalar como um local destinado à morte, pois em inúmeras ocasiões só buscavam assistência médica em último caso, quando já não lhe restava outra opção senão a morte<sup>96</sup>.

No que concerne às questões relativas à morte, Pohl destaca que, infelizmente o hábito de sepultar os mortos nas Igrejas era uma prática socialmente aceita e arraigada em toda a Província de Goiás, pois que não havia outro cemitério, a não ser um destinado aos negros (POHL, 1976, p. 125). Tal ausência devia-se a escassez de verbas para erguer e adornar estes lugares santificados. Assunto que no decurso do Oitocentos, passou a se revelar como uma prioridade das ações médicas, tendo em vista que a criação de espaços destinados exclusivamente para esse fim, poderia evitar que a população fosse acometida por uma série de moléstias associadas as emanações de gases deletérios exalados pelos corpos em decomposição (REIS, 1991).

O presidente da província, José de Assis Mascarenhas, em 1842 recomendou a criação de um cemitério para a capitania, que receberia o nome de São Miguel. Sendo este finalmente inaugurado em 1859: “(...) contendo espaços definidos para os enterramentos, de acordo com idade, condição social, áreas reservadas para as irmandades e casos de mortalidade extraordinária, etc.” (SILVA, 2015, p. 36). Verificasse, portanto, um novo comportamento nos atos concernentes à morte, tendo em vista

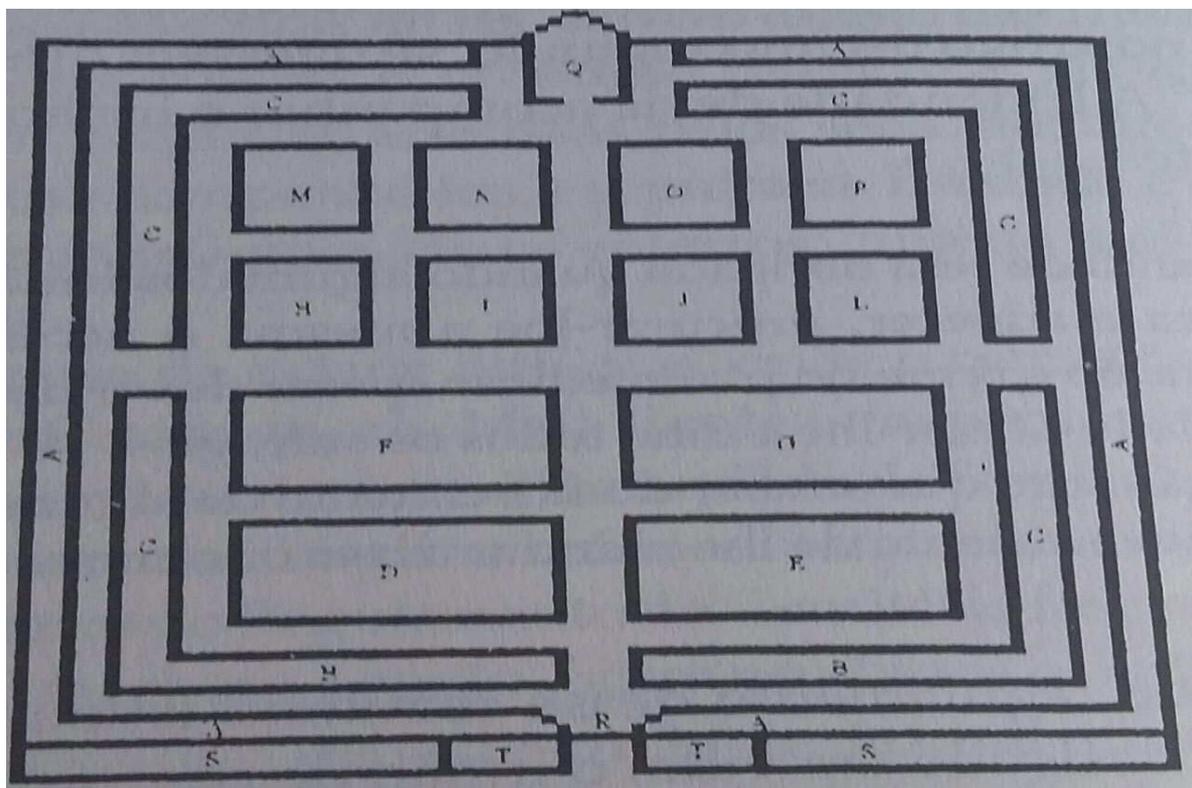
---

<sup>96</sup> Sob a perspectiva de Mônica Age: “As instituições hospitalares não são e nunca foram realidades estáticas. Suas trajetórias históricas estão relacionadas aos contextos sociopolíticos do período. (...) Parte da historiografia brasileira enfatiza que os hospitais dos séculos XVIII e XIX eram espaços inapropriados para a cura em decorrência do descaso do Reino com a colônia em relação às práticas médicas”. (...) Ao contrário de outras capitanias do Brasil, até a primeira metade do século XVIII não havia hospital em Goiás. O primeiro foi o hospital militar sediado em Villa Boa de Goiás, sendo o único que atendeu aos militares e a população até seu término, em 1827. Somente em 1825 foi implantado o primeiro hospital civil, São Pedro de Alcântara, sediado na mesma vila. No período colonial, a implantação dos hospitais das Misericórdias no Brasil relacionava-se com o contexto histórico e socioeconômico de uma capitania. O modelo expansionista acompanhava o movimento de valorização e rentabilidade do território. (...) No período colonial, as condições de pobreza e uma baixa densidade populacional eram motivos para fundarem Misericórdias que procurassem, além de outras atividades, tratar os doentes em seus hospitais. A saber, o Reino também manifestou “(...) interesse em financiar um hospital militar em terras goianas, por ser região de fronteira e, assim, necessitar de maior efetivo militar e de médicos.” (AGE, 2014, p. 19, 26,73)

que as regulamentações no campo da higiene forneceram as bases para a criação de locais, fora da área urbana, destinados exclusivamente ao enterro dos mortos<sup>97</sup>.

Assim, de acordo com Cristina de Moraes (1999, p. 95), após a criação do cemitério público, foi estabelecida uma nova estratégia que prosseguiria o processo de purificação dos espaços, sobretudo, o espaço privado dos mortos. A medicina da época acreditava que a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, ocasionando enfermidades e epidemias. De tal modo que se formulou uma “geografia social dos mortos” (MORAES, 1999; REIS, 1991). Conforme pode ser observado na figura abaixo:

**Figura 8- Planta do Cemitério Público de Goiás (1859)**



**Fonte:** MORAES, 1995, p. 96.

<sup>97</sup> “O Regulamento do Cemitério da Cidade de Goiás publicado no Correio Oficial, n.ºs. 02 a 05 de 1859, dispunha sobre a administração, pessoal, sepulturas, enterramentos e o comportamento que os vivos deveriam manter dentro dos muros do cemitério. Tais disposições, que tornavam o cemitério um lugar disciplinado e esquadrihado, versavam não apenas sobre a salubridade, mas também transformava-se num dispositivo ordenador e de classificação social dos indivíduos”. (RABELO, 1997, p. 34).

## **LEGENDA:**

- A-** Terreno para valas
- B-** Para sepulturas de crianças pobres
- C-** Para sepulturas perpétuas
- D-** Para ditos de escravos
- E-** Para ditos de adultos pobres
- F-** Para ditos de 10 a 20 annos
- G-** Para sepulturas comuns de 8\$000
- H-** Terreno para ossos
- I-** Terreno da Irmandade do Carmo
- J-** Terreno da do Rosário
- L-** Para sepulturas comuns de crianças - 6\$000
- M-** Terreno da Irmandade da Boa Morte
- N-** Dito da dos Passos
- O-** Terreno da Irmandade do Santíssimo
- P-** Dito da de S. Barbara
- Q-** Capella
- R-** Entrada
- S-** Terreno para sepultura de pagãos e Acatolicos
- T-** Quartos destinados à residência dos coveiros<sup>98</sup>

Assim, sob a perspectiva de Moraes (1995), logo na entrada do cemitério da cidade, existiam terrenos para sepulturas de pagãos e acatólicos. Em seguida, localizavam-se, às sepulturas destinadas as crianças, adultos e pessoas pobres, com idade entre dez e vinte annos, bem como as sepulturas comuns com custo de oito mil réis. A parte remanescente do terreno se subdividia em duas parcelas. De modo que cada uma era integrada por com quatro partes, que englobavam terrenos para os órfãos, para a Irmandade do Carmo, a Irmandade do Rosário e sepulturas para crianças sob o custo de seis mil réis (MORAES, 1995, p. 97).

---

<sup>98</sup> Correspondência encaminhada à Câmara Municipal pelo zelador do Cemitério Público, João Bonifácio de Oliveira expondo a insuficiência de terrenos destinados para sepulturas comuns, 1882. Cx. restaurar. A.H.E.G.; MORAES, Cristina de Cássia Pereira “*As Estratégias de Purificação dos Espaços na Capital da Província de Goiás 1835-1843*”, (Dissertação, Mestrado em História), UFG/ICHL, Goiânia, 1995, p. 96-97.

As demais áreas seriam destinadas para a Irmandade da Boa Morte, dos Passos, do Santíssimo e de Santa Barbara. Não obstante, cada sepultura dispunha de um registro para evitar que os enterrados recentes fossem retirados para ceder lugar a outro. De acordo com Moraes: “Em 1861, aparecem no relatório do zelador do cemitério, a localização das sepulturas, o horário do falecimento e a causa mortis assinada pelo médico do Hospital de Caridade” (MORAES, 1999, p. 97-98).

Destarte, tanto na vida como na morte, as estratégias atribuídas pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara contribuíram com a formação de um processo normatizador, sobretudo, no que diz respeito à questão sanitária. Todavia, Moraes (1999) ressalta que, tais estratégias de purificação dos espaços públicos, delinearão os interesses dos grupos dominantes, por meio da assimilação dos hábitos sadios de trabalho que engrandeciam a pátria (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986; MORAES, 1999).

Outrossim, no decurso do século XIX, médicos e administradores locais passaram a delegar a arquitetura e a localização da cidade de Goiás, a responsabilidade pela grande incidência de moléstias. Sendo, sob suas perspectivas, edificada:

(...) numa espécie de funil, inteiramente rodeada de morros, possuía um formato alongado e praticamente cortada ao meio pelo rio Vermelho. As ruas largas e retas tinham inadequada pavimentação apesar de calçadas. Coberta de becos e travessas desiguais, repleta de casas térreas, feitas de taipa, simples e com frontispícios irregulares (MAGALHÃES, 2005, p. 459).

Somente por intermédio da Lei de 1º de outubro de 1828 e das Posturas Municipais de Goiás de 1830, verificou-se o aumento das preocupações com os odores sociais e urbanos, por intermédio de medidas preventivas, tais como: a proibição de circulação de animais pelas ruas, canalização das águas dos chafarizes e arborização das praças. Sob a perspectiva de Leicy Silva (2013), o Regulamento de 1828 definiu as Câmaras Municipais como o espaço administrativo relativo à higiene pública. Sendo responsáveis por tratar: “(...) dos bens e obras do Conselho, do governo econômico e policial da terra e do que neste ramo for à prova dos seus habitantes” (SILVA, 2013, p. 92). Entretanto, sob a perspectiva de Rabelo (1997), a:

“Lei de 1º de outubro de 1828, retirou das Câmaras muitas de suas atribuições que foram delegadas aos Conselhos Provinciais (mais tarde transformados em Assembléias Legislativas Provinciais pelo Ato Adicional de 1834 (...)) A perda da autonomia municipal frente à autoridade das Assembléias Provinciais e dos Presidentes das Províncias acabou por refletir-se na estruturação das medidas que procuravam reaparelhar e embelezar as cidades e vilas a fim de assegurar o controle, a salubridade, a segurança, a ordem e o conforto de seus habitantes. (...) Deste modo, muitas medidas para

a melhoria da infra-estrutura urbana da Cidade de Goiás, que antes eram de competência da Câmara Municipal, ficaram a partir do Regimento das Câmaras de 1828 e durante todo o Império, subordinadas às deliberações de órgãos ligados à administração provincial, tais como a Presidência da Província, Assembléia Legislativa a Secretaria de Polícia, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Inspectoria de Saúde e Higiene Pública, sendo que as últimas estavam respectivamente a cargo de engenheiros como José Feliciano Rodrigues de Moraes e de médicos como Vicente Moretti Foggia” (RABELO, 1997, p. 26-27).

Contudo, também foi acentuada a intolerância aos morféuticos, portadores de moléstias contagiosas e alienados. Assim como Michel Foucault salientou em sua obra *História da loucura* (1978) que em determinadas regiões da Europa os ditos loucos, ocupavam os sanatórios, que antes eram designados aos lázaros. Em Goiás, apesar das variantes cronológicas e geográficas, os sanatórios também passaram a assumir o papel de abrigo dos alienados que deviam ser isolados do meio público.

Para tanto, as poucas verbas e os escassos recursos orçamentários destinados à caridade pública indicaram a pouca importância e as limitações de intervenção da saúde pública em Goiás. Sobre as responsabilidades sanitárias, Magalhães (2004) pondera que, durante o período colonial, eram atribuídas ao conselho municipal. Sendo delegada entre 1828 a 1850 aos municípios, e as câmaras tornaram-se responsáveis por demandar e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes (MAGALHÃES, 2004, p. 163-164).

Entre 1850 a 1889, foram criados órgãos essenciais de saúde pública, e a *posteriori* os órgãos provinciais e municipais, estes subalternos a um órgão principal, tendo os municípios o direito de estipular sobre a saúde pública (LYDA, 1994, p. 28). Doravante, desde 1828, os serviços hospitalares tornaram-se de responsabilidade das câmaras, que se manifestaram inábeis em virtude dos poucos recursos. De tal modo que, as irmandades passaram a exercer essa função, a exemplo da Misericórdia, que cumpria papel único na manutenção de hospitais públicos nas cidades e vilas. (MAGALHÃES, 2004, p. 164).

Destarte, o hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara manteve suas portas abertas nos anos iniciais de sua criação, devido às esmolas e doações, uma vez que o governo não se via obrigado a financiar o custeio de suas despesas. Assim, os fatores aqui evidenciados foram propagados, sobretudo, por intermédio das expedições oitocentistas, particularmente pelas impressões dos viajantes médicos aqui analisados. Contudo, vale ressaltar que nem sempre as impressões e diagnósticos realizados pelos

referidos médicos conservam-se e certificam-se em virtude da própria circunscrição da medicina.

### **3.2. OS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA E A QUESTÃO SANITÁRIA EM GOIÁS**

Como forma de melhor contextualizar e aprofundar a discussão, para além dos relatórios dos viajantes médicos analisados, selecionamos alguns *Relatórios de Presidentes de Província de Goyaz*<sup>99</sup>, que nos permitem compreender e refletir sobre a questão sanitária goiana na primeira metade do Oitocentos. Do conjunto de pessoas que operaram na organização das Províncias, os Presidentes são as vozes que nos chegam por meio dos relatórios e, é sob o enfoque das discursividades que procuramos apreender o modo como à questão sanitária em Goiás foi significada por nossos dirigentes no decurso do século XIX.

Na opinião de Palacín (1986), tais fontes se manifestam enquanto um *corpus* homogêneo de séries documentais, ao passo que, introduzem a longa duração e possibilitam perceber as continuidades e descontinuidades, bem como a morosidade das mudanças na região. Neste tópico, objetivamos observar a historicidade das fontes, priorizando a comparação entre o olhar estrangeiro, de Pohl, Gardner e Weddell e o olhar local, referenciado através das narrativas dos Presidentes de Província<sup>100</sup>.

Em face disso, os respectivos relatórios são documentos oficiais que integram a coletânea da Revista *Memórias Goianas*, e retratam os pronunciamentos proferidos anualmente na abertura dos trabalhos da Assembléia da Província. Momento em que, eram apresentadas as ações adotadas pela administração provincial, ora encaminhadas ao poder legislativo, ora ao Imperador, ao final de cada ano ou de cada mandato. Para tanto, versam a respeito de vários ramos da administração pública, cuja finalidade era

---

<sup>99</sup> Os Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás analisados, correspondem ao terceiro, quarto e quinto volume da Coleção *Memórias Goianas*. Sendo esta uma “(...) coleção publicada e editada pela Sociedade Goiana de Cultura e Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), desde 1982 e que conta atualmente com dezessete volumes. A partir de seu terceiro volume, em 1986, dá continuidade à coleção com a publicação dos Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás e de Governadores do Estado de Goiás (1835-1917)” (ALMEIDA, 2016, p. 16).

<sup>100</sup> Os Presidentes da Província eram retratados enquanto um grupo de políticos qualificados, bem sucedidos, e normalmente eram funcionários públicos que almejavam melhores posições dentro da administração imperial.

“(...) divulgar documentos importantes para o estudo da experiência histórica do povo goiano” (LEITE, 2011, p. 13).

Em linhas gerais, não apresentam grandes distinções em seu formato, e geralmente são compostos de uma breve introdução, usada para saudações, elucidações sobre algum aspecto do relatório, situação geral da Província e notícias da Família Real. E tornaram-se indispensáveis a partir da publicação do Ato Adicional de 1834<sup>101</sup> (GARCIA, 2010, p. 114). Sob a perspectiva de André Castanha:

(...) o cargo de presidente de província teve suas funções definidas pela lei n. 40, de 3 de outubro de 1834. Nela está explícito no seu artigo 1º que “o presidente da província é a primeira autoridade dela. Todos os que nela se acharem, lhe serão subordinados, seja qual for sua classe ou graduação” (lei n. 40, de 3 de outubro de 1834). A figura do presidente de província constitui-se em um instrumento central do projeto conservador. Ele limitou o poder das assembléias provinciais e, ao mesmo tempo, foi fundamental para garantir a hegemonia conservadora, produzindo e difundindo um tipo ideal de sociedade e Estado para todo o Império. Sua nomeação era uma prerrogativa da Coroa e não tinha um período fixo de mandato a ser cumprido, poderia ser substituído a qualquer momento. A província apenas poderia eleger o vice-presidente, mas este sairia de uma lista de seis nomes que seriam escolhidos pelo imperador (CASTANHA, 2006, p. 185-186)

Assim, após as alterações em virtude do Ato Adicional de 1834, é possível compreender uma disposição centralizadora, por intermédio da escolha dos presidentes de Província pela Monarquia, de modo a minimizar as ações das províncias. De tal modo que, até 1850, os presidentes eram eleitos entre os goianos proeminentes, e de modo subsequente, a nomeação de “estrangeiros” representou, a estratégia da política do Império de colocar na direção do governo das províncias indivíduos inócuos e infensos ao poder das oligarquias locais, ocasionando, dessa forma, o enfraquecimento do poder regional (BERTRAN, 1996, s.p.).

Nesse sentido, de acordo com Paulo Bertran (1996), dentre os primeiros presidentes goianos designados na Província sobressaíram José Rodrigues Jardim, que governou de 1831 a 1837 e José de Assis Mascarenhas entre 1839 a 1845. O respectivo autor ressalta ainda que havia morosidade na troca de presidentes, fato ocasionado em virtude do tempo que a nova autoridade necessitava para se organizar até assumir o

---

<sup>101</sup> Sob a perspectiva de André Castanha “(...) o cargo de presidente de província teve suas funções definidas pela lei n. 40, de 3 de outubro de 1834. Nela está explícito no seu artigo 1º que “o presidente da província é a primeira autoridade dela. Todos os que nela se acharem, lhe serão subordinados, seja qual for sua classe ou graduação” (lei n. 40, de 3 de outubro de 1834). (...) Sua nomeação era uma prerrogativa da Coroa e não tinha um período fixo de mandato a ser cumprido, poderia ser substituído a qualquer momento. A província apenas poderia eleger o vice-presidente, mas este sairia de uma lista de seis nomes que seriam escolhidos pelo imperador” (CASTANHA, 2006 p. 185-186).

cargo. Nessas circunstâncias, a Província ficava sob o comando do Vice-Presidente (BERTRAN, 1996).

A despeito do aspecto sanitário em Goiás, é possível observar que de 1835, ano da publicação do primeiro relatório dos Presidentes de Província, a 1850, são mencionadas quatro enfermidades principais, sendo elas: elefantíase, escorbuto, morfêia e as bexigas. Para tanto, o tratamento empregado se subdividia em três vertentes vinculadas a problemática da saúde pública, que compreendiam: As Medidas sanitárias<sup>102</sup>; As Vacinas e o controle de epidemias<sup>103</sup>; O Tratamento e cura das enfermidades (SOUZA, 2013).

Para o presidente José Rodrigues Jardim, caso não houvesse a intervenção da Providência Divina e do clima saudável em Goiás, a sua população certamente, teria se tornado um verdadeiro ermo. Essa assertiva procurava ressaltar que os principais fatores que modificavam a saúde dos goianos eram os charcos, os lameiros, os depósitos de imundícies presentes na capital e que tornavam o ambiente menos saudável. Doravante, somados a esses fatores, os alimentos corrompidos, a carne da rês cansada e maltratada, as bebidas espirituosas de mistura com azinhavre dos vasos, contribuíram para que as moléstias como elefantíase, escorbuto e morfêia<sup>104</sup> se tornassem endêmicas (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 25-26).

Sob a perspectiva do então presidente, diversas moléstias eram transmitidas através do livre contato entre os enfermos e sãos. Em suas palavras:

Aquelles que por falta de hum azilo correm as ruas da Cidade, mendigando o indispensável alimento, estes encarando todos os dias o lastimoso espectáculo se a acostumaõ, perdem a sensibilidade, a repugnância, e se misturaõ, e respirando o ar inficionado se fazem victimas das mesmas enfermidades: os primeiros reclamaõ de Vós os socorros, e o bem geral exige providencias

---

<sup>102</sup> De acordo com Rodolpho Telarolli Jr (1996), as medidas sanitárias, compreendiam a: "(...) fiscalização da alimentação, isolamento hospitalar dos doentes e as desinfecções; e ações de controle da salubridade urbana, como a instalação de redes de água e esgoto, fiscalização da higiene domiciliar e de vias públicas". (TELAROLLI JR., 1996, p. 273). Entretanto, Damacena Neto (2011), pondera que: "(...) as medidas profiláticas tinham como principal função combater o foco epidêmico e não a promoção da educação sanitária. Por exemplo, a instrução dada à população quanto ao acúmulo de lixo nas residências assim como os conselhos para que este fosse depositado na rua para ser recolhido. Se as autoridades públicas faziam tal solicitação, é sinal de que esta não era uma prática recorrente, possivelmente por falta de uma educação sanitária permanente" (DAMACENA NETO, 2011, p. 96).

<sup>103</sup> De acordo com Gilberto Hochman (2011), houve: "(...) a emergência e o estabelecimento de uma "cultura da imunização" no Brasil contemporâneo a partir da erradicação da varíola. Essa cultura está associada a um processo de introdução de vacinas, de campanhas de vacinação e de vacinação em massa empreendidas pelo Estado brasileiro desde o final do século XIX" (HOCHMAN, 2011, p. 376).

<sup>104</sup> No século XIX, as moléstias contagiosas eram, quase sempre, confundidas umas com as outras. A elefantíase, o escorbuto e a morfeia são apresentadas como moléstias de pele, caracterizadas por tubérculos duros e avermelhados que ocupavam primeiramente o rosto (CHERNOVIZ, 1890).

para que se não arruíne a saúde publica (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 26).

Para tanto, em virtude da necessidade de preservar a saúde pública e evitar a propagação de doenças, a Assembleia Legislativa Provincial<sup>105</sup> determinou a construção de um edifício para os infectados pela morfêia, chagas cancrosas e lepra. A edificação deveria ser construída nos subúrbios da cidade, preocupação que denota a constituição de áreas isoladas para os indivíduos atingidos por moléstias infectocontagiosas. De modo a afastá-los das ruas e praças da cidade, área de circulação de pessoas e mercadorias, impedindo, assim, o contato pernicioso e a desordem. Os infectados abrigados ficariam sob a responsabilidade do Hospital de Caridade e, na ausência deste, pelas Câmaras de cada município.

O presidente Camargo Fleury, no Relatório de 1837, salientou que o problema sanitário também afetou a instrução pública, pois a insalubridade de determinadas áreas ocasionou no afastamento tanto dos alunos como de professores das aulas, sendo um obstáculo à instrução. Em 1838 o problema do necessário isolamento ainda não havia sido solucionado, embora a Câmara Municipal já tivesse adquirido o terreno para a construção do Hospital de Lázaros sob a quantia de: “[...] 100\$000 rs. [...] porem em vez de se mandar fazer a necessária divisaõ para os enfermos de ambos os sexos, tem existido o Edifício em abandono, e já se tem furtado ate as telhas” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 74).

Conforme já mencionado, a questão sanitária não desconsiderou o trato com os mortos, tendo em vista que, a construção de cemitérios passou a ser um tema de preocupação a partir de 1839<sup>106</sup>, no governo de José de Assis Mascarenhas, que defendia o fim do sepultamento nos templos religiosos, a fim de que estes deixassem de ser um “receptáculo dos cadáveres e vermes<sup>107</sup>”. As principais justificativas de Mascarenhas recaíam sobre os princípios da higiene, da decência e da civilização. Afirma, contudo, que a ausência de cemitérios na província, devia-se não à incivilidade, mas a verbas insuficientes para erguer e adornar estes espaços santificados.

Para João José dos Reis (1991), os cadáveres humanos estavam entre as principais causas de miasmas e afetaram com particular virulência a saúde dos vivos,

---

<sup>105</sup> Resolução nº 24, de 31 de julho de 1835, da Assembleia Legislativa Provincial. In: SOUZA-ARAÚJO, Héraclides César de, op. cit., 1946, p. 350.

<sup>106</sup> Sobre o trato com os mortos ver: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

<sup>107</sup> MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 19.

tendo em vista que eram depositados no interior das igrejas. A saber, a criação de lugares específicos e isolados para o enterro dos mortos, representava uma condição *sine qua non* para evitar a propagação de várias enfermidades vinculadas aos miasmas cadavéricos, exalados do interior das igrejas e de suas catacumbas. Assim, Reis defende que: “(...) uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra-muros” (REIS, 1991, p. 76, 247).

Entretanto, no relatório de 1842 o vice-presidente Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, delineou que ainda havia a permanência do hábito de realizar enterros no Campo da Forca. Local que não possuía sequer uma cerca para vedar a entrada dos porcos. Sendo que estes:

[...] continuamente estão a fossar as sepulturas, de maneira que as vezes chegam a aparecer os mesmos corpos, exalando sempre, e principalmente quando o Sol está mais ardente, um fetido terrível, o que na verdade he bem prejudicial (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 209).

Percebe-se, assim, que a medida sanitária mais viável para o período, na concepção do então presidente da província, e em consonância com os ideais propagados por Reis (1991), era o completo isolamento dos enfermos, que por sua vez, estava vinculado ao princípio da higienização. Todavia, por descaso, morosidade ou escassez de verbas, até o final de 1850 o isolamento dos infectados continuou sendo um tema por resolver junto ao Governo provincial. Fato que de acordo com Camargo Fleury (1837), angariou dimensões graves, tendo em vista que, os enfermos vagavam pelas ruas, misturando-se com outros destituídos de fortuna, ocasião que certamente contribuía para a disseminação de doenças. Dessa forma, verifica-se que o problema do contágio foi apenas parcialmente contornado, prolongando-se pelo século seguinte.

As ações de prevenção, por intermédio de vacinas angariaram *status* de civilidade nos discursos presidenciais. A Corte portuguesa passou a ser palco de acentuados debates tanto sobre a necessidade de implementar uma política de vacinação, como na eficiência da aplicação da Vacina de Jenner para o controle da Varíola<sup>108</sup>. O Presidente Assis Mascarenhas, em 1839, manifestou o desejo de propagar a vacina considerando-se a natureza contagiosa da doença e a proximidade geográfica entre as províncias. No ano subsequente, obteve do Governo Imperial lâminas de *puz*

---

<sup>108</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

*vaccinico*<sup>109</sup> e, com o auxílio de Vicente Moretti Foggia<sup>110</sup>, realizou algumas experiências sem sucesso. Entretanto, os resultados insatisfatórios não puseram fim a novas tentativas (SOUZA, 2013, p. 73). Em suas palavras:

[...] he fatalidade, que havendo hum meio taõ eficaz, e maravilhoso para evitar este contágio, nós estejamos em tal atraso, e com taes prejuízos, que tendo já vindo por vezes o puz vaccinico, se tenha deixado destruir sem delle se fazer uso algum [...] são bem notáveis as expressões da Junta central da Vaccina, estabelecida em Pariz em 11 de Maio de 1810: dez annos de trabalho, e de feliz successo tem finalmente decidido a importante questão, que a Vaccina possui a virtude, ou poder de preservar das bexigas todo aquelle, em que ella foi regular, e verdadeira: esta proposição tem sido levada a hum tal grão de certeza, que não há presentemente hum factio em Medicina mais bem provado, ou mais certo do que aquelle, que estabelece o verdadeiro poder anti-variolooso da Vaccina [...] Não tenho por ora [*sic*] receio algum de que o contagio das bexigas chegue a nossa Provincia ; se desgraçadamente se aproximar estabelecerei logo hum cordão sanitário. Já Officiei ao Exm. Ministro do Imperio, pedindo lhe a remessa do puz vaccinico (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 147-149).

Desse modo, a vacinação tornou-se uma preocupação do Governo Central, na medida em que D. Pedro II agenciou reformas no Regulamento do Instituto Vacínico da Corte<sup>111</sup>, universalizando-o para todo o Império. O Decreto de 13 de fevereiro de 1847

---

<sup>109</sup> “Ao presidente da câmara municipal da Constituição. - Respondendo ao seu officio [*sic*] em que dá parte que foram accomettidas [*sic*] de bexigas duas pessoas, declara lhe que foram dadas as necessárias providencias para ser-lhe remettidas [*sic*] lâminas com puz vaccinico, e que ficava a câmara municipal autorisada [*sic*] a fazer as despezas [*sic*] precisas em favor da pobreza accomettida [*sic*] do mal”. (*Correio Paulistano*, edição de 24 de outubro de 1867, na terceira coluna, sob o título “Expediente Da Presidência. Dia 11 outubro de 1867”).

<sup>110</sup> “Vicente Moretti Foggia nasceu em Mântua, capital da Lombardia, chegou ao Brasil no início da década de trinta do século XIX. A perseguição policial foi o outro motivo que determinou a escolha da distante província de Goiás como o local do seu refúgio. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o difícil acesso ao remoto território de Goiás serviu de abrigo e esconderijo para diversos fugitivos da Justiça. Lena Castelo Branco observa que, no ano de 1821, Foggia cursava medicina, nessa ocasião, juntamente com outros colegas.” (MAGALHÃES, 2004, p. 205). “Decepcionado com o fim da sociedade mineradora, Foggia garantiu a sua sobrevivência no exercício das artes de curar, apesar de não ter concluído o curso de medicina. Em 1836 foi nomeado Boticário do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. (...) Três anos mais tarde, persistindo a falta absoluta de clínicos, o italiano foi também encarregado do curativo dos doentes do hospital e dos presos da cadeia. Em 1839, foi designado, pelo Ministro do Exército, Cirurgião-Ajudante da Companhia de Montanha” (MAGALHÃES, 2007, p. 2).

<sup>111</sup> “Criado pelo decreto n.º 464, de 17/08/1846, o Instituto Vacínico do Império, conhecido também pelo nome de Instituto Vacínico da Corte, era resultante do Regulamento que reformara a Junta Vacínica da Corte, ampliando seu raio de ação para todo o Império. (...) No âmbito do Município da Corte, a Junta Vacínica da Corte tinha por competências: responder às consultas do governo acerca das questões relativas à vacinação; recolher informações e discutir questões ligadas ao tema; reunir-se pelo menos duas vezes por semana. Os vacinadores deveriam assistir às sessões da Junta Vacínica e fazer propostas referentes ao aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre a vacinação; colher o fluido vacínico e empregá-lo em todas as pessoas que se apresentassem ao Instituto; ir às diversas freguesias da cidade para vacinar; e assinar certidões de vacinação e organizar os mapas das pessoas que se vacinassem para apresentar ao Inspetor Geral”. (HANSEN, P.S. *Verbete: Instituto Vacínico do Império*. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2002).

nomeou o Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes<sup>112</sup> para o cargo de Comissário Vacinador e a partir de 1849, foram realizadas novas tentativas de vacinação, sendo a primeira:

(...) em 04 de fevereiro, sem resultado, conforme informação de Pádua Fleury, e a segunda em 26 do mesmo mês. Nesta última, utilizou-se o *puz vaccínico* que a diligência do Tenente Coronel Francisco José da Silva obteve em Bomfim, onde grande parte da população já estava vacinada. Até 23 de abril deste ano, ao menos 262 indivíduos de ambos os sexos receberam a vacina (SOUZA, 2013, p. 73)

O Presidente Eduardo Olímpio Machado, em 1850 assegurou que o *puz vaccínico*, seria “[...] o único meio higienico, empregado nesta Província para preservar a saúde de seus habitantes” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 60). Entretanto, a solução não apresentou grandes progressos, em virtude de três razões principais. Em primeiro lugar: 1- a carência de capacidade, indispensável ao assunto, por parte dos Comissários Vacinadores; 2- O preconceito popular<sup>113</sup>; 3- A negligência dos municípios. Assim, Olímpio Machado em consonância com os relatos dos viajantes aqui analisados, delineou que o principal fator que permitiu que a Província permanecesse livre do flagelo das bexigas desde 1811, seria tanto a própria condição natural da região quanto à intervenção da Providência Divina (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996).

Em 1886, foi extinto o Instituto Vacínico da Corte, e a vacinação ficou sob a responsabilidade da Inspetora Geral de Higiene. Tal fato corroborou para que a vacinação na Corte fosse reduzida de modo significativo e as províncias, por sua vez, foram relegadas a própria sorte. Houve uma significativa aversão e resistência popular a vacinação da varíola no Brasil, sobretudo em Goiás. Fato que pode ser atestado através da reação da população que em 1831:

(...) quase expulsa o presidente da província Miguel Lino de Moraes e seus familiares, colocando-os em quarentena a três léguas da cidade, pelo fato de alguns deles terem sido vacinados. Até a Câmara oficiou ao presidente pedindo sua retirada da cidade, que só não aconteceu graças à interferência

---

<sup>112</sup> Theodoro Rodrigues de Moraes (1816-1897), foi o “(...) primeiro médico formado em academia, iniciou sua carreira no exército como Cirurgião-Mor e, no hospital civil, como médico (...) Fez carreira política, exercendo os cargos de presidente e vice-presidente da província em períodos curtos nos anos de 1879 a 1881. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1897, com 80 anos (MAGALHÃES, 2004, p. 210-212)

<sup>113</sup> O presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes, em relatório de 1851, declarou que: “[...] não cessarei de empregar, mediante a cooperação dos Juizes de Direito das Comarcas, os preciosos esforços para dissipar do espirito da população a falsa crença de que a vacina, longe de ser um poderoso preservativo do mal, é a mata éria variolosa.[...]” Em ofício de 39 de abril, o comissário Vacinador afirmou que: “ A repugnância [...] geralmente havida para vaccina, motivando a falta de concurrencia de alguns lugares, e em outros a impossibilidade de encontrar quem se queira encarregar de sua propagação, continua a influenciar poderosamente para o pouco progresso d’esta [*sic*] instituição na Província, confio porem que o tempo fará o que não tenho podido conseguir por meio da persuasão, e do exemplo” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 123-124; 176-177).

do bispo e outras autoridades. A população temia que a vacina provocasse uma epidemia de varíola na cidade (OLIVEIRA, 2006, p. 75).

Tal episódio denota que havia uma falta de entendimento sobre a variolização e a vacinação. A primeira consiste na inoculação deliberada da varíola como forma de proteção, o que ocasiona o risco de propagação da varíola naqueles que não estavam imunizados. Anos mais tarde, o presidente Francisco Mariani afirmou que na Capital, os indivíduos mais esclarecidos já haviam compreendido: “[...] o valor deste precioso preservativo de um dos mais terríveis flagelos, que oprimem a humanidade”. Entretanto, nas demais localidades ainda prevaleciam “uma repugnância que faz tremer” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 258).

Portanto, foi intensa a resistência popular a vacinação contra a varíola em Goiás. De acordo com Eliézer Oliveira (2006), o temor da vacina sobrepuja a confusão entre variolização e vacinação, uma vez que: “(...) o processo de vacinação era dolorido, era demorado e complicado” (OLIVEIRA, 2006, p. 76). A vacina era importada do Rio de Janeiro, de forma que a longa distância e o calor abrasador deterioravam de modo periódico o material a ser utilizado.

Além disso, as experiências feitas pelo presidente José Assis Mascarenhas e por Foggia, já mencionadas, foram caracterizadas sem sucesso. Dado que era necessário inocular o material em pequenas incisões feitas no braço e aguardar que, depois de transcorridos alguns dias surgissem, uma pequena pústula, indicando o sucesso da vacinação. Entretanto, era imprescindível que o indivíduo vacinado retornasse ao Comissário Vacinador, para que o pus fosse retirado e injetado em outra pessoa, de modo a assegurar o sucesso do processo. Na tentativa de assegurar o retorno, o governo provincial fazia uso de multas e repressão policial, fato que provavelmente contribuiu para desestimular ainda mais a busca pela vacinação (OLIVEIRA, 2006).

Não obstante, para além de promover a higienização e a vacinação, era imprescindível cuidar dos indivíduos infectados e enfermos. Questão problemática para a administração provincial, tendo em vista que Goiás, no período, contava apenas com o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, que além das instalações precárias e dos poucos recursos, somente em 1842 pôde dispor de um médico, o Dr. Theodoro

Rodrigues de Moraes, que se ofereceu para tratar de modo gratuito os enfermos<sup>114</sup>. A saber:

“O Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara, não tendo capacidade para acomodar a todos os enfermos pobres, tem como tudo servido de azilo a muito infelizes, que procuraõ recolher se a este Estabelecimento para serem curados das enfermidades, que os atacaõ. Tem se procurado melhorar este Edificio, dando-se esgoto as agoas, que faziao o terreno húmido, levantando se alicerces, e muros, que se achavaõ arruinados, e fazendo-se mais alguns consertos nas paredes, e tecto, e sendo necessário assoalhar se huma Salla, e alguns quartos, compraraõ se o materiaes [...] construhio se maior numero de leitos, compraraõ se diversos utensílios necessários [...] que devem vir do Rio de Janeiro, bem como a compra de huma receita de drogas medicinaes para surtimento da Botica” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 108-109).

Assim, é presumível que a precariedade de condições estruturais, a ineficiência dos meios de prevenção, somados a falta de uma cultura médica popular, foram grandes obstáculos no trato com as moléstias no decurso do século XIX. Em relatório de 1846, o Presidente Joaquim Ignácio de Ramalho, assim como os viajantes estrangeiros, atribuiu a baixa procura dos enfermos pobres ao Hospital São Pedro de Alcântara não a escassez de recursos, mas a certa repugnância em recorrer ao ambiente hospitalar, compreendido como um lugar de morte. Em suas palavras:

Quando hum miseravel se sujeita a entrar para este Estabelecimento he quando a molestia ja se acha em estado adiantadíssimo, e dest'arte ja quasi fora dos recursos da medicina, e por isso naõ [sic] pode prestar grandes vantagens (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 34).

Por conseguinte, o hábito da população local de buscar tratamento em seu próprio círculo social, através do curandeirismo, das ervas e dos banhos terapêuticos, passou a ser paulatinamente incorporado às políticas de saúde pública dos governantes provinciais. Assis Mascarenhas foi o primeiro presidente a se preocupar com o assunto e em 1839, recomendou a necessidade de construção de um hospital nas Caldas de Santa Cruz. Decisão impulsionada pelo informe da Câmara, de que inúmeros infectados de lepra, chagas e morfêia se restabeleceram inteiramente após o banho nas Caldas.

Com a propagação dos efeitos curativos dos banhos termais, Mascarenhas solicitou que Vicente Moretti Foggia, promovesse a investigação e análise das respectivas águas. Sob a perspectiva de Souza:

A ele foi instruído que o relatório fosse composto dos fatos das curas, de uma descrição topográfica de onde as Termas estavam localizadas, e da averiguação sobre o real estado das pessoas que se diziam curadas, ou seja, se

---

<sup>114</sup> Entretanto, em 1842, o vice-presidente Santos Azevedo solicitou as autoridades competentes, a quantia de 600\$000 reis para o pagamento do ordenado do médico Theodoro Rodrigues de Moraes, alegando ser inviável que o doutor continuasse a se manter na Capitania somente pelo exercício da clínica (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 207).

estas realmente estavam infectadas de lepra, chagas, morfea [*sic*] ou algum outro mal. A conclusão do que ficou conhecido como Relatório Foggia foi à de que as águas tinham o poder de curar a lepra (SOUZA, 2013, p. 79).

Fóggia elaborou, portanto, uma pesquisa original, cujos resultados indicaram a perspectiva de cura ou tratamento da morfêia, e relacionou essa possibilidade a um lugar particular. De tal modo que, contribuiu para a compreensão da constituição do problema da salubridade em terras goianas. Sob a perspectiva de Leicy Francisca (2013):

A fala médica ali presente está inclusa num jogo de interesses que permite perceber o conhecimento médico sobre a enfermidade, as condições de sua aplicação e os interesses que uniam médicos e políticos em torno de um mesmo tema. (...) A observação detalhada e particular dos indivíduos ali tratados (como nome, origem, enfermidade, sintomas reclamados, modo de terapia utilizada e resultado terapêutico) mostra a relação individual que se estabelecia entre médico e doente (SILVA, 2013, p. 27).

Assim, de acordo com Foggia, as águas possuíam uma alta carga de oxigênio, elemento que, certamente, pode ter sido o responsável pelas curas ou melhoramentos que o próprio médico observou nos pacientes presentes nas fontes. No Relatório, Foggia e o governo provincial, em discurso análogo, requisitaram a intervenção do poder imperial por meio da construção de uma Casa de Misericórdia (SILVA, 2013).

Em 1842, o vice-presidente Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, ao ser notificado sobre uma possível água de cor esverdeada situada à meia légua da Vila de Palma, que teria propriedades curativas no trato de moléstias internas. Buscou organizar uma expedição e na impossibilidade do Dr. Theodoro Rodrigues Moraes acompanhá-lo, Azevedo solicitou que Foggia, permanecesse em Palma, em companhia de um médico para dar assistência aos enfermos e constatar as propriedades terapêuticas da água, segundo solicitação da Câmara Municipal de Arraias (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986).

Vicente Moretti Foggia na qualidade de cirurgião-mor integrou em parceria com os doutores Francisco Antônio de Azeredo<sup>115</sup> e Theodoro Rodrigues de Moraes, a

---

<sup>115</sup> De acordo com Mascarenhas (1845): “Depois de quási oito annos de aturada applicação, conseguio tomar o grão de Doutôr na Imperial Academia de Medicina da Côrte Francisco Antonio de Azevedo, á quem vós tão generosamente soccorrestes n’este longo periodo: no dia 27 do passado chegou á esta Capital, trasendo honrosos documentos acadêmicos, e vindo fielmente cumprir o contracto, pelo qual se obrigára a residir n’esta Cidade, por espaço de dez annos, curando gratuitamente os enfermos pobres”. (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 19). Para Magalhães: “(...) a consagração da carreira do doutor Francisco Antônio de Azeredo verificou-se no âmbito militar durante a Guerra do Paraguai, quando ocupava o cargo de primeiro médico do Hospital Militar. Assentou-se inicialmente como praça, em 1852 como Alferes cirurgião-ajudante, alcançando por antigüidade o posto de Major Cirurgião-Mor de Brigada em 1866. (...) Com o término da guerra, (...) retornou à cidade de Goiás, onde continuou praticando a medicina civil e militar e prestando serviços para o governo da província. (...) No ano de 1880, (...) exercia o cargo de vice-presidente da província” (MAGALHÃES, 2004, p. 212-213).

comissão organizada pelo Presidente Eduardo Olímpio Machado, no ano de 1850. Momento da comprovação das propriedades terapêuticas das águas férreas do Horto na cura de determinadas enfermidades corriqueiras na região. O principal objetivo da comissão era indicar a maneira pela qual a administração pública em consonância com o conselho médico poderia intervir para intensificar as capacidades naturais de cura.

Conforme Foggia, na região de Santa cruz, o uso terapêutico das águas iniciou-se, com o objetivo de sanar problemas de afecções pulmonares e reumatismo. E na primeira metade do século XIX, serviu como alento aos atacados de morfêia. Assim, considerou positivos os resultados advindos da aplicação terapêutica das águas, uma vez que do total de trinta e nove pessoas, onze tiveram o seu estado de saúde completamente reestabelecido, sendo:

[...] 9 morpheticos, 1 dartroso, e 1 syphilitico; 17 morpheticos , obtiverão considerável melhoramento, 7 regressarão no mesmo estado em que forão, e 4 morrerão, pelo que pude colligir, de inflamação aguda das vísceras abdominais (FOGGIA, 1946, p. 352).

Em seu diagnostico, Foggia expôs a análise das condições de saúde de todos os enfermos comentados em seu relatório. Trabalho minucioso que possibilitou vislumbrar determinados elementos relacionados à terapia empregada, à sintomatologia, às melhoras perante o tratamento e às sequelas decorrentes da moléstia (SILVA, 2013, p. 31).

O presidente Joaquim Ignácio Ramalho, em 1847 elucidou que, em consequência de Francisco Antônio de Azeredo, encarregado da direção da Botica do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara, ter marchado em diligência para Província de Mato Grosso. O Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes passou a assumir o seu cargo: “[...] devendo se muito respeito ao Doutor Theodoro por sua assiduidade, e methodo no exercício de semelhante incumbencia” (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 88).

Destarte, a carência de profissionais habilitados determinou a atuação de Vicente Moretti Foggia, Teodoro Rodrigues de Moraes e Francisco Antônio de Azeredo nas esferas civil e militar. Estes ensinavam colocar em prática os preceitos aprendidos na Academia, tais como: o contato individualizado do médico com o enfermo, o controle tanto do ar que os doentes respiravam, como da água com que eram banhados, das vestimentas e o regime alimentar em que eram submetidos. Contudo, os poucos recursos e a negligência com a questão sanitária, impossibilitaram tais medidas.

Ademais, Foggia, Moraes e Azeredo, eram percebidos como representantes da elite intelectual local, sendo requeridos em inúmeros momentos para esclarecer sobre temas variados. Assim, acabaram por exercer inúmeras funções, seja para assegurar o próprio sustento ou em virtude do prestígio profissional e intelectual que a sociedade lhes conferia. Para tanto, o espaço de atuação dos referidos médicos, passou a ser paulatinamente ampliado no hospital (MAGALHÃES, 2014).

No Brasil, sobretudo em Goiás, as medidas tomadas com relação à saúde foram empregadas de modo irregular, considerando-se a escassez de recursos. De tal modo que, as soluções indicadas pelos presidentes de província nos mostram que as medidas de higiene do Império apresentam permanências do período anterior. E sob a perspectiva de Edler (2003), eram baseadas nos princípios da Topografia Médica, dado que: “(...) tinha [m] como projeto não apenas estabelecer os limites geográficos das doenças e a duração das epidemias, mas também esclarecer sobre a influência das condições meteorológicas e seu modo de propagação e disseminação” (EDLER, 2003, p.145).

Contudo, podemos inferir que o movimento higienista pautava-se no princípio de que o meio era um agente atuante na saúde do corpo, de tal modo que a sua orientação implicava a intervenção do homem no espaço. A abordagem dada pelos Presidentes da Província de Goiás não se desvincula, portanto, da visão dos viajantes estrangeiros analisados, nem tampouco da estrutura teórica e ideológica vigente no Império, na primeira metade dos Oitocentos. Nesse sentido, drenagem de pântanos, vacinação da população e destino correto de detritos designavam que era imprescindível monitorar fluídos e partículas. Destarte, as informações contidas nos registros dos relatórios dos presidentes de província, somadas àquelas provenientes dos diários de Pohl, Gardner e Weddell, contribuem para descortinar os problemas relacionados às condições de existência, saúde e doenças dos goianos no decurso do século XIX, pouco explorados pela historiografia até então.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação que ora chegara ao fim, constituiu-se como uma tentativa de promover a construção regional de Goiás sobre o enfoque da história da saúde e das doenças. Utilizando como referência a análise do discurso presente nas narrativas estrangeiras de Pohl, Gardner e Weddell, e na comparação destas com o olhar regional referenciado pelos relatórios de Presidentes de Província (1835-1853). Ao historiar o assunto, nota-se que embora Goiás seja uma região copiosamente referenciada, ainda há ausência de trabalhos que analisem o cenário nosológico goiano por intermédio da confrontação de visões sobre a mesma região.

Valendo-se de fontes impressas - que compreendem as narrativas de viagem e o discurso administrativo dos Presidentes de Província - e da produção historiográfica vigente, dedicamo-nos a apreender a gênese e as alterações ocorridas no cenário nosológico goiano. Também, refutar argumentos à idéia corrente na historiografia sobre a decadência e isolamento de Goiás na primeira metade do século XIX. Em vista disso, tratou-se de um trabalho intenso e desafiador.

O objetivo desse trabalho, reitero, não foi o de consagrar, mitificar, e nem tampouco enaltecer as visões estrangeiras e locais de modo isolado, mas sim estabelecer a relação discursiva das fontes utilizadas, enquanto produtoras de visões que permitem a reconstrução da história regional do território e da gente goiana. Nesse sentido mais amplo, é possível retirar algumas conclusões dos três capítulos que integram este trabalho.

No primeiro capítulo, *Viajantes estrangeiros no Brasil*, buscamos estabelecer o contexto histórico sobre o qual a literatura de viagem angariou evidência no país. Considerando-se que, os viajantes enquanto sujeitos de formação cultural exterior ao meio brasileiro, contribuíram de modo incisivo na evidência dos aspectos que passaram de forma involuntária, ou até mesmo se fazem ausentes, em outros tipos de fontes. Nesse sentido, atingimos o propósito de compreender como as respectivas fontes contribuíram para a sistematização de conhecimentos sobre o Brasil na primeira metade do Oitocentos.

Em seguida, realizamos um levantamento historiográfico sobre o modo pelo qual as práticas médicas foram exercidas no Brasil durante o século XIX. Outrossim,

buscamos trabalhar como a história da saúde e da doença angariou projeção social, e chegamos à conclusão de que a batalha para manter a saúde e prolongar a vida é a grande busca do homem ao longo da história. Considerando-se que as epidemias nasceram com a sociedade, e a doença foi e continuará a ser um produto social, assim como a medicina que batalha contra ela (PORTER, 2004, p. 15).

O segundo capítulo, *Viajantes médicos em Goiás*, dedicou atenção particular aos doutores Pohl, Gardner e Weddell, três viajantes com formação médica. Alcançamos o objetivo de compreender, a partir de suas visões, como o espaço físico e social da Província de Goiás é “pintado” e como as imagens construídas pelos transeuntes repercutiram e povoaram o imaginário e as escritas posteriores sobre a região explorada.

No terceiro e último capítulo, *Impressões médicas: o estrangeiro e o local*, procuramos, em um primeiro momento, retomar a análise das práticas médicas, entretanto, direcionadas para a observação da região goiana, de retratar como os viajantes analisados conceberam, de modo particular e em conjunto, o cenário nosológico goiano, sobretudo, as enfermidades incidentes na região e os remédios empregados no trato das moléstias. Além disso, buscamos descortinar a pluralidade de visões sobre o aspecto sanitário no decurso do século XIX, através da análise do olhar estrangeiro e o local, este último referenciado nos relatórios administrativos dos Presidentes de Província.

A documentação examinada possibilitou acompanhar à preocupação com a questão sanitária na Província, mediante, as reformas no prédio e do regulamento do Hospital de Caridade, as campanhas de vacinação, os estudos de fontes de águas termais e a construção do cemitério público na cidade. Bem como, a trajetória dos médicos Vicente Moretti Foggia, Theodoro Rodrigues de Moraes e Francisco Antônio de Azeredo, que ao contrário dos demais profissionais, estabeleceram residência fixa em Goiás e fizeram carreira nas esferas civil e militar. De modo que influenciaram, sobremaneira o discurso dos governantes.

Portanto, o estudo sobre os médicos estrangeiros em Goiás acabou reunindo temas pouco estudados, além da própria Província de Goiás, como o *status* angariado pela literatura de viagem no Oitocentos, a multiplicidade de visões sobre a mesma região e a importância da formação médica dos viajantes para analisar as particulares médicas de dada localidade. Temas que podem lançar bases para pesquisas posteriores, colaborando para o preenchimento de determinadas lacunas na historiografia goiana.

## ANEXO I

**Quadro 2**

<b>GLOSSÁRIO DAS DOENÇAS ENCONTRADAS POR GEORGE GARDNER, JOHANN EMANUEL POHL E HUGH WEDDELL</b>	
<i>DOENÇAS</i>	<i>SIGNIFICADO</i>
<b>Apoplexias nervosas</b>	Designa-se como uma congestão de sangue no cérebro, seguida ou não de derramamento do respectivo líquido na substância do cérebro. Apresenta como sintoma principal a perda súbita dos sentidos e do movimento.
<b>Bexigas/Varíola</b>	Designa-se como uma erupção geral de borbulhas pelo corpo, que se convertem em grandes postulas redondas e purulentas. Caracteriza-se como uma moléstia contagiosa, onde o indivíduo a contrai apenas uma vez.
<b>Bócio/Papeira</b>	Na parte anterior e inferior do pescoço encontra-se a glândula da tireoide. Sendo que esta quando está em seu estado normal não faz nenhum mal. No entanto quando o seu volume aumenta, apresenta-se de forma muito visível e é nomeada como papeira, papo ou bócio. Essa afecção é própria de certas localidades.
<b>Clorose</b>	“Anemia que ataca freqüentemente as mulheres jovens, caracterizada pelo tom amarelo-esverdeado da pele do rosto e associada a perturbações menstruais e fraqueza geral; anemia clorótica, cloranemia, cloremia; amarelecimento ou branqueamento de tecidos clorofilados, freqüentemente causado por parasitas (bactérias, vírus, fungos, insetos etc.) ou por deficiência mineral, especialmente de ferro, mas que também pode ocorrer devido a outros fatores como, por exemplo, o frio, a poluição do ar ou a compactação do solo” (MAGALHÃES, 2004, p. 248)
<b>Dispepsia</b>	“Sensação de desconforto digestivo após as refeições; indigestão”. (MAGALHÃES, 2004, p. 249)
<b>Elefantíase</b>	É uma moléstia cutânea, que se caracteriza em seu maior grau de desenvolvimento em pequenos tumores ou <i>tubérculos</i> que aparecem principalmente na região do rosto e das orelhas, em seguida ocorre na boca e nos membros. Podendo ter duração longa chegando ao ponto de ocorrer ulcerações.
<b>Elefantíase do escroto</b>	Na maioria das vezes no escroto existem tumores volumosos que provem da acumulação de succos <i>lymphaticos</i> , <i>albuminosos</i> . Essa moléstia é muito comum nos países quentes e úmidos.
<b>Escorbuto</b>	É também conhecido como mal de Loanda, ocorre em virtude da falta de Vitamina C (AGE, 2014, p. 179). Os sintomas mais frequentes da doença são: “gengivas ulceradas com cor de beringella, diversas manchas pelo corpo com varias cores, principalmente azuladas, amarellas, e negras” (MIRANDA, 1741. p. 5).
<b>Febres terças e intermitentes</b>	O principal órgão afetado é o baço, que geralmente cresce a ponto de preencher toda a cavidade abdominal. O fígado também foi raramente atacado, devido à intemperança no ato de comer, beber e pelo uso constante do fumo. A febre intermitente aparece e desaparece sucessivamente, por intervalos mais ou menos longos, durante os quais não existe nenhum vestígio de febre.

<b>Febres malignas</b>	Designa-se as inflamações do cérebro, seja pelas suas membranas, pelos acidentes nervosos que predominam em certas inflamações do tubo digestivo ou por certas moléstias convulsivas, acompanhadas de acidentes graves que na maioria das vezes terminam de maneira fatal.
<b>Febre Pútrida</b>	O sintoma que predomina sobre esta moléstia é a tendência a corrupção ou a podridão dos humores. Desse modo dizia que a pessoa acometida tinha uma febre pútrida, uma febre nervosa e uma febre biliosa. Acumulando deste modo, três febres sobre o mesmo doente, pois no respectivo período em vez de se estudar a moléstia e seus elementos os estudos eram limitados apenas aos sintomas.
<b>Gota</b>	É uma moléstia constitucional com uma inflamação específica das articulações e aparece de forma mais ou menos irregular. E pode ser caracterizada como aguda ou crônica.
<b>Hidropisia</b>	Dar-se o nome de hidropisia a todo o derramamento de serosidade em uma cavidade qualquer do corpo ou do tecido celular subcutâneo.
<b>Morféia</b>	“O mesmo que hanseníase. Doença infecciosa crônica causada pelo <i>bacilo de Hansen</i> , que se inicia, após uma incubação muito lenta, por pequenas manchas despigmentadas onde a pele é insensível e não transpira, e evolui para a forma tuberculosa (a mais comum), lepromatosa ou ainda intermediária; lepra”. (MAGALHÃES, 2004, p. 252)
<b>Oftalmia</b>	É o nome dado a inflamação do olho, sendo uma das moléstias mais comuns que atingem a espécie humana. O nome <i>ophthalmia</i> aplica-se a todas as inflamações do olho e das pálpebras que se manifestam exteriormente por qualquer tipo de vermelhidão. É importante atentar para o fato de que existem inúmeras espécies de oftalmia.
<b>Paralisia</b>	Entende-se por paralisia a perda total ou a diminuição do movimento ou do sentimento de ambos. E de acordo com a sua extensão apresenta nomes específicos.
<b>Pênfico</b>	“Afecção dermatológica caracterizada pela aparição de vesículas no interior da epiderme que se rompem e produzem uma erosão dolorosa.” (MAGALHÃES, 2004, p. 253)
<b>Reumatismo</b>	É uma afecção cuja principal característica consiste em uma dor aguda nos músculos ou nas articulações (juntas). O reumatismo por sua vez pode ser agudo ou crônico. Sua principal causa é o frio úmido.
<b>Sarcocele/ Elefantíase do Escroto</b>	É o nome que do cancro do testículo. Esta moléstia que acomete o testículo e promove uma inchação lenta e com o tempo, o testículo torna-se duro e desigual. Sendo este o princípio das dores lancinantes que são características do cancro. Provoca a inflamação na pele, chegando ao estágio de uma ulceração.
<b>Sífilis</b>	Causada devido ao próprio desleixo ou ao tratamento mal feito é uma moléstia caracterizada por inúmeros sintomas e caracteriza-se como contagiosa, transmitida por um vírus cuja natureza ainda não é conhecida. É transmitida através do contato sexual e também através do contato direto com as feridas expostas da pessoa acometida. Todavia, de acordo com Pohl a sífilis pode degenerar em diferentes males, podendo chegar a desenvolver a elefantíase.

**Fonte:** CHERNOVIZ, 1851; MAGALHÃES, 2004.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES:

BERTRAN, Paulo. *Relatórios dos governos da província de Goyaz de 1850-1853: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana- Goiânia: UCG, 1996. (Memórias Goianas- 5)

CASTELNAU, Francis. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para: exécutée par ordre du gouvernement Français pendant les années 1843 à 1847. Histoire du voyage.* Paris: P. Bertrand, 6 vol., 1855.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul.* Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CHERNOVIZ, Pedro *Dicionário de medicina popular.* Luiz Napoleão 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1851.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* Tradução: Milton Amado. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

HIPOCRATES. *Epidemics 1 and 111.* Vol. I. With an English translation by W.H.S. JONES. London: Harvard University Press, 1923. p. 139-288.

KOMISSAROV, Boris. *Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas.* Trad. De Marcus Pinto Braga. SP: Unesp e DF: Edições Langsdorff, 1994.

MEMÓRIAS GOIANAS 3. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.* Goiânia: UCG, 1986.

MEMÓRIAS GOIANAS 4. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.* Goiânia: UCG, 1996.

MEMÓRIAS GOIANAS 5. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.* Goiânia: UCG, 1996.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil; empreendida nos anos de 1817 a 1821.* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

## ARTIGOS

AGUIAR, J. O. *Alfred Russel Wallace: um estudo sobre as percepções deste naturalista sobre a Amazônia e as populações dos vales dos rios Negro e Uapês (1848-1852)*. In: Anais - XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: conhecimento Histórico e Diálogo Social - 22 a 26 de julho de 2013. Natal/RN: ANPUH, 2013. v. 1.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito*. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2010.

BELUZZO, A. M. *A propósito d'o Brasil dos viajantes*. USP/Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

BICALHO, Maria F. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 80-130.

CAREGNATO, Rita C.A., MUTTI, Regina. *Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto & contexto – Enfermagem, v. 15, n 4, 2006 doi: 10.1590/S0104-07072006000400017.

CASTANHA, A. P.. *O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, p. 169-195, 2006.

EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina Brasileira no Século XIX: um balanço historiográfico*. Asclépio Revista de Historia de La Medicina y de La Ciencia, Espanha, v. L, n.2, p. 169-186, 1998.

EDLER, Flávio Coelho. *A medicina no Brasil Imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica*. Anuario de Estudios Americanos, Buenos Aires, t.LX-1, p.139-156, 2003.

FELIPPE, G. M. *Mário Guimarães Ferri: o botânico ecólogo*. *Estud. av.* [online]. 1994, vol.8, n.22, pp.263-267. ISSN 0103-4014.

FERNANDES, T.: *Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal)*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, VI(1): 29-51, mar.-jun, 1999.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ANZAI, Leny Caselli . *Dossiê História da Saúde e das Doenças - protagonistas e instituições*. Cuiabá, MT: UFMT, 2013.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *A Viagem e a História: por uma nova aprendizagem*. In: Simpósio Nacional de História. 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

GOLDIM, I. R. – *Saúde*. [online]. 1997. Disponível em: <http://www.uirgs.br/RCPNgppg/saude.htm>, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. *Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 375-386, Feb. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000200002>. Acesso em: 03 Apr., 2017.

KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Vol. 8. Suppl. 0. Rio de Janeiro, 2001.

LEITÃO, Tania M. Maio. *Aspectos da economia goiana no século XIX a partir da visão dos viajantes estrangeiros*. In: Anais do IV Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História (PUC-GO/UNB/UFG), Goiânia- GO, 2011.

LEITE, M. L. M.. “*Travel naturalists*”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev., 1995.

LIMA, Carollina C. R. de. *Proteger para não perder: as medidas da Coroa portuguesa em relação à entrada de estrangeiros no Brasil colonial*. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 11, p. 60-67, 2011.

LISBOA, K. M.. *O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento*. Acervo (Rio de Janeiro), v. 22, 2009.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Clínica médica no sertão do Brasil*. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. XXIV Simpósio Nacional de História: História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Porto Alegre: Disc Press Comércio Fotográfico, 2007. v. 1.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *O cenário nosológico de Goiás no século XIX*. Varia História, Belo Horizonte, v. 21, n.34, p. 456-473, 2005.

MELLO LEITÃO, Cândido de. História das expedições científicas no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Anais do Terceiro Congresso de História Nacional)*. Vol. X. RJ: Imprensa Nacional, 1944.

MENARDI, A. P. S.. *A Educação que emerge dos livros de viagens*. Campinas - SP: Graf. FE; HISTEDBR, 2006 (Artigo em CD-Rom. 20 anos do HISTEDBR (1986-2006): Navegando na História da Educação).

MENARDI, A. P. S.. *Verbetes: George Gardner*. Campinas - SP: Graf. FE; HISTEDBR, 2006 (Glossário do CD-Rom. 20 anos do HISTEDBR (1986-2006): Navegando na História da Educação).

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História, Brasil, n. 115, p. 112, dec. 1983. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>>. Acesso em: 29 aug., 2016.

MONTEIRO, Marília Pessoa. *A visão colonialista dos viajantes europeus do século XIX*. In: *Revista Clio* no II. Universidade Federal de Pernambuco, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set., 2003.

OLIVEIRA, F. P. G.. *Epistemologia, Crônicas e Natureza: uma reflexão sobre a chamada Polêmica do Novo Mundo*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011

PAIVA, M. P.. *Os Naturalistas e O Ceara: II - George Gardner (1812-1849)*. Revista do Instituto do Ceara, Fortaleza, v. 107, p. 77-95, 1993.

PICCOLI NETO, Danilo; ALVES, Flamarion Dutra. Alexander Von Humboldt: Viajante Naturalista e Entusiasta da Harmonia da Natureza. In: Paulo Roberto Teixeira de Godoy. (Org.). *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v., p. 35-56.

RODRIGUES, A. B.; ARAÚJO, J. V. P.. *Desenvolvimento Histórico e Instrução Pública em Goiás*. In: IX Jornada do HISTEDBR, 2010.

SALGUEIRO, W. C. F.. *O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap)*. Matranga (Rio de Janeiro), v. 19, p. 284-303, 2012.

SANTOS, Zélia Maria de Sousa Araújo.; ALBUQUERQUE, Vera Lúcia Montenegro de; SAMPAIO, Francisco Hadson Sidor. *Vacinação - o que o usuário sabe?*. Revista Brasileira em Promoção da Saúde (Print), Fortaleza, v. 18, n.1, p. 24-30, 2005.

SILVA, Deuzair José da. *Secularização da morte e religião: o processo de secularização dos cemitérios em Goiás, um estudo de caso*. Revista Húmus, v. 5, p. 33-44, 2015.

SILVA, I. E. *A perspectiva científica da literatura de viagem do século XIX: Auguste de Saint-Hilaire*. Revista Estação Literária, v. 4, 2009.

SOARES, Valter Guimarães. *Esquadros do sertão baiano: a viagem de Spix e Martius*. Cadernos de Literatura e Diversidade (UEFS), Feira de Santana-Ba, v. 01, p. 35-51, 2001.

SOUSA, Octávio Tarquínio. *A Vida de D. Pedro I* (História dos Fundadores do Império). Coleção Documentos Brasileiros, nº 71. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

TAUNAY, Alfredo de Escragolle. Antonil sua vida e obra: Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escragolle Taunay. In: *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Disponível em: <http://.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em 04 ago., 2016.

TEIXEIRA, D. R.. *O Sertão de Goiás na Literatura de Viagem*. Mosaico (Goiânia), v. 6, p. 95-105, 2013.

TELAROLLI Jr., Rodolpho: *Immigration and epidemics in the State of São Paulo*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, III (2): 265-283 Jul.-Oct., 1996.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do tráfico atlântico de escravos (séculos XVII e XVIII)* (no prelo).

## CAPÍTULOS DE LIVROS

AMADO, Milton. [Sem título]. In: GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução: Milton Amado. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. Orelha.

AUGEL, M. P. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1980, p. 16-28.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712 – 1728. 8 v.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOMTEMPO, José Maria. *Plano ou regulamento interino para os exercícios da Academia médico-cirúrgica do Rio de Janeiro*. Typographia Nacional, 1825b.

BRIZ, T. Saúde, Saúde Pública e os Determinantes em Saúde - no fio do tempo. In: *História da saúde e das doenças*. Edições Colibri. C. M. Torres Vedras. Inst. Alexandre Herculano, 2012, p. 165-178.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. As ciências e a construção do território do Brasil. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa. (Org.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil das Luzes à nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2012, v., p. 195-206.

BURKE, Peter. O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XIX. In: *Variedades de História Cultural*. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CORRÊA, M. M. da S. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, N. F.; RIBEIRO, P. R. (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001, p. 80-95.

CRUZ, Ana L. R. B.; PEREIRA, Magnus R. de Mello. *Instructio Perigrinatoris: Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII*. In:

KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa. (Org.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil; das Luzes à nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, v., p. 114-133.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários pessoais: territórios abertos para o historiador. In: *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986, p. 242-275.

DOMINGUES, Ângela. *Viagens e viajantes europeus e descrições do Brasil: a correspondência de Leopoldina e o paradisíaco Brasil*. In: Lorelai Kury; Heloisa Gesteira. (Org.). *Ensaio de História das ciências no Brasil. Das Luzes à nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, v., p. 251-263.

DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 171-173.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 9a ed. SP: Globo, 1991, p. 80-130.

FERRI, Mário, Apresentação, in Gardner, George, *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; OLIVER, G. S.. Os dilemas da história social das ciências no Brasil: as artes de curar no início do século XIX. In: Kury, Lorelai; Gesteira, Heloisa. (Org.). *Ensaio de História das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, v. 1, p. 41-52.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sobre licores e xaropes: práticas curativas e experimentalismos jesuíticos nas reduções da Província Jesuítica do Paraguai (séculos XVII e XVIII). In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa. (Org.). *Ensaio de História das Ciências: das Luzes à Nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UERJ (Ed. UERJ), 2012, v. 01, p. 17-30.

FOGGIA, Vicente Moretti. Agoas Thermaes (Caldas) da Provincia de Goyaz e seus maravilhosos efeitos para a cura da Morphea e outras enfermidades rebeldes de pelle. Memoria dirigida pelo sr. Vicente Moretti Foggia, italiano, ao exmo sr. Presidente de Goyaz. *Revista Médica Fluminense*, A. 5, n. 9, p. 385-412, dez. 1839. In: SOUZA ARAUJO, Heráclides Cesar de. *História da lepra no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. No novo mundo, o lugar mais próximo do Paraíso. In: PINHEIRO, Liliana. *O Olhar dos Viajantes: O Brasil ao natural*. São Paulo: Duetto, 2010.

FRANCO, Maria A. R. *Planejamento Ambiental para a cidade sustentável*. Annablume: Fapesp, São Paulo, 2001.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KARASCH, Mary C. História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás. In: Freitas, Lena Castello Branco de (org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999, p. 19-62.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Combate Das febres em Goyas: as recomendações do Dr. Netto Carneiro no Oitocentos. In: Sebastião Pimentel Franco; Dilene Raimundo Do Nascimento; Anny Jackeline Torres Silveira. (Org.). *Uma Historia Brasileira das Doenças*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, v. 6, p. 277-294.

MOREIRA LEITE, M. *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984, p. 05-60.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6a ed. 1o vol., tomo II, SP: Difel, 1985.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: Oliveira Filho, J.P.(org.). *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. RJ: Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987, p. 85-120.

PALACÍN, Luis. Apresentação. In: MEMÓRIAS GOIANAS, 3. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 1986.

PEIXOTO, N. B. O olhar estrangeiro. In: NOVAES, A et al. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 361-366.

PESEZ, J.M. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 180-215.

PIMENTA, T. S.. As artes de curar e a Fisicatura-Mor na época de D. João VI. In: Kury, L.; Gesteira, H.. (Org.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012, v., p. 53-64.

PINTO, Olivério Mário O. Viajantes e naturalistas. In: HOLANDA, Sérgio B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3o vol., tomo II. SP: Difel, 1976.

PRATT, Marie Louise. Humboldt e a invenção da América. In: *Estudos Históricos - História e Natureza*. Vol.4, no8. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 140-160.

QUEIROZ, M. I. P. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In: MOREIRA LEITE, M. *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; BRASÍLIA: INL, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984, p. 175-206.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROLAND, Forgues (coord.), *Mujer, Creación y problemas de identidad en América Latina*, Mérida, Universidad de los Andes, Venezuela, Consejo de Publicaciones, 1999, p. 78.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Saúde e Doenças em Goiás – 1826 – 1930 In: FREITAS, Lena C. Branco de (org). *Saúde e doença em Goiás: a Medicina Possível: uma contribuição da história da medicina em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999, p. 63-127.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Medicina no Brasil colonial. In: Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1985, tomo I, vol 2, p. 467-489.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SOUZA, Laura de Mello. “Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos”. In. FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (orgs). *O governo dos povos*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2009, v.1, p. 281-300.

SOUZA, Laura de Mello. *Formas Provisórias de Existência*. In: SOUZA, L. M. ( Org). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, cap. 2, p. 46.

TEIXEIRA, Dante. Um espelho distante: os resultados zoológicos da expedição de A R. Ferreira. In: *VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992, p. 65- 76.

VERNEY, Luis Antônio. *Verdadeiro methodo de estudar, para ser útil à República e à Igreja, proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Valença: a Officina de Antonio Balle, 1745, p. 88.

## LIVROS

ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira: Ciclo de Conferências*. Lisboa : Academia da Marinha, 1992.

AMADO, J. Ponto de vista – *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas, e minas*. Lisboa, Oficina Real de Slandesiana, 1711.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. v. 2 Um lugar no Universo. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.

BERTRAN, Paulo, *História da terra e do homem do Planalto central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BURKE, Peter, *Variedades de história cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CARELLI, Mario. Os pintores viajantes transmissores de diferenças. In: *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1948.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil / Difel, 1990.

CHAUL, N. N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CORRÊA NETO, Orozimbo. As águas termais de Caldas Novas. In: ORIENTE, T. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 6.ª Ed. Goiânia: Ed. Oriente, 1982.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

DA MATTA, Roberto. A antropologia no quadro das ciências. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993.

DOLES; NUNES, Heliane Prudente. Memórias da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia: UFG, v. 3, n. 12, 1992.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. R. MGB. 48: 1-234, 1885.

FOUCAULT, *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, M. *Lês Mots ers lês Choses (Une Archeologie des Scienses Humanies)* Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, M. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina teológica*. São Paulo: Giordano, 1994.

FREIRY, Gilberto, 1900-1987, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. — 51ª ed. rev. — São Paulo: Global, 2006.

FREITAS, Lena C. B. Ferreira (org.). *Saúde e doenças em Goiás: uma medicina possível*. Goiânia: UFG, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyas: uma província do sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial/Ed. PUC-Goiás, 2010.

GARCIA, Rodolfo. História das explorações científicas. In: *Dicionário Histórico Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência)*. Vol.I, cap.XXV. RJ: Imprensa Nacional, 1922.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica: 1700-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GOELDI, Emílio A. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: UNB, 1982.

HARTOG, F. *Memórias de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HENRIQUE F. CAIRUS. *Corpus hippocraticum; Da natureza do homem; Da doença sagrada; Ares, águas e lugares*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar: o juramento e outros textos*. São Paulo: Landy, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNQUEIRA, Mary Anne (Org.); FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa* (vol.II). São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, v. 1., 2011.

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza T. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. SP: EDUSP, 1994.

LE GOFF, Jacques. *A doença tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LEITE, Miriam L. M.. *Livros de Viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.

LEPETIT, Bernard. Paysages des lumières. In: MARCEL, Odile (direction). *Composer Le Paysage: Constructions et Crises de l'Espace*. Paris: Editions Champ Vallon, 1989.  
LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Tânia Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Revista História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol.II, nº 3, p. 44-96, 1995-6.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOBO, Francisco Bruno. *O ensino da medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I, 1964a.

LYDA, M. *Cem anos de saúde pública*. A cidadania negada. São Paulo: Unesp, 1994.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MAGALHÃES, Jósa. *Medicina Folclórica*. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

MAGALHÃES, José Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo, Editora: Nacional, 1975.

MAGALHÃES, S. M. de. *Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX*. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 11(3): 661-83, set.-dez., 2004.

MAGALHÃES, Sônia Maria. *Males do Sertão: Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Goiânia: Cênone Editorial, 2014.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

MINDLIN, J. E. *Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.

MIRANDA, Joao Cardoso de. *Relaçãõ cirurgica, e medica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica, ou mal de Loanda, e todos os seus productos, fazendo para isso mani fes tos dous especificoe, e mui particulares remedios / composta por Joaõ Cardoso de Miranda, Cirugiaõ*. Lisboa: Na Officina de Manoel Soares, 1741.

MORAES SILVA, Antonio e Freire, Laudelino. *Diccionario de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Litho-Typographia Fluminense, 1922.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, A. M. V. de. *Representações do lugar: o espaço construído goiano*. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

PORTER, Roy. *Das tripas coração. Uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.

PORTER, Roy. *História do corpo*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1991.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, R. Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial. *História. Questões e Debates*. Paraná: Editora UFPR, Ano 17, nº 32. jan./jun., 2000.

RAMINELLI, Ronald. *Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Revista Tempo, n.6, p.157-182, 1998.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. *O corpo: o homem doente e sua história*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. 11a ed. SP: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1994.
- SAINT-HILAIRE, August de. Ás águas termais chamadas Caldas Novas, Caldas Velhas e Caldas do Pirapitinga. In: ORIENTE, T. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 6.ª Ed. Goiânia: Ed. Oriente, 1982.
- SCHWEICKARDT, Júlio C. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- SENA, Custódia Selma. *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora UFG, 2003.
- SIMON, Willian. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII. In: *Viagem Filosófica, uma redescoberta da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992.
- SODRÉ, N. W. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- SONTAG, S. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. 3 volumes. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 3ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976.
- SZACKI, Jerzy. *As Utopias ou A Felicidade Imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, Visconde de. *Estrangeiros illustres e prestimosos*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXIII, parte II. RJ: Typografia do Brasil, 1895.
- ZIEBELL, Zinka. *Terra de Canibais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

## **DISSERTAÇÕES**

- ALMEIDA, Diádiney Helena de. *Hegemonia e Contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas*. Dissertação de mestrado, FIOCRUZ Rio de Janeiro, 2010.

- ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. *O sertão de Amaro Leite no século XIX*. Dissertação de Mestrado, UEG Anápolis, 2016.
- CORRÊA, M. M. S. *Da Construção do Olhar Europeu Sobre o Novo Mundo ao (Re) Descobrimento do Reino Tropical*. Dissertação de mestrado, UFG, Goiânia, 1997.
- DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. A “*Influenza Espanhola*” de 1918/1919 na Cidade de Goiás. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, 2011.
- EDLER, F. C. *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, Departamento de Pós-graduação em História, São Paulo, 1992.
- GAGLIOTI, André Luiz G135. *Urticaceae Juss. no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Botânica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo, 2010.
- LEITÃO, Tania M. Maio. *Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Goiânia, 2012.
- LISBOA, Andreia Silva. *O "Brazil - Central" e suas potencialidades na revista a informação goyana (1917-1935)*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, 2009.
- LOPES, Andréa Roloff. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem filosófica: economia e ciência na Amazônia colonial*. Dissertação de Mestrado, UFP, Curitiba, 1998.
- MORAES, Anita de. *Os olhos do gato preto: o narrador de viagens Erico Verissimo*. Dissertação (Mestrado em Letras) FFLCH/USP, 2005.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira “*As Estratégias de Purificação dos Espaços na Capital da Província de Goiás 1835-1843*”, (Dissertação, Mestrado em História), UFG/ICHL, Goiânia, 1995.
- RABELO, Danilo. *Os excessos do Corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, 1997.
- RESENDE, Silvana Gomes. *No avesso da cidade moderna: uma escritura feminina. Viagem no Brasil* Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) -FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- RIBEIRO, José Eustáquio. *Viagens, Viajantes e Livros de Viagem – o interior do Brasil na primeira metade do século XIX (1812-1850)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Unesp – Franca. Franca. São Paulo, 2004.

SABEH, Luiz Antonio. *Colonização Salvífica: os Jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SILVA, V. L. *Herança de um Brasil central: aspectos do patrimônio indígena brasileiro na ótica dos viajantes e pesquisadores não brasileiros de Alexandre Rodrigues Ferreira e Claude Lévi-Strauss*. Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

SOUZA, Fabíula Sevilha. *Rios e terras: história ambiental de Goiás (1822-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista UNESP, Assis, 2013.

## TESES

AGE, Mônica de Paula Pereira da Silva. *Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746-1827)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), UFG, Goiânia, 2014.

EUGÊNIO, A. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX*, Tese de (Doutorado em História Econômica) USP, São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia, USP, São Paulo, 1997.

LEITE, M. das G. S. D. *Instrução Pública na província de Goyaz: discurso e memória histórica (1835-1856)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

MAGALHÃES, Sonia Maria. *Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no século XIX*. Tese de Doutorado em História. Franca: Unesp. 2004.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As representações do medo e das catástrofes em Goiás*. Brasília, Tese de Doutorado em Sociologia, UnB, 2006.

RINALDI, L. *Cronistas de viagem e viajantes cronistas: o pêndulo da representação no Brasil Colonial*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2007.

SILVA, Leicy Francisca da. *Eternos órfãos da saúde - medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SILVA, Leicy Francisca da. *Os eternos órfãos da saúde: medicina, política e a construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. Tese de doutorado Universidade Federal de Goiás, 2013.

SOUZA, Rildo Bento de. “*A História não perdoa os fracos*”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), UFG, Goiânia, 2015.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, Tamara Rangel. *Médicos do sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.